



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Diretoria-Geral



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Salvador, 2013



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Diretoria-Geral



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU n.º 175/2013 e das orientações da Secretaria de Controle Interno, criada pelo ATO TRT5 337, de 01 de julho de 1994.

Elaborado pela Diretoria-Geral

Salvador, março de 2014

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	6
RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	7
COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	7
A) ATRIBUIÇÕES DO TRT5/UJ DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:	7
B) HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ATUAL:	8
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	9
MACROPROCESSOS DE APOIO.....	10
PRINCIPAIS PARCEIROS.....	10
ESTRUTURA DE ORGÂNICA DE CONTROLE.....	11
PARTE “A” ITEM 1 DA DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.....	15
Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	15
Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual	15
Análise Situacional	37
Análise da execução dos programas e ações	37
Análise Crítica.....	42
Análise crítica da realização da despesa.....	48
Análise Crítica.....	65
Força de Trabalho da UJ.....	66
Análise Crítica.....	66
Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.....	88
Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	88
Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros	95
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	95
Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	98
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	104
Gestão da Tecnologia da Informação	111
Ambiente de tic do trt5.....	113
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	117
Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	119
Controle Interno.....	120
Declarações contábeis.....	142
Objetivos estratégicos.....	143
A) Proposta de elaboração do planejamento estratégico - etapas do Planejamento Estratégico do TRT5.....	143
B) Proposição de providências imediatas	183
C) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	184
ANEXOS.....	195
GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS METAS 2013.....	196
MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS GERAIS PARA 2013.....	207
MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS ESPECÍFICAS PARA 2013.....	208
GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS INDICADORES 2013.....	209

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, Órgão do Poder Judiciário, Administração Direta, vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho, situado à Rua Bela Vista do Cabral, 121, bairro Nazaré, cidade do Salvador, Estado da Bahia, apresenta Relatório de Gestão do exercício 2013, em cumprimento ao disposto na IN TCU nº 63/2010, da DN-TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, e da Portaria TCU nº 175/2013, de 09 de julho de 2013.

O relatório de gestão foi estruturado com base na DN TCU 127/2013, e com o preenchimento dos quadros do seu Anexo II. O Item 14 do Anexo II parte A, Informações sobre Renúncia Tributária, não se aplica a esta unidade jurisdicionada, pois não é unidade recebedora de tributos.

O quadro A.2.2.1. – Programa Temático - Não se aplica. Conforme consta da Portaria-TCU Nº 175 (pag.41), Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União – MPU, não possuem programas Temáticos, mas apenas de Operações Especiais e de Gestão e de manutenção e Serviços ao Estado. Como tais programas não estão associados na Lei do PPA a indicadores, objetivos e metas, não necessitam ser consignados de forma específica no relatório de gestão.

O quadro A.2.2.2 – Objetivo - Não se aplica. Conforme consta da Portaria-TCU Nº 175 (pag.41), Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União – MPU, não possuem programas Temáticos, mas apenas de Operações Especiais e de Gestão e de manutenção e Serviços ao Estado. Como tais programas não estão associados na Lei do PPA a indicadores, objetivos e metas não necessitam ser consignados de forma específica no relatório de gestão.

O quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - não se aplica, uma vez que o Órgão tem a seu cargo a integralidade dos valores consignados às ações, não havendo subtítulos.

Os quadros A.3.3.2- remuneração dos conselhos de administração e fiscal – A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores e A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores - não se aplicam, pelo fato deste Órgão não possuir Conselho de Administração Fiscal.

O quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa - não se aplica, pois não houve movimentação interna por parte deste Órgão.

O quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa - não se aplica, pois não houve movimentação externa por parte deste Órgão.

O quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação - não se aplica, uma vez que não houve Crédito de Movimentação.

O quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação - não se aplica, uma vez que não houve Crédito de Movimentação.

O quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - não se aplica, uma vez que este Órgão não possui instrumentos de transferências.

O quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios - não se aplica, uma vez que este Órgão não possui instrumentos de transferências.

O quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse - não se aplica, uma vez que este Órgão não possui instrumentos de transferências.

O quadro A.4.4.4 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse - não se aplica, uma vez que este Órgão não possui instrumentos de transferências.

O quadro A.4.6.1.1 - Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ - não se aplica, uma vez que este Órgão não gerencia benefícios financeiros e creditícios.

O quadro A.4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ/Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário - 2013-2011 - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB - não se aplica ao Judiciário.

O quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação- não se aplica, uma vez que não houve Crédito de Movimentação.

O quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação - Não se aplica, uma vez que não houve Crédito de Movimentação.

O quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ - não se aplica, uma vez que este Órgão não possui imóveis funcionais.

RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

A) ATRIBUIÇÕES DO TRT5/UJ DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

“PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:

II - os Tribunais Regionais do Trabalho;

III - Juízes do Trabalho.

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II- as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV- os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Art. 116. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.”

B) HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ATUAL:

Na Bahia, a Justiça do Trabalho foi instalada em 20/05/1941 - como Conselho Regional do Trabalho, composto por duas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Com a Lei 10770 de 2003, o TRT5 foi autorizado a instalar 20 novas Varas do Trabalho, passando a atender todos os municípios baianos. A instalação dessas unidades ocorreu entre 2004 e 2005. Até então, a Justiça Laboral era atendida a litígios da área trabalhista em 360 municípios baianos e nos 55 restantes, os juízes de Direito das comarcas atuavam como juízes do Trabalho por disposição legal.

Atualmente, a Justiça do Trabalho na Bahia compreende, na primeira instância, 88 Varas do Trabalho (antigas Juntas de Conciliação e Julgamento), 39 das quais em Salvador.

A segunda instância é composta por 29 (vinte e nove) desembargadores togados e vitalícios, que são nomeados pelo Presidente da República.

A Mesa Diretora deste Regional, eleita a cada biênio, é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional.

Para racionalizar sua atuação e tornar mais eficiente a prestação jurisdicional, o TRT da Quinta Região se divide em Tribunal Pleno, Órgão Especial, uma Seção Especializada em Dissídio Coletivo, duas Seções Especializadas em Dissídios Individuais (I e II) e cinco Turmas, além do Juízo de Conciliação de Segunda Instância, que realiza acordos em torno de precatórios e de processos que tramitem no Tribunal.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos do TRT5 são “Preparar processo”, “Conhecer e julgar processo” e “Cumprir sentença”. Dentre esses, os macroprocessos que se encontram documentados atualmente neste Regional são os dois primeiros, que abrangem os processos de trabalho das unidades judiciárias de 1ª Instância, desde a distribuição da ação até a prolação da sentença. A fase de execução de sentença, apesar de não ter sido objeto de mapeamento em sua totalidade, teve a etapa de expropriação revista e documentada por ocasião de criação da Central de Execução e Expropriação, e desenvolvimento de sistema informatizado para cadastro e gerenciamento de bens penhorados, bem como realização de hasta pública. Os macroprocessos finalísticos de 2ª Instância ainda não foram objeto de mapeamento, razão pela qual esta Secretaria não tem como informar quais macroprocessos existem atualmente nem como estão sendo conduzidos.

No tocante aos macroprocessos finalísticos das unidades judiciárias de 1º Grau, inicialmente referidos, informamos que, com base no mapeamento dos processos de trabalho daquelas unidades, foi elaborado o Manual de Procedimentos, que constitui um dos principais produtos do Projeto Estratégico de Redesenho dos Processos de Trabalho da 1ª Instância, caracterizando-se como referência documental para os usuários e tem por finalidade padronizar e otimizar os processos e rotinas de trabalho do TRT da 5ª Região, a fim de garantir uma uniformidade nas atividades realizadas, bem como potencializar a consecução dos resultados.

A elaboração deste manual visou também ao cumprimento da Meta 05/2010 do Poder Judiciário Nacional, “Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias”; bem como concretização do projeto estratégico, “Redesenho dos processos de trabalho da 1ª Instância”.

Na condução dos trabalhos, o conteúdo dos macroprocessos foi apresentado no fluxograma geral da fase de conhecimento (da distribuição até a sentença), produzido com a participação de representantes das diversas unidades judiciárias finalísticas e de apoio e validado pelos magistrados do TRT05 durante o “Workshop de Gestão de Processos” realizado nos dias 06 a 08/10/2010 e o mapeamento das rotinas desenvolvidas durante as oficinas da Meta 05/2010. A partir de então, a documentação foi sendo detalhada em todos os seus subprocessos até o nível de rotinas de trabalho. O documento foi finalizado em 23/11/2012 e constitui uma ferramenta de gestão, facilitando o controle e a melhoria contínua dos processos de trabalho, a fim de alcançar níveis mais elevados de satisfação e eficácia.

Segue o detalhamento dos macroprocessos indicados.

O macroprocesso Preparar processo compreende desde o recebimento da ação, o procedimento para distribuição até a preparação dos autos para apreciação do Juízo ou realização da audiência, conforme o caso. Ele está dividido em:

- a. Receber documentos e distribuir
- b. Preparar autos para apreciação/audiência

O macroprocesso Conhecer e julgar processo compreende desde o recebimento do processo/ação para apreciação inicial pelo Juízo ou realização da audiência até a prolação de sentença ou registro de solução de mérito na 1ª instância. Ele está dividido em:

- a. Ouvir Testemunha e Devolver
- b. Determinar registro do termo de arquivamento/desistência
- c. Tentar acordo
- d. Determinar registro do acordo

- e. Receber defesa
- f. Realizar audiência de instrução (com ou sem oitiva de partes e testemunhas)
- g. Solicitar comparecimento ou apresentação
- h. Encaminhar carta precatória e receber resposta
- i. Selecionar perito dentre cadastrados
- j. Receber quesito das partes (ou decorrer do prazo) e informar ao perito
- k. Receber laudo e dar ciência às partes
- l. Reincluir em pauta
- m. Analisar quesitos complementares
- n. Notificar perito para responder quesitos
- o. Receber esclarecimentos (ou decorrer do prazo) e dar vista às partes
- p. Selecionar perito dentre cadastrados
- q. Encerrar instrução/ Aduzir razões finais e renovar proposta de acordo
- r. Decidir ou concluir processo
- s. Julgar o processo e elaborar a sentença (líquida ou ilíquida)
- t. Registrar sentença
- u. Notificar
- v. Disponibilizar

2. Cumprir sentença: Compreende a fase de cumprimento da sentença proferida transitada em julgado, ou dos termos constantes da solução de mérito. Não mapeado totalmente, conforme dito anteriormente.

MACROPROCESSOS DE APOIO

Considerando-se que unidades de apoio judiciário são aquelas enumeradas na Resolução 63 do CSJT, informo que algumas do 1ª Instância já foram consideradas na descrição do item sobre Macroprocessos finalísticos, tais como distribuição de feitos, execução, secretaria de vara, SDMAD, entre outros. Muitas delas não foram objeto de mapeamento de processos de trabalho. Dessa forma, não sabemos informar como seus processos estão sendo conduzidos atualmente. Sugiro informar-se junto às Secretarias de Coordenação Judiciária de 1ª e 2ª Instâncias.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros externos deste Tribunal são os descritos a seguir. Advindos tanto da iniciativa privada quanto do Setor Social, têm colaborado e participado da consecução dos objetivos deste TRT. Embora não estejam diretamente relacionados aos macroprocessos finalísticos, têm, na sua atuação indireta, uma participação importante na consecução dos projetos aqui desenvolvidos, inclusive por conta do aspecto orçamentário.

São Eles: ABAT; AMATRA-5; SIDJUFE; ANAJUSTRA; CORREIOS; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; BANCO DO BRASIL S.A.; BANCO SANTANDER S.A.; VIVO S.A; JUCEB; BANCO CENTRAL; DETRAN-BA; TJ

ESTRUTURA DE ORGÂNICA DE CONTROLE

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região submete-se às diretrizes gerais do Conselho Nacional de Justiça, órgão constitucionalmente instituído para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, conforme dispõe o art.103-A, § 4º da Constituição Federal.

Na condição de integrante do sub-sistema do Poder Judiciário Federal que é composto pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho, Seção V, Capítulo III da Constituição Federal, a unidade judiciária está diretamente submetida à supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o art.111-A, II, da Carta Federal.

Conquanto inexista submissão administrativa e/ou aos regulamentos editados por órgãos que integram a estrutura do Poder Executivo, os representantes da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região constantemente participam de eventos promovidos pela Corregedoria Geral da União e Polícia Federal.

COMISSÕES E COMITÊS

ATO TRT5 Nº 111/2013 - Designa Comissão Especial de Licitação para a contratação da obra de construção do remanescente do complexo de prédios da nova sede do TRT da 5ª Região e revoga a Portaria nº 0352/2011. * Retirratificado pelo Ato nº 0429/2013. ** Revogado pelo Ato nº 0003/2014.

ATO TRT5 Nº 186/2013 - Institui Comitê Gestor Regional para Coordenação do Funcionamento do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do TRT da 5ª Região. Revoga o Ato nº 0355/2012.

ATO TRT5 Nº 0187/2013 - Institui Comitê de Implantação do Processo Judicial eletrônico no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Revoga o Ato nº 0054/2012.

ATO TRT5 Nº 0281/2013 - Institui Comissão Censitária no âmbito do TRT da 5ª Região.

ATO TRT5 Nº 0389/2013 - Altera o Ato nº 0293/2012, que instituiu o Comitê Gestor Regional destinado a assegurar a implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências.

ATO TRT5 Nº 0517/2013 - Altera a composição do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; Recomenda às Varas do Trabalho a designação de audiências específicas para tentativa de conciliação nas Semanas Nacionais de Conciliação; Revoga o Ato nº 0124/2012.

ATO TRT5 Nº 0522/2013 - Institui Comitê de Acompanhamento da Construção da Sede do TRT da 5ª Região e revoga o Ato nº 0488/2012. *Alterado pelo Ato nº 0532/2013.

ATO TRT5 Nº 0536/2013 - Institui Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Revoga Ato TRT5 nº 0478/2011.

ATO TRT5 Nº 0537/2013 - Institui Comissão de Gestão Orçamentária do TRT da 5ª Região e revoga o Ato nº 0292/2012.

ATO TRT5 Nº 0548/2013 - Institui Comissão de Atualização do Regulamento Geral da Secretaria do TRT da 5ª Região. Revoga o Ato nº 0273/2012.

ATO TRT5 Nº 0570/2013 - Institui Comitê de Segurança da Informação do TRT da 5ª Região.

ATO TRT5 Nº 0572/2013 - Regulamenta a requisição de material de consumo à Coordenadoria de Material e Logística do TRT5.

ATO TRT5 Nº 0575/2013 - Institui Comitê para homologar a implantação de estatística dos processos eletrônicos no TRT da 5ª Região. * Alterado pelo Ato nº 0059/2014.:

ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

(REGULAMENTO GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO) – RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 027/2003.

Estrutura - Art. 280. O Órgão de Controle Interno será dirigido por servidor estável do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com graduação em curso de nível superior, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria – CJ3, e contará com três (03) Assistentes Administrativos – FC4.

Estrutura - Art. 281. O Órgão de Controle Interno tem a seguinte estrutura e funções comissionadas a ele vinculados:

- I. Departamento de Análise de Atos de Pessoal, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5;
- II. Departamento de Auditoria Operacional e Análise de Licitações e Contratos, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5;
- III. Departamento de Controle de Recursos Orçamentários e Financeiros, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5.

Atribuições - Art. 282. Compete ao Órgão de Controle Interno:

- I. assessorar a Presidência do Tribunal nas questões relativas às áreas administrativa e financeira da Justiça do Trabalho da 5ª Região, dentro do quanto dispõe o art. 74 da Constituição Federal;
- II. verificar, anualmente, as contas do Ordenador de Despesas e demais responsáveis, elaborando relatórios e emitindo certificados de Auditoria, que integrarão a tomada de contas;
- III. emitir pronunciamento final acerca de processos e/ou expedientes que lhe sejam enviados para exame;
- IV. encaminhar a Tomada de Contas Anual para o Tribunal de Contas da União;
- V. atuar, junto ao Tribunal de Contas da União, nas ações de sua competência;
- VI. programar e viabilizar, junto à Presidência, auditorias ordinárias e extraordinárias;
- VII. executar outros atos e atividades afins.

Atribuições - Art. 283. Compete ao Departamento de Análise de Atos de Pessoal:

- I. analisar e instruir processos da área de pessoal, inclusive aqueles relativos à admissão, aposentadoria, pensão, desligamento e exoneração, verificando a sua regularidade;
- II. inspecionar o registro dos atos e fatos da Unidade Gestora, apontando irregularidades e ilegalidades nos processos de despesas;
- III. compilar os elementos que compõem a Tomada de Contas anual, junto à sua área de atuação;
- IV. elaborar a relação das autoridades responsáveis pelos atos de admissão e de desligamento de pessoal, e de concessão de aposentadorias e pensões;
- V. fiscalizar o cumprimento da exigência de entrega das declarações de bens e rendas;
- VI. cumprir diligências do Tribunal de Contas da União, relativas a admissões, desligamentos, aposentadorias e pensões;
- VII. pronunciar-se, no tocante à interpretação de leis, decretos, decisões do Tribunal de Contas da União e de Tribunais Superiores e outros dispositivos normativos pesquisados e/ou recebidos pela Departamento, pertinentes à área de atuação do Órgão de Controle Interno.
- VIII. executar outros atos e atividades afins.

Atribuições - Art. 284. Compete ao Departamento de Auditoria e Análise de Licitações e Contratos:

- I. promover auditorias programadas e/ou solicitadas pelo Diretor da Secretaria;
- II. promover auditoria mensal, por amostragem, na folha de pagamento de pessoal;

- III. impugnar atos ilegais de remuneração;
- IV. analisar e instruir os processos de licitação e contrato;
- V. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, na sua área de atuação; VI. executar outros atos e atividades afins.

Atribuições - Art. 285. Compete ao Departamento de Controle de Recursos Orçamentários e Financeiros:

- I. controlar, por meio de sistema integrado de administração financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, os recursos orçamentários e financeiros da Justiça do Trabalho da 5ª Região;
- II. conferir os índices relativos à execução orçamentária;
- III. analisar os registros contábeis no sistema integrado de administração financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;
- IV. verificar a correção dos atos de execução do orçamento da Justiça do Trabalho da 5ª Região, em todos os aspectos da realização da despesa;
- V. inspecionar o registro dos atos e fatos da Unidade Gestora, apontando irregularidades e ilegalidades nos processos de despesas;
- VI. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, em sua área de atuação;
- VII. analisar os processos de suprimento de fundos;
- VIII. conferir os relatórios contábeis que integram a tomada de contas anual;
- IX. conferir os relatórios de gestão fiscal e acompanhar a sua publicação;
- X. analisar a variação patrimonial dos Juízes e servidores ocupantes de cargos e/ou funções comissionadas, anualmente;
- XI. proceder à análise contábil e à conferência das folhas de pagamento de pessoal;
- XII. executar outros atos e atividades afins.

PARTE “A” ITEM 1 DA DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior do Trabalho			Código SIORG: NA
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região			
Denominação abreviada: TRT 5ª Região			
Código SIORG: NA	Código LOA: 15106	Código SIAFI: 080007	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão público			
Principal Atividade: Justiça do Trabalho			Código CNAE: 7523-0
Telefones/Fax de contato:	(071) 3319-7777	(071) 3319-7000	(071) 3319-7700
E-mail: webmaster@trt5.jus.br			
Página na Internet: http://www.trt5.jus.br			
Endereço Postal: Rua Bela Vista do Cabral, 121 Nazaré CEP 40055-000 Salvador-Ba			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Criado por meio do Decreto-Lei nº 1.237 de 02 de junho de 1939, que entrou em vigor em 01 de maio de 1941			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução Administrativa TRT5 nº 003/2006 Publicado no D.O. deste Tribunal em 31 de janeiro de 2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno publicado no D.O. deste Tribunal em 05 de setembro de 2003			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
NA	NA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
NA	NA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
NA		NA	

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação						
Código	181 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União					
Título	Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado da Bahia					
Programa	0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União					
Unidade Orçamentária	33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
163.158.250,00	202.736.381,00	202.736.381,00	196.008.742,63	196.008.742,63		6.727.638,37
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.128.159,46	2.213.597,77					

Identificação da Ação						
Código	09HB					
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
74.524.624,00	79.683.782,00	79.683.782,00	77.560.951,50	77.560.951,50		2.122.830,50
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.830.432,07	451.718,40					

Identificação da Ação						
Código	134H					
Título	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
145.454.545,00	108.339.310,00					
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício Construído			%de	41,00		-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	134L					
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Brumado- BA					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.000.000,00	3.000.000,00	2.299.169,08				2.299.169,08
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício Construído			%de	100,00		-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	13HY					
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Itapetinga- BA					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	541.593,24	541.593,24		2.958.406,76
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído			%de	100,00		15,47
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	1P66					
Título	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		1.134.777,47	530.471,87	530.471,87		604.305,60
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.874.151,04	333.037,12					

Identificação da Ação						
Código	2004					
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.227.040,00	14.247.113,00	14.247.113,00	14.245.815,88	14.245.815,88		1.297,12
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			unidade	8.380,00		7.667,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
24.353,90						

Identificação da Ação						
Código	2010					
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.756.456,00	3.681.634,00	3.681.634,00	3.675.335,39	3.675.335,39		6.298,61
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida			unidade	558,00		465,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
12.053,21	2.267,43					

Identificação da Ação						
Código	2011					
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
660.000,00	867.080,00	867.080,00	849.439,51	849.439,51		17.640,49
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor beneficiado			unidade	475,00		463,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
91.939,35						

Identificação da Ação							
Código	2012						
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados						
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista						
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.440.000,00		23.023.175,00	23.023.175,00	23.005.495,33	23.005.495,33		17.679,67
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Servidor beneficiado			unidade	2.634,00		2.598,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas				
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
34.734,04							

Identificação da Ação						
Código	20G2					
Título	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		446,16	446,16	446,16		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	20TP					
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
399.456.406,00	441.760.899,00	441.760.899,00	433.290.953,57	433.290.953,57		8.469.945,43
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.667.005,63	998.029,93					

Identificação da Ação						
Código	2549					
Título	Comunicação e Divulgação Institucional					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	500.000,00	299.545,83	299.545,83		200.454,17
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Matéria veiculada		unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			38,00		2.847,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
149.500,00						

Identificação da Ação						
Código	2C73					
Título	Manutenção do Sistema Integrado de GE Nacional					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		564.414,29	171.392,85	171.392,85		393.021,44
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
241.120,35	34.278,56					

Identificação da Ação						
Código	4224					
Título	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.078.000,00	3.078.000,00	3.077.999,89	3.072.132,41	3.072.132,41		5.867,48
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa assistida		unidade	2.572,00		3.063,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.744,94						

Identificação da Ação						
Código	4256					
Título	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
46.912.170,00	52.105.174,00	52.092.932,81	41.082.856,23	41.082.856,23		11.010.076,58
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Processo julgado			unidade	169.328		168.662
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.134.806,06	3.413.075,78					

Identificação da Ação						
Código	5093					
Título	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)					
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista					
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		3.092.351,30	1.299.174,30	1.299.174,30		1.793.177,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.088.605,41	530.816,45					

Quadro A.2.2.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	13GP			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Alagoinhas - BA				
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:	Tipo: Projeto	
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não		Caso positivo: ())PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.102.476,65	1.908.789,87		Edifício Construído	%de	100,00

QUADRO A.2.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Identificação da Ação							
Código	134H			Tipo:			
Título	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA						
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
145.454.545,00	108.339.310,00		Edifício construído	%de	41		

Identificação da Ação							
Código	134L			Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Brumado- BA						
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.000.000,00	3.000.000,00		Edifício construído	%de	100		

Identificação da Ação							
Código	13HY					Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Itapetinga- BA						
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:	Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.500.000,00	3.500.000,00	541.593,24	Edifício construído	%de	100		15,47

Identificação da Ação							
Código	1P66					Tipo: Atividade	
Título	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho						
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:	Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
		498.171,87					

Identificação da Ação							
Código	4256			Tipo: Atividade			
Título	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:	Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.520.725,00	3.397.925,00	1.543.568,25					

Identificação da Ação							
Código	5093			Tipo: Atividade			
Título	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (e-Jus)						
Programa	0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código:	Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 -Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
		1.092.183,00					

Análise Situacional

Análise da execução dos programas e ações

Execução Orçamentária e Financeira dos programas

1 – 0571 – PROGRAMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA:

Atingiu-se 88,87% dos valores orçamentários para este programa, tendo como justificativas:

a) Aprovação de crédito suplementar no valor de R\$ 57.855.057,00.

b) Limitação de empenho e movimentação financeira imposta pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, no valor de R\$ 37.115.235,00, referente ao Projeto de Construção do Edf. Sede deste Tribunal.

c) Valor de R\$ 108.339.310,00, não executado referente ao projeto de construção do Edf. Sede deste tribunal, tendo em vista a falta de conclusão do processo licitatório para escolha da empresa responsável pela construção.

2 – 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO:

Foram executados 100,00% dos recursos autorizados para este programa.

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

3 – 1P66 - MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Os recursos orçamentários dessa ação foram aplicados em:

Serviços e Reformas – R\$ 610.000,00;

Aquisição de material permanente: R\$ 524.794,59;

Foram executados 99,9985% dos recursos descentralizados.

4 – 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais:

Foram executados 100,00% dos recursos autorizados.

5 – 2012 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS:

Atingiu-se 98,63% da meta física prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

6 – 2011 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS:

Atingiu-se 97,47% da meta prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

7 – 4256/APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Atingiu-se 99,61% da meta prevista. Índice que demonstra a execução adequada desta ação.

8 – 4224/ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES:

Atingiu-se 119,09% da meta prevista, tendo em vista a implementação do sistema eletrônico de Perícias.

9 – 2010/ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS:

Atingiu-se 83,33% da meta prevista, tendo em vista a alteração da idade máxima do dependentes para concessão do benefício aos servidores.

10 – 134H/CONSTRUÇÃO DO EDF. SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO EM SALVADOR- BA:

Sem execução, tendo em vista a falta de conclusão do processo licitatório para escolha da empresa responsável pela construção.

11– 2549/ COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL:

Os valores orçamentários correspondentes a 40,00% autorizados para esta ação, foram inscritos em Restos a Pagar e serão executados no próximo exercício.

13 –2004/ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES:

Houve revisão da meta deste Programa, em face do recadastramento de servidores e beneficiários no Sistema de Assistência Médica e Odontológica, o que implicou a redução de 8,51% da meta anteriormente informada.

14 – 134L/CONSTRUÇÃO DO EDF. SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE BRUMADO/BA:

Sem execução, tendo em vista a falta de conclusão do processo licitatório para escolha da empresa responsável pela construção.

15 – 13HY /CONSTRUÇÃO DO EDF. SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE ITAPETINGA/BA:

Execução de 15,47, tendo em vista o atraso na conclusão do processo licitatório para escolha da empresa responsável pela construção.

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ									
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS					VALORES				
Ambiente de Controle					1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.								X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.								X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.						X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.						X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.						X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.								X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.								X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.								X	
Avaliação de Risco					1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.									X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.								X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.								X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.							X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.						X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.							X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.							X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.									X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X			
Procedimentos de Controle					1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.						X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.						X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.							X		

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica: a participação de servidores na elaboração dos procedimentos e instruções operacionais ocorre por meio de comissões estratégicas, a exemplo de: Autogestão; CAB; Orçamento e Planejamento Estratégico.</p> <p>Os objetivos e metas deste TRT5 estão formalizados no Planejamento Estratégico deste órgão.</p> <p>A avaliação da atuação do sistema de controle interno da UJ, no exercício 2013, revela melhoria no aspecto da governança, decorrente principalmente da definição de maneira mais clara e adequada, por meio de atos próprios das responsabilidades das unidades administrativas.</p> <p>O manejo pela Secretaria de Gestão Estratégica de ferramentas de gestão permitiu o monitoramento dos resultados alcançados, e a realização de uma eficiente análise de risco, instrumento fundamental importância para as tomadas de decisões pela Alta Administração da UJ.</p>					

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO:15106		UGO: 080007	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		637.139.280,00		86.052.941,00	
CRÉDITOS	Suplementares	87.041.782,00		8.873.911,00	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados				(822.601,00)	
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		724.181.062,00		94.104.251,00	
Dotação final 2012(B)		687.368.960,00		81.892.034,00	
Variação (A/B-1)*100		5,36		14,91	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		155.475.270,00			
CRÉDITOS	Suplementares	1.277.200,00			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos	51.825.090,00		
Créditos Cancelados		(90.340.325,00)			
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		118.237.235,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		233.699.910,00			
Variação (A/B-1)*100		(49,41)			

Análise Crítica

Considerando as dotações orçamentárias disponibilizadas em função das necessidades desta unidade Jurisdicional, podemos elencar as seguintes dificuldades encontradas no processo de gestão orçamentária deste Órgão:

- Disponibilidade de créditos insuficientes para atender ao pagamento de passivos referentes a despesas de pessoal, conforme escrituração de conta específica (Quadro A.4.2). Neste caso, o Órgão já reconheceu administrativamente a existência da obrigação de pagar, mas, por falta de disponibilidade orçamentária, a sua quitação resta comprometida, gerando o passivo supramencionado. A existência desse passivo já ensejou, inclusive, solicitação de crédito suplementar para a devida quitação, porém os recursos enviados foram insuficientes para atender à demanda;
- A evolução da despesa com pagamento de honorários periciais. Essa despesa evoluiu bem acima daquela projetada quando do planejamento da proposta orçamentária. Diante disso, foram efetuadas solicitações de crédito suplementar para atender a essa nova realidade, porém não houve atendimento ao referido pleito.

Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	Código UO: 15106		UGO: 080007	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	21.860.084,03	19.289.337,98	21.860.084,03	19.289.337,98
a) Convite	33.321,72	158.459,64	33.321,72	158.459,64
b) Tomada de Preços	94.274,20	261.534,54	94.274,20	261.534,54
c) Concorrência	544.505,91	993.878,07	544.505,91	993.878,07
d) Pregão	21.187.982,20	17.875.465,73	21.187.982,20	17.875.465,73
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	9.812.385,92	8.766.527,47	9.812.385,92	8.766.527,47
h) Dispensa	5.672.575,87	6.775.251,52	5.672.575,87	6.775.251,52
i) Inexigibilidade	4.139.810,05	1.991.275,95	4.139.810,05	1.991.275,95
3. Regime de Execução Especial	381.103,24	332.067,67	381.103,24	332.067,67
j) Suprimento de Fundos	381.103,24	332.067,67	381.103,24	332.067,67
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	759.851.224,78	720.100.243,44	759.851.224,78	720.100.243,44
k) Pagamento em Folha	758.123.161,23	718.618.467,67	758.123.161,23	718.618.467,67
l) Diárias	1.728.063,55	1.481.775,77	1.728.063,55	1.481.775,77
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	791.904.797,97	748.488.176,56	791.904.797,97	748.488.176,56

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	Código UO: 080007		UGO: 080007	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	21.860.084,03	19.289.337,98	21.860.084,03	19.289.337,98
a) Convite	33.321,72	158.459,64	33.321,72	158.459,64
b) Tomada de Preços	94.274,20	261.534,54	94.274,20	261.534,54
c) Concorrência	544.505,91	993.878,07	544.505,91	993.878,07
d) Pregão	21.187.982,20	17.875.465,73	21.187.982,20	17.875.465,73
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	9.812.385,92	8.766.527,47	9.812.385,92	8.766.527,47
h) Dispensa	5.672.575,87	6.775.251,52	5.672.575,87	6.775.251,52
i) Inexigibilidade	4.139.810,05	1.991.275,95	4.139.810,05	1.991.275,95
3. Regime de Execução Especial	381.103,24	332.067,67	381.103,24	332.067,67
j) Suprimento de Fundos	381.103,24	332.067,67	381.103,24	332.067,67
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	759.851.224,78	720.100.243,44	759.851.224,78	720.100.243,44
k) Pagamento em Folha	758.123.161,23	718.618.467,67	758.123.161,23	718.618.467,67
l) Diárias	1.728.063,55	1.481.775,77	1.728.063,55	1.481.775,77
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	791.904.797,97	748.488.176,56	791.904.797,97	748.488.176,56

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região			Código UO: 15106			UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	416.593.286,64	396.430.194,09	416.544.380,28	396.430.194,09	48.906,36	-	416.544.380,28	391.817.245,99
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	132.229.409,14	121.567.376,61	132.209.551,44	121.567.376,61	19.857,70	-	132.209.551,44	121.175.269,56
OBRIGACOES PATRONAIS	77.620.999,88	73.541.561,43	77.615.802,12	73.541.561,43	5.197,76	-	77.615.802,12	71.981.643,22
Demais elementos do grupo	97.737.366,34	121.591.004,80	80.490.913,86	112.763.685,24	17.246.452,48	8.827.319,56	80.490.913,86	103.562.110,87
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
AUXILIO-ALIMENTACAO	22.268.741,00	22.521.097,27	22.263.758,07	22.495.349,63	4.982,93	25.747,64	22.263.758,07	19.707.757,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	21.294.196,63	18.750.412,24	15.227.059,05	12.881.835,16	6.062.511,18	5.868.577,08	15.227.059,05	10.129.843,13
INDENIZACOES E RESTITUICOES	17.112.874,24	13.098.359,06	17.056.886,17	12.985.014,28	55.988,07	113.344,78	17.056.886,17	11.210.034,07
Demais elementos do grupo	33.420.863,17	29.543.278,73	30.139.349,04	26.824.443,10	3.281.514,13	2.718.835,63	30.139.349,04	16.257.275,82

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região			Código UO: 15106			UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	416.593.286,64	396.430.194,09	416.544.380,28	396.430.194,09	48.906,36	-	416.544.380,28	391.817.245,99
APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	132.229.409,14	121.567.376,61	132.209.551,44	121.567.376,61	19.857,70	-	132.209.551,44	121.175.269,56
OBRIGACOES PATRONAIS	77.620.999,88	73.541.561,43	77.615.802,12	73.541.561,43	5.197,76	-	77.615.802,12	71.981.643,22
Demais elementos do grupo	97.737.366,34	121.591.004,80	80.490.913,86	112.763.685,24	17.246.452,48	8.827.319,56	80.490.913,86	103.562.110,87
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
AUXILIO-ALIMENTACAO	22.268.741,00	22.521.097,27	22.263.758,07	22.495.349,63	4.982,93	25.747,64	22.263.758,07	19.707.757,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	21.294.196,63	18.750.412,24	15.227.059,05	12.881.835,16	6.062.511,18	5.868.577,08	15.227.059,05	10.129.843,13
INDENIZACOES E RESTITUICOES	17.112.874,24	13.098.359,06	17.056.886,17	12.985.014,28	55.988,07	113.344,78	17.056.886,17	11.210.034,07
Demais elementos do grupo	33.420.863,17	29.543.278,73	30.139.349,04	26.824.443,10	3.281.514,13	2.718.835,63	30.139.349,04	16.257.275,82

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
OBRAS E INSTALACOES	5.799.169,08	2.814.387,65	541.593,24	904.760,90	5.257.575,84	1.909.626,75	541.593,24	904.760,90
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	2.153.723,49	6.596.796,85	1.523.595,25	3.072.454,33	630.128,24	3.524.342,52	1.523.595,25	3.072.454,33
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	1.244.162,57	699.652,95	19.973,00	82.700,00	1.224.189,57	616.952,95	19.973,00	82.700,00
Demais elementos do grupo	-	207.385,70	-	131.431,74	-	75.953,96	-	131.431,74
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise crítica da realização da despesa

Alterações significativas ocorridas no exercício

- Despesas com pessoal. Neste quesito, as alterações sofridas decorrem da insuficiência das dotações inicialmente autorizadas na peça orçamentária, ensejando na necessidade de suplementação para atender as despesas mensais, bem como às eventuais contratações autorizadas por lei;
- Despesas correntes. A principal razão para as alterações na realização dessas despesas decorre ao atendimento ao princípio da universalidade das receitas e despesas públicas quando da efetivação do contrato para a realização de Concursos Públicos, que gerou tanto receitas como despesas não previstas na proposta orçamentária;

Contingenciamento no exercício

Os projetos de construção das Varas do Trabalho de Brumado e Itapetinga sofreram atrasos significativos por conta do contingenciamento sofrido, comprometendo todo o cronograma das obras, acarretando, inclusive, prejuízos para a Administração.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária

Consideramos como negativo a demora na análise e validação dos projetos de obras, uma vez que acarreta dificuldades na execução orçamentária, tendo como consequência imediata o atraso na execução da obra e a consequente inscrição da despesa em RP – Restos a Pagar.

**Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos
ou Recursos**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.2.1.2.11.00	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
80007	00220779520				11.417,96
80007	00723088500				476.857,55
80007	03713954534				3.156,44
80007	04230892500				1.496.134,16
80007	07222190597				23.034,90
80007	09324801520				73.409,31
80007	09481958515				3.814,30
80007	14166984500				10.319,14
80007	15773590549				25.701,33
80007	26552817568				631.213,91
80007	27440192591				12.343,65
80007	30945291515				1.790,58
80007	54456150572				115.849,63
80007	00106023560				1.204,80
80007	00111628563				835,82
80007	00157664546				437,12
80007	00546966586				378,6
80007	00685425509				385,99
80007	00723400539				737,94
80007	00752559443				3.503,06
80007	00761484590				251,59
80007	00832722596				8.166,35
80007	00863877583				437,12
80007	00917994574				291,4
80007	00951913565				590,94
80007	01012396703				8.661,25
80007	01282850520				247,72
80007	01289399581				715,5
80007	01349005533				393,4
80007	01351897560				1.543,53
80007	01388013550				512,53
80007	01437850529				2.249,27
80007	01492949566				906,84
80007	01521083517				306,58

80007	01586720546				631,57
80007	01686188501				1.384,95
80007	01855133520				1.309,50
80007	01869373502				239,78
80007	01969309440				291,4
80007	02105648576				291,4
80007	02141519802				283,43
80007	02265572519				706,68
80007	02376700540				5.729,49
80007	02493032721				497,61
80007	02557956538				177,62
80007	02575227518				320,37
80007	03340193460				760,65
80007	03372691571				560,29
80007	03919540670				359,39
80007	04072449563				631,25
80007	04930987474				583,61
80007	05228674640				892,51
80007	05722781444				5.058,72
80007	05874894489				247,72
80007	06012352662				1.185,02
80007	06814460645				203,99
80007	08023468553				6.348,79
80007	08459715817				2.799,49
80007	08774927515				796,53
80007	09038212739				651,82
80007	09402853553				291,4
80007	09626646500				19.829,63
80007	10125455801				7.449,62
80007	10721266568				2.240,72
80007	11266988572				4.530,58
80007	12385050587				60.166,88
80007	12391861850				620,41
80007	14054604587				4.124,82
80007	14209640549				572,59
80007	14658259591				576,27
80007	15221830515				1.777,88
80007	16469895549				6.918,27
80007	18519148549				908,56
80007	18891640549				16.470,35
80007	19484690572				339,48
80007	19538405587				620,41

80007	19697368520				692,53
80007	19756925515				7.038,84
80007	21435392825				3.525,38
80007	21449945520				400,97
80007	21595445587				620,41
80007	21742219500				1.341,42
80007	23343346349				1.340,37
80007	24152315504				1.098,37
80007	24334480500				733,07
80007	24377791591				7.686,44
80007	24669423568				276,12
80007	25189794504				7.401,76
80007	25215400563				5.764,23
80007	25434349504				7.112,54
80007	27108490544				1.017,92
80007	27532771504				733,08
80007	27738051515				5.740,99
80007	28087046587				6.479,20
80007	28295595504				870,82
80007	28635604504				32.506,24
80007	28711947500				705,07
80007	28758145591				10.947,88
80007	29237947534				333,86
80007	29391016553				247,72
80007	29767520520				1.211,17
80007	32684347549				3.843,20
80007	32686161604				26.054,35
80007	32902980515				4.120,71
80007	33313148549				800,51
80007	33326797591				620,41
80007	33952388572				152,08
80007	34001395568				604,39
80007	34776524520				579,29
80007	34938761653				620,41
80007	34952993515				400,96
80007	34990461568				6.631,97
80007	35211768515				782,5
80007	35653574520				4.436,34
80007	36595349515				291,4
80007	36928054549				1.255,45
80007	37238817500				4.776,83
80007	37673017415				3.481,66

80007	38134004504				22.313,89
80007	38162458549				786,18
80007	38503298520				476,38
80007	38726912520				4.850,45
80007	38807696568				1.017,91
80007	38821362434				15.580,42
80007	39064093504				2.335,81
80007	39584127500				1.255,46
80007	39685284504				3.869,63
80007	39846628587				602,46
80007	39909743515				620,4
80007	40123375568				866,29
80007	40298884534				13.544,05
80007	40317986520				670,34
80007	40482529504				1.202,79
80007	41506650520				1.017,92
80007	41591135400				804,87
80007	42011183553				10.103,26
80007	42159415553				620,4
80007	42631475534				1.447,48
80007	43050905549				620,4
80007	43196314553				1.219,19
80007	43357490587				817,01
80007	43427529568				1.417,98
80007	43635334553				1.017,91
80007	45329540534				22.227,69
80007	45495084500				2.423,51
80007	45684502415				984,76
80007	45904898568				812,05
80007	46437223553				618,56
80007	46903259449				3.368,90
80007	46951598487				274,85
80007	47228300610				2.323,81
80007	47997931520				284,86
80007	48327085468				2.269,58
80007	48444103500				618,57
80007	48711535504				1.487,28
80007	49019619500				1.502,90
80007	49536877449				541,93
80007	49745263591				869,96
80007	49756060549				1.238,02
80007	50427679591				266,47

80007	50690353553				620,4
80007	50918753520				5.053,34
80007	50935496572				733,07
80007	50960423591				2.415,65
80007	51264749520				283,07
80007	51353180549				10.448,37
80007	51369028504				620,4
80007	51865157520				760,66
80007	52916162534				64,19
80007	53851587553				1.058,63
80007	54057345515				612,48
80007	54266432615				2.210,72
80007	54826446500				1.009,35
80007	55471269500				3.578,16
80007	55941370504				1.255,45
80007	56707517520				620,4
80007	56725485553				897,51
80007	56813112520				7.053,25
80007	57098395587				3.864,12
80007	57514828400				6.488,44
80007	57947643504				620,4
80007	58192581500				620,41
80007	58504729591				553,8
80007	59775424534				1.907,11
80007	59775459591				798,09
80007	59902035515				291,4
80007	59923431568				2.450,04
80007	60179171534				760,66
80007	60629762520				1.093,21
80007	60641304587				1.453,54
80007	60802243568				954,68
80007	60850647568				290,34
80007	61482960559				352,53
80007	61567990525				456,5
80007	61761290363				351,21
80007	62150634520				349,72
80007	62232541568				708,12
80007	62466780500				451,68
80007	62555731504				878,57
80007	63395070506				437,12
80007	63677393515				1.024,72
80007	64117839500				703,31

80007	64441377568				501,38
80007	65139879549				1.017,91
80007	65256891553				3.214,62
80007	65953185553				620,41
80007	66967872591				509,99
80007	66972566568				1.628,98
80007	67102638515				213,88
80007	67163440553				186,48
80007	67180957534				297,39
80007	67310664515				2.038,78
80007	68221770515				189,42
80007	68252455549				291,4
80007	69069913100				203,99
80007	69114021587				620,4
80007	69643687104				543,45
80007	69912149572				1.441,52
80007	70566321572				249,52
80007	71603166572				550,76
80007	71912975572				1.017,93
80007	73164992491				456,5
80007	73715069520				1.881,25
80007	74087215504				181,25
80007	74856863568				801,25
80007	75020289515				867,79
80007	75962845404				8.314,42
80007	76613631515				1.263,43
80007	77068041515				823,32
80007	77592662515				844,58
80007	77694694572				798,09
80007	77701119515				1.284,68
80007	77757203520				620,41
80007	77759176520				17.203,44
80007	77802969549				23.185,05
80007	78071712515				437,12
80007	78204860587				2.107,57
80007	78216591500				115,46
80007	78460816591				5.100,54
80007	79365680506				1.202,79
80007	79419631591				913,15
80007	79578802587				2.319,75
80007	79805833534				291,4
80007	79922368587				1.195,54

80007	80328113549				5.725,90
80007	80433162520				617,49
80007	80456766553				1.025,87
80007	80499821572				434,95
80007	80528350544				1.207,00
80007	80714943568				1.152,10
80007	80729908534				1.604,82
80007	80939830582				346,75
80007	81123329591				956,84
80007	81139144553				291,4
80007	81222904500				844,58
80007	81237731534				1.255,45
80007	81341547515				760,66
80007	81502125587				1.368,36
80007	81530730520				493,76
80007	82274746591				751,29
80007	82489637568				815,25
80007	82493553500				620,4
80007	82499209534				620,41
80007	82689350572				251,59
80007	83133054520				595,15
80007	83195092549				1.181,93
80007	83284400591				2.184,21
80007	83379169587				620,4
80007	83515364587				1.010,26
80007	85744212949				1.255,45
80007	86106848491				645,24
80007	86849875515				2.498,43
80007	87112310504				1.643,06
80007	87900785515				1.888,47
80007	88045536187				1.051,01
80007	88437604591				3.085,46
80007	88750299620				686,4
80007	89478029568				804,87
80007	90001931504				177,97
80007	90094832587				203,99
80007	90590759515				801,25
80007	90750810572				620,4
80007	90976240530				325,27
80007	90995376549				1.825,39
80007	91071160559				233,61
80007	91202094520				624,54

80007	91409977587				1.017,91
80007	91696003504				573,6
80007	91714044572				874,47
80007	91720370591				1.371,07
80007	91880203553				4.301,30
80007	91889243515				290,34
80007	91890632520				1.255,45
80007	91906180504				545,67
80007	91940702534				1.538,84
80007	92330282591				561,68
80007	92363954572				1.080,94
80007	92406424553				1.256,90
80007	92438610506				1.350,73
80007	92758223520				1.219,19
80007	92845843100				733,07
80007	93671288515				1.105,04
80007	93806183520				801,25
80007	93837607534				294,68
80007	94153663549				6.613,41
80007	94281866515				2.140,47
80007	94777306534				2.184,21
80007	94825300553				306,58
80007	94825483534				620,4
80007	94904960572				620,4
80007	95009680530				1.202,79
80007	95284710568				1.647,31
80007	95293914553				620,4
80007	95574140497				1.255,45
80007	95944320559				760,65
80007	95985573591				991,64
80007	96105330510				729,65
80007	96610433534				584,05
80007	96969563553				1.224,66
80007	97010944504				550,71
80007	97401480506				2.165,54
80007	98806882520				1.352,88
80007	98863932549				475,98
Razões e Justificativas:					
Fonte: SOF-SIAFI/2013					

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012				
2011				
2010	90,00	90,00		
2009				
2008				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	23.680.700,87	19.706.442,59	1.319,80	3.972.938,48
2011	3.973.946,51	1.030.806,33		2.943.140,18
2010	4.852.900,56	1.117.820,57	9.350,20	3.725.729,79
2009	11.722.799,08	1.210.363,13		10.512.435,95
2008	35.707,51			35.707,51
...				

4.3.1 Análise Crítica

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ decorre da implementação de projetos de construções que demandam um tempo maior na homologação do processo licitatório e execução das etapas das obras, ainda dentro do exercício financeiro em que os recursos são consignados.

Além disso, a demora na análise e validação dos projetos, ao ensejar o atraso da liberação dos recursos orçamentários, também retarda o início da execução orçamentária, provocando a necessidade de se utilizar desse instrumento.

A Permanência de RP processados por mais de um exercício financeiro, tem sua origem no atraso da execução das obras. Entretanto, não interfere na gestão financeira desta Unidade no exercício de referência.

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			165	76.886,89	318	290.763,95	367.650,84
2012			174	68.155,31	384	235.945,72	304.101,03
2011			115	36.651,07	233	190.379,94	227.031,01

Fonte: SIAFI 2011/2012/2013

Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Valores em R\$
1,00

Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Código UG 1		Nome da UG						
				Total Utilizado pela UG	-			
Código UG 2		Nome da UG						
				Total Utilizado pela UG	-			
				Total Utilizado pela UJ	-			

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
Código da UG 1	80007		R\$ 754.000,00			
ADEILSON SANTOS PEREIRA		00487362527	6.000,00	150,00	3.570,12	3.720,12
OTACILIO LIMA MACHADO JUNIOR		01170168531	24.000,00	3.087,00	15.457,28	18.544,28
CARLOS ALBERTO DE O. BOTTAS		04867734500	9.000,00	-	3.386,57	3.386,57
DILSON SANTANA DOS SANTOS		06597688520	12.000,00	-	3.095,02	3.095,02
HERON MARQUES OLIVEIRA		07892250506	67.000,00	12.298,11	28.925,82	41.223,93
MARIA GERVALINA PEREIRA GOMES		10033203504	38.000,00	5.195,00	13.032,57	18.227,57
VIRGINIA AUREA SALGADO NOGUEIRA		10043799515	13.000,00	1.717,50	13.759,41	15.476,91
IVONISIA MARIA DE CASTRO		11436298504	19.800,00	1.184,12	14.629,36	15.813,48
MANOEL GUSTAVO BISPO FILHO		18267262504	3.300,00	930,00	1.541,19	2.471,19
RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUZA		22630155315	29.500,00	4.593,00	12.414,08	17.007,08
SANDRA MARIA F. DOS S. AGUIAR		25517104568	23.000,00	1.020,00	6.848,98	7.868,98
SILVIO JOSÉ BARAUNA DE FREITAS		27358127587	14.000,00	920,00	2.899,05	3.819,05
JOSIVALDO VAZ SANTANA		27373681549	22.000,00	1.310,00	3.967,08	5.277,08
JOSÉ DOMINGOS NASCIMENTO COSTA		28711947500	0,00	0,00	1.885,66	1.885,66
JOÃO LUIZ COSTA NASCIMENTO		31333672500	24.000,00	5.334,46	19.179,76	24.514,22
EVALDETE DA ROCHA PROFETA		32575971500	18.000,00	1.520,00	13.924,15	15.444,15
CARLOS AUGUSTO R. DE OLIVEIRA		32625537515	25.000,00	2.447,00	5.432,09	7.879,09

ANTONIO FERNANDO CARVALHO ALVES	32782187520	10.500,00	882,00	3.255,77	4.137,77
WALDEMILSON MORAES S. SCHUFFN	33353611568	27.000,00	2.080,00	4.230,00	6.310,00
FRUTUOSO MIGUEL DOS SANTOS	33715602520	6.000,00	838,44	9.279,11	10.117,55
JOSÉ CLAUDIO ASSUNÇÃO CAMPOS	34896465504	12.800,00	-	1.798,25	1.798,25
DEJANIRA AUGUSTA S. GONZAGA	35653574520	20.000,00	2.437,40	6.554,61	8.992,01
FRANCISCO MOURA RIBEIRO	36401439572	12.000,00	760,00	5.296,68	6.056,68
DIOGO JOSE MOREIRA	39846628587	6.000,00	-	5.688,96	5.688,96
HELINOELITON GONCALVES CARNEIRO	39874222549	13.000,00	3.068,43	8.757,39	11.825,82
DARLEI ROCHA PINTO	42717078304	21.000,00	2.456,80	2.703,21	5.160,01
OLIVIO FERNANDES RODRIGUES	47451220559	23.500,00	550,00	1.490,97	2.040,97
LEANDRO CARLOS SOUZA SILVA	48216631553	4.000,00	-	1.107,15	1.107,15
MARCELO GALRAO BATISTA	48726109549	4.500,00	-	1.074,74	1.074,74
LUELTON NASCIMENTO SANTOS	48849251572	4.000,00	700,00	1.942,25	2.642,25
JOSÉ INFANTE NETO	49504843549	15.000,00	-	17.416,44	17.416,44
JOSE GOMES BARBOSA	50427679591	24.000,00	3.343,50	1.139,38	4.482,88
KATIA SELENEH SOUZA DE ARAUJO	51237750563	9.000,00	1.906,00	6.484,72	8.390,72
ROMEU DA SILVA JUNIOR	51637278500	16.000,00	200,00	783,24	983,24
ALEXANDRE MOREIRA M. CARVALHO	58029818572	10.000,00	-	4.591,40	4.591,40
ESTEVÃO GABRIEL M. PACHECO	59588179572	27.000,00	3.336,80	6.582,80	9.919,60
CARLO SANDRO DA COSTA SOUZA	63395070506	6.600,00	158,14	2.996,38	3.154,52
ESDRAS BATISTA CABRAL	64354270544	12.000,00	1.535,00	1.406,28	2.941,28

EDSON ALVES SANTOS FILHO	64441377568	28.000,00	3.615,00	14.138,92	17.753,92
LUCIANO LIMA DA SILVA	68827105549	15.000,00	1.535,00	1.578,89	3.113,89
JAIR SANTOS DA ROCHA	73715069520	17.000,00	1.710,00	3.406,03	5.116,03
KARLA RODRIGUES DA SILVA	90001931504	16.000,00	-	6.587,12	6.587,12
LEONARDO ROCHA DE OLIVEIRA	92330282591	26.000,00	1.730,00	3.259,95	4.989,95
HELICIO DOS SANTOS PRAXEDES	93449593587	20.500,00	2.338,19	3.265,12	5.603,31
Total Utilizado pela UG			76.886,89	290.763,95	367.650,84
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			76.886,89	290.763,95	367.650,84

Fonte: SIAFI 2013

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas							4	10.000,00	4	16.000,00	4	7.000,00
PC Aguardando Análise												
PC em Análise							12	37.000,00	1	3.000,00		
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							230	352.452,92	219	302.288,23	165	220.031,01

Fonte: SIAFI 2011/2012/2013

Quadro A.4.7.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

Precatórios - Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2012		2011		2010		2012***		2011*		2010**	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	1	963.638,39	5	899.919,80	5	2.242.482,56	1	963.638,39	5	899.919,80	5	2.242.482,56
Comum	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	1	963.638,39	5	899.919,80	5	2.242.482,56	1	963.638,39	5	899.919,80	5	2.242.482,56
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Alimentícia	1.041.982,00	974.523,00	2.393.626,00	1.041.982,00	974.523,00	2.393.626,00	-	-	-	-		
Comum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total	1.041.982,00	974.523,00	2.393.626,00	1.041.982,00	974.523,00	2.393.626,00	-	-	-	-		
Observações: *Constam dos 05 precatórios da Administração Direta expedidos em 2011 um total de 07 beneficiários; **Constam dos 05 precatórios da Administração Direta expedidos em 2010 um total de 19 beneficiários; ***Constam do único precatório (precatório nº 68500-71.1990.5.05.0013) da Administração Direta expedido em 2012 um total de 25 beneficiários;												

Fonte: Planilhas de Precatórios expedidas pela Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância do TRT - 5ª Região, bem como Ofícios (informativos de créditos) oriundos da Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT - 5ª Região

Quadro A.4.7.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta

Precatórios - Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2012		2011		2010		2012***		2011*		2010**	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	4	2.132.281,06	4	21.693.209,10	1	22.618.898,03	4	2.132.281,06	4	21.693.209,10	1	22.618.898,03
Comum	0		0		0		0	-	0	-	0	-
Total	4	2.132.281,06	4	21.693.209,10	1	22.618.898,03	4	2.132.281,06	4	21.693.209,10	1	22.618.898,03
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Alimentícia	2.305.634,00	23.491.576,00	24.143.410,00	2.305.634,00	11.675.407,00	24.143.410,00	-	11.816.169,00	-	-		
Comum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total	2.305.634,00	23.491.576,00	24.143.410,00	2.305.634,00	11.675.407,00	24.143.410,00	-	11.816.169,00	-	-		
Observações: *Constam dos 04 precatórios da Administração Indireta expedidos em 2011 um total de 17 beneficiários, sendo que um deles é um Sindicato (SINDSUNSEB – CNPJ 13532049/0001-37), cujo crédito alcança o valor de R\$10.781.610,06 (precatório nº 0267842-90.1990.5.5.0004); **Constam do único precatório (precatório nº 0191140-37.1989.5.05.0005) da Administração Indireta expedido em 2010 um total de 441 beneficiários; ***Constam dos 04 precatórios da Administração Indireta expedidos em 2012 um total de 12 beneficiários;												

Fonte: Planilhas de Precatórios expedidas pela Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância do TRT - 5ª Região, bem como Ofícios (informativos de créditos) oriundos da Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT - 5ª Região

Análise Crítica

No que concerne às solicitações de recursos para pagamento de Precatórios de entes Federais, cabe registrar as seguintes observações:

O crédito devido a cada um dos exequentes (beneficiários) é fixado exclusivamente pelo Juiz nos autos do processo e somente ele, por meio de decisão fundamentada, pode alterar os valores.

Após transitar em julgado a conta que fixou o crédito, o magistrado determina a expedição da Requisição de Pequeno Valor ou do Precatório, a depender do valor a executar.

Recebido os autos com o Precatório na Secretaria de Coordenação Judiciária de Segunda Instância, os mesmos são encaminhados por despacho da Presidência à Central de Cálculos, para atualização, devendo ainda ser conferido se a União teve ciência da determinação de expedição e se foi oportunizada a compensação de créditos, bem como se o Ministério Público do Trabalho emitiu parecer acerca da regularidade da formação do precatório, consoante exigência contida no Regimento Interno deste E. TRT.

Após a atualização, e também em cumprimento ao despacho exarado pela Presidência, são efetuadas as solicitações de recursos.

Na hipótese de o crédito ter sido enquadrado como precatório, a solicitação de recursos é efetuada até o final de junho de cada ano, utilizando-se ferramenta (software) fornecida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Este programa controla todos os dados dos exequentes (beneficiários), como nome, CPF, Vara do Trabalho, processo, recolhimentos legais (INSS e IR), ente (Autarquia, Fundação ou Administração Direta), e gera, ao final, arquivos em formato “DB” (ADVOGADO.DB, CADASTRO.DB, PRECATORIO.DB e BENEFICIARIO.DB) contendo todas as informações.

Depois da conferência do preenchimento dos dados no programa em relação àqueles constantes dos processos, os arquivos são encaminhados via email diretamente à Coordenadoria de Finanças do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Os valores são descentralizados pelo Conselho Superior no início do ano para a nossa unidade orçamentária e ficam à disposição do Juízo das respectivas Varas do Trabalho, que detém a competência para liberá-los, para pagamento aos exequentes, cabendo ressaltar que apenas os magistrados podem autorizar a liberação de qualquer valor às partes.

É relevante registrar que o software de solicitação de verbas para precatórios poderia ser aprimorado com a adoção de uma ferramenta de criptografia dos dados, bem como uma transmissão direta ao servidor do Conselho, tendo em vista que a transmissão dos arquivos por ele gerados (ADVOGADO.DB, CADASTRO.DB, PRECATORIO.DB e BENEFICIARIO.DB) é atualmente realizada via e-mail institucional, tendo como destinatário e-mail institucional do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Por fim, registre-se que no início do ano de 2013 entrou em operação neste TRT-5ª Região o novo Módulo de Gestão de Precatórios, desenvolvido para atender às especificações contidas na Resolução nº 115/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que, por sua vez, reflete as alterações constitucionais introduzidas com a Emenda Constitucional nº 62/2009.

Força de Trabalho da UJ

Análise Crítica

A utilização de recursos por suprimento de fundos se dá de forma excepcional, para atender as despesas de pequeno vulto, imprevisíveis e de pronto pagamento. A execução desta despesa somente ocorre com a autorização prévia do gestor, onde são analisadas a sua pertinência e a legalidade dos atos praticados.

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2781	2591	110	158
1.1. Membros de poder e agentes políticos	214	203	2	6
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2567	2388	108	152
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2284	2105	64	80
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	2	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	279	279	42	69
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	13	13	2	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2794	2604	112	158

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	12
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	5
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Lei 8.112, Art.84, §2)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	129
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	113
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	5
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	9
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	0

6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	146

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	160	160	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	160	160	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	141	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	6	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	13	-	-
1.2.5. Aposentados	-	0	-	-
2. Funções Gratificadas	1565	1522	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1313	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	209	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1725	1362	-	-

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	263	663	980	582	100
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	1	62	87	39	14
1.2. Servidores de Carreira	262	601	893	543	86
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	175	418	680	342	57
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	26	104	20	3
2.3. Funções Gratificadas	173	392	576	322	54
3. Totais (1+2)	438	1081	1660	924	157

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	5	33	415	1001	1104	26	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	197	2	1	3
1.2. Servidores de Carreira	0	0	5	33	415	804	1102	25	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	5	16	277	591	763	19	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	65	83	3	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	5	16	273	526	680	16	1
3. Totais (1+2)	0	0	10	49	692	1592	1867	45	5

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	318	23
1.2 Compulsória	5	0
1.3 Invalidez Permanente	88	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	163	0
2.2 Compulsória	6	2
2.3 Invalidez Permanente	35	6
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	615	32

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1 Integral	388	14
1.2 Proporcional	24	1
2. Em Atividade	0	0
3. Total (1+2)	412	15

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Como uma das formas de buscar inibir a ocorrência de acumulação indevida de cargos e/ou funções no Tribunal, tem-se adotado como praxe, no momento da posse, o preenchimento, pelo servidor, de declaração em que nega estar acumulando indevidamente o cargo que está assumindo.

No quadro de pessoal deste Regional não há registro de servidor que esteja acumulando cargo, função ou emprego público, na forma vedada pelo art. 37, inc. XVI e XVII, da Constituição Federal.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica, pois, neste Regional, não há registro de servidor que esteja acumulando cargo, função ou emprego público, na forma vedada pelo art. 37, inc. XVI e XVII, da Constituição Federal.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.

Em consonância com o disposto na Resolução 92 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região iniciou a implementação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências em Dezembro/2012, mediante a contratação da empresa Leme Consultoria.

A implementação do novo modelo de gestão possibilitará ao TRT5ª Região identificar de maneira objetiva quais são as necessidades de capacitação de cada servidor, bem como quais são as suas potencialidades e talentos, a partir da identificação das competências indispensáveis a cada posto de trabalho, o que proporcionará maior qualificação dos servidores e orientará na elaboração dos planos de desenvolvimento dos profissionais.

Desse modo, foi definido o cronograma de implementação e, até o momento, as seguintes etapas foram realizadas:

- ❖ Criação do Comitê Gestor Regional;
- ❖ Capacitação da equipe gestora do projeto sobre a metodologia da Leme Consultoria;
- ❖ Realização do Projeto Piloto na Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas – CDP;
- ❖ Elaboração dos mapas de atribuição por Unidade, bem como a sua validação com os gestores (atribuição e competências técnicas);
- ❖ Identificação do Inventário Comportamental do TRT 5ª Região;
- ❖ Realização da primeira rodada de avaliação por competências em outubro/2013;
- ❖ Feedback.

As ações até então concluídas, priorizaram a Área Administrativa, tendo em vista a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJ-e) nas Varas do Trabalho, porém para a etapa da coleta de indicadores comportamentais, todas as Unidades deste Regional participaram, a fim de legitimar o resultado. As demais etapas seguirão o cronograma estabelecido entre a Leme Consultoria e este Tribunal.

Para o ano de 2014, este Tribunal Regional do Trabalho pretende estender o Programa para as Varas do Trabalho, bem como utilizar-se dos relatórios, gerados a partir da primeira rodada de avaliação por competências, a fim de atender à demanda de treinamentos e formatar os planos de desenvolvimento dos servidores, observando também o Planejamento Estratégico, as competências essenciais do TRT (comprometimento, visão sistêmica, foco no jurisdicionado, trabalho em equipe), os treinamentos legais e o orçamento.

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO TRT-5

Nível escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Ci (V)
Nível Superior					R:
Área Fim	134	136	136	136	
Área Meio	38	39	40	40	
Nível Médio					
Área Fim	81	167	168	175	
Área Meio	18	19	19	19	

Fonte: Secretaria de Informática e Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

**QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU
(ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	52	115	52	119
Concessão de aposentadoria	41	33	39	48
Concessão de pensão civil	26	18	20	15
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	6	11	6	11
Totais	125	177	117	193

**QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU
(ART. 3º DA IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	35	46	35	47
Cancelamento de concessão	15	14	15	14
Cancelamento de desligamento	6	0	6	0
Totais	56	60	56	61

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	7	38	5	2
Concessão de aposentadoria	1	6	12	20
Concessão de pensão civil	0	0	0	20
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	0	1	4
Total	9	44	18	46
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	17	9	2	7
Cancelamento de concessão	2	2	3	6
Cancelamento de desligamento	0	0	0	6
Total	19	11	5	19

A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Análise dos Resultados da Pesquisa de Satisfação de Cliente Externo do TRT5

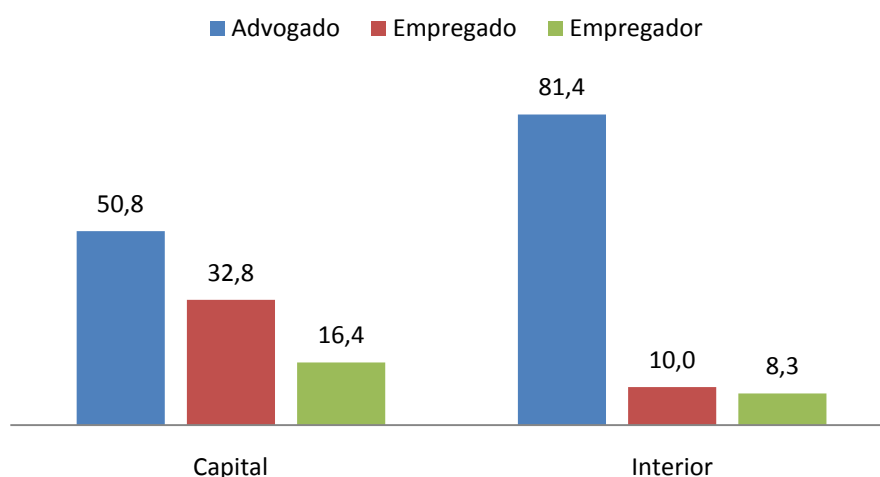
Período de realização: dezembro de 2012

Público: Clientela externa do TRT5, através de amostra aleatória, conforme Tabela 1 e Gráfico 1.

Tabela 1. Identificação do entrevistado de acordo com a origem.

Identificação	Origem		Total
	Capital	Interior	
Advogado	65 (50,8%)	236 (81,4%)	302 (72,0%)
Empregado	42 (32,8%)	29 (10,0%)	72 (17,0%)
Empregador	21 (16,4%)	24 (8,3%)	45 (10,8%)
Outros	-	1 (0,3%)	1 (0,2%)
Total	128	290	418

Gráfico1. Identificação do entrevistado de acordo com a origem.



Cidades/ Varas que participaram da pesquisa:

Salvador

2ª Vara de Alagoinhas

Bom Jesus da Lapa

1ª Vara de Candeias

Conceição do Coité

Cruz das Almas

Euclides da Cunha

3ª Vara de Feira de Santana

4ª Vara de Feira de Santana

6ª Vara de Feira de Santana

Guanambi

1ª Vara de Ilhéus

2ª Vara de Ilhéus

Itaberaba

Itamaraju

1ª Vara de Juazeiro

Porto Seguro

Santo Amaro

Santo Antonio de Jesus

Senhor do Bonfim

2ª Vara de Simões Filho

Teixeira de Freitas

Valença
1ª Vara de Vitória da Conquista
2ª Vara de Vitória da Conquista
1 vara do interior não identificada

Parte I:

A satisfação dos clientes externos do TRT5 foi avaliada em dois tópicos principais: infraestrutura e serviços prestados.

O formulário constou de 19 perguntas e a avaliação quanto à satisfação dos clientes foi distribuída em quatro categorias de respostas:

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente

I. Infraestrutura:

No somatório geral das respostas que expressam satisfação (total + parcial) quanto à infraestrutura disponibilizada pelo TRT5 nas suas dependências, os aspectos avaliados obtiveram uma percentagem de satisfação (total + parcial) acima de 73,7%, com exceção da pergunta: “O TRT e as Varas do Trabalho facilitam o acesso aos portadores de necessidades especiais às suas instalações”, cujo resultado para a concordância (total+parcial) foi 66,1%.

O aspecto que se destaca positivamente é a “sinalização dos ambientes do Tribunal e Varas do Trabalho” (82,3%), conforme Gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas à infraestrutura do TRT5

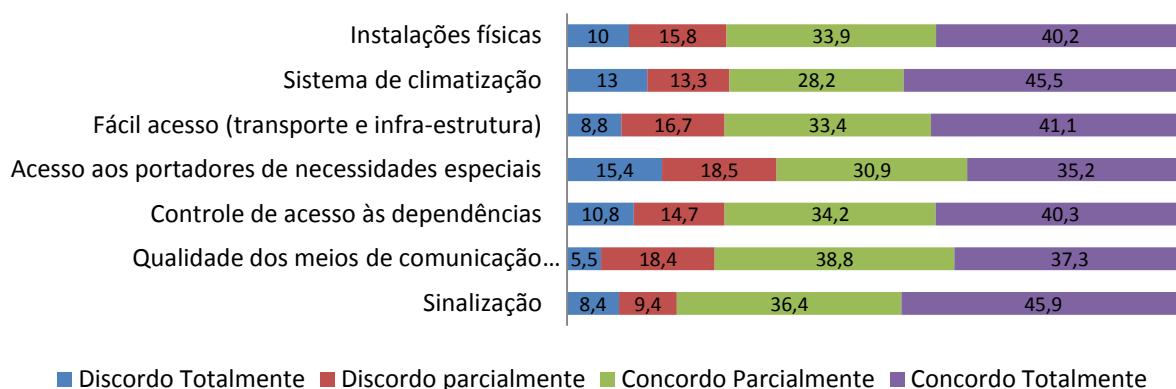


Tabela 2. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas à infraestrutura do TRT5.

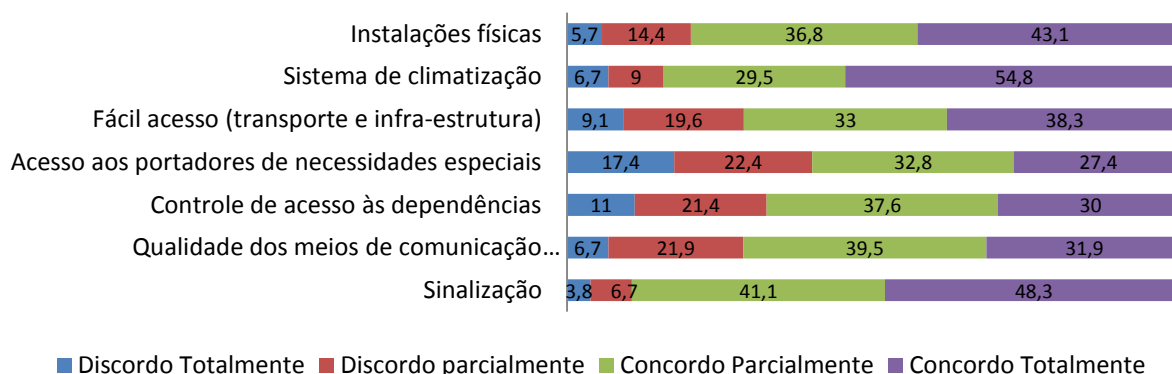
	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
1-Os ambientes do Tribunal e Varas do Trabalho são bem sinalizados	8,4	9,4	36,4	45,9
Estou satisfeito com a qualidade dos meios de comunicação disponibilizados.	5,5	18,4	38,8	37,3
Estou satisfeito com o controle de acesso às dependências.	10,8	14,7	34,2	40,3
O TRT e as Varas do Trabalho facilitam o acesso aos portadores de necessidades especiais às suas instalações.	15,4	18,5	30,9	35,2
O TRT e as Varas do Trabalho estão instalados em locais de fácil acesso (transporte e infraestrutura).	8,8	16,7	33,4	41,1
Estou satisfeito com o sistema de climatização (ar-condicionado).	13,0	13,3	28,2	45,5
Estou satisfeito com as instalações físicas.	10,0	15,8	33,9	40,2
Infraestrutura em geral	10,3	15,3	33,7	40,8

I.1 Comparação dos resultados da avaliação da infraestrutura entre Capital e Interior:

O aspecto mais bem avaliado nos Fóruns da Capital foi quanto à sinalização dos ambientes, com um percentual total de concordância de 89,4, tendo inclusive predominado a concordância total (48,3) sobre a parcial (41,1).

A climatização dos ambientes nos fóruns da Capital foi o segundo aspecto mais bem avaliado, apresentando um percentual de 84,3 de concordância total, tendo predominado significativamente neste resultado a concordância total (54,8).

A satisfação com as instalações físicas aparece como o terceiro aspecto mais bem avaliado nos fóruns da Capital, com um percentual total de concordância de 79,9, também predominando neste resultado a concordância total (43,1).

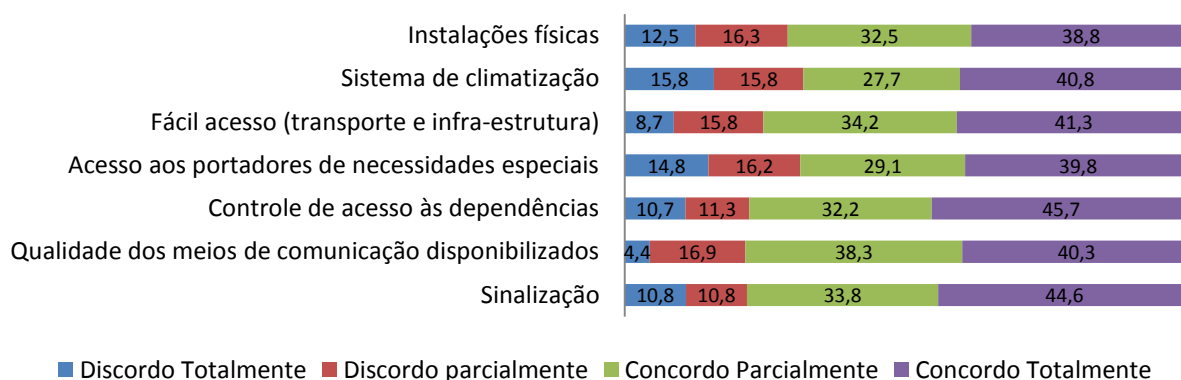
Gráfico 3. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas à infraestrutura do TRT5 - Capital.

As diferenças significativas encontradas entre os fóruns da Capital e do Interior foram quanto ao aspecto da climatização, de 15,8 pontos a mais para a Capital e ao aspecto da sinalização, cuja diferença de pontos percentuais encontrada foi 11,0 pontos a mais para os fóruns da Capital (vide Intervalo de Confiança – IC calculado no Quadro 1).

Quadro 1 – Comparação entre Capital e Interior das questões que apresentaram resultado mais satisfatório na Capital

Pergunta	Percentual (IC 90%) de Concordância (total + parcial)	
	Capital	Interior
Os ambientes do Tribunal e Varas são bem sinalizados	Concordo parcialmente: 41,1 Concordo totalmente: 48,3 Total: 89,4 (85,2 – 93,6)	Concordo parcialmente: 33,8 Concordo totalmente: 44,6 Total: 78,4 (74,2 – 82,7)
Estou satisfeito com o sistema de climatização (ar-condicionado).	Concordo parcialmente: 29,5 Concordo totalmente: 54,8 Total: 84,3 (79,4 – 89,2)	Concordo parcialmente: 27,7 Concordo totalmente: 40,8 Total: 68,5 (63,8 – 73,2)
Estou satisfeito com as instalações físicas.	Concordo parcialmente: 36,8 Concordo totalmente: 43,1 Total: 79,9 (74,5 – 85,3)	Concordo parcialmente: 32,5 Concordo totalmente: 38,8 Total: 71,3 (66,7 – 75,9)

Os fóruns do Interior foram mais bem avaliados na questão “Estou satisfeito com a qualidade dos meios de comunicação disponibilizados”, com um percentual de concordância de 78,6% (somando-se a concordância total mais a parcial), no aspecto da “sinalização do ambiente” (78,4%) e no “controle de acesso às dependências” (77,9%).

Gráfico 4. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas à infraestrutura do TRT5 - Interior.

No Quadro 2 encontramos os aspectos que foram mais bem avaliados nos fóruns do Interior em relação aos fóruns da Capital.

As diferenças encontradas não são significativas, conforme pode-se observar a partir do Intervalo de Confiança – IC calculado.

Observe-se que no resultado da avaliação dos fóruns do Interior para os aspectos listados no quadro abaixo a concordância total predominou sobre a concordância parcial.

No entanto, no resultado para a Capital, a concordância parcial predominou, com exceção da questão relacionada à localização em locais de fácil acesso.

Quadro 2 – Comparação entre Capital e Interior das questões que apresentaram resultado mais satisfatório no Interior

Pergunta	Percentual de Concordância (total + parcial) na Capital	Percentual de Concordância (total + parcial) no Interior
Estou satisfeito com a qualidade dos meios de comunicação disponibilizados.	Concordo parcialmente: 39,5 Concordo totalmente: 31,9 Total: 71,4 (65,3 – 77,5)	Concordo parcialmente: 38,3 Concordo totalmente: 40,3 Total: 78,6 (62,8 – 72,4)
Estou satisfeito com o controle de acesso às dependências.	Concordo parcialmente: 37,6 Concordo totalmente: 30 Total: 67,6 (65,2 – 77,4)	Concordo parcialmente: 32,2 Concordo totalmente: 45,7 Total: 77,9 (73,6 – 82,2)
O TRT e as Varas do Trabalho estão instalados em locais de fácil acesso (transporte e infraestrutura).	Concordo parcialmente: 33 Concordo totalmente: 38,3 Total: 71,3 (65,2 – 77,4)	Concordo parcialmente: 34,2 Concordo totalmente: 41,3 Total: 75,5 (71,1 – 79,9)
O TRT e as Varas do Trabalho facilitam o acesso aos portadores de necessidades especiais às suas instalações.	Concordo parcialmente: 32,8 Concordo totalmente: 27,4 Total: 60,2 (53,4 – 67,0)	Concordo parcialmente: 29,1 Concordo totalmente: 39,87 Total: 68,9 (64,1 – 73,7)

II – Serviços Prestados:

No somatório geral (Capital e Interior), a satisfação dos clientes externos quanto aos serviços prestados pelo TRT5 destaca-se positivamente nos aspectos “presteza e cordialidade no atendimento” (86,0%), “informações claras e precisas” (84,3%), “atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho” (82,2%) e “organização e eficiência do Protocolo” (82,4%), ressaltando-se o alto índice de respostas de “concordo totalmente” apresentado a essas questões (58,3%, 51,2%, 50,5% e 49,8% respectivamente – gráfico 5 e tabela 3).

O aspecto crítico na avaliação foi o relacionado ao “cumprimento dos horários das audiências”, com um percentual de 50,8 de insatisfação (vide gráfico 5). A “celeridade na tramitação do processo” obteve um percentual de satisfação de 65,6, tendo predominado neste resultado as respostas de “concordo parcialmente” (36,8), sobre as de “concordo totalmente” (28,8).

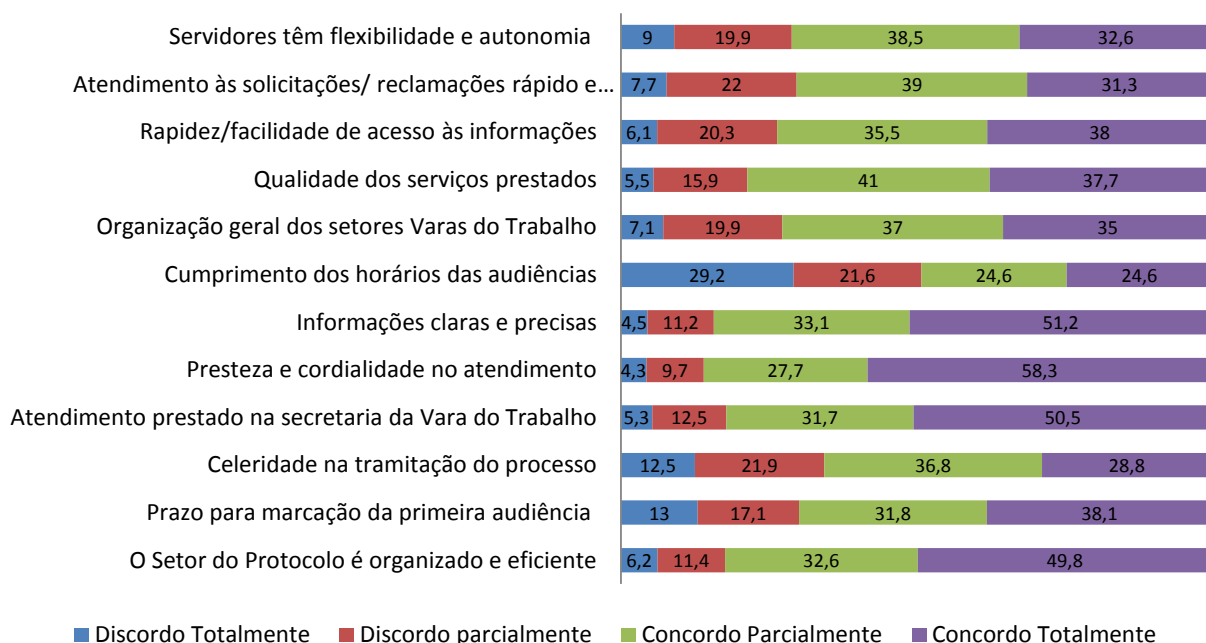
Gráfico 5. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5.

Tabela 3. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5.

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O Setor do Protocolo é organizado e eficiente.	6,2	11,4	32,6	49,8
Estou satisfeito com o prazo para marcação da primeira audiência após a petição inicial.	13,0	17,1	31,8	38,1
Estou satisfeito com a celeridade na tramitação do processo.	12,5	21,9	36,8	28,8
Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho	5,3	12,5	31,7	50,5
Estou satisfeito com a presteza e cordialidade no atendimento.	4,3	9,7	27,7	58,3
As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas.	4,5	11,2	33,1	51,2
Estou satisfeito com o cumprimento dos horários das audiências.	29,2	21,6	24,6	24,6
Estou satisfeito com a organização geral dos setores do Tribunal e Varas do Trabalho.	7,1	19,9	37,0	35,0
Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados.	5,5	15,9	41,0	37,7
Estou satisfeito com a rapidez/facilidade de acesso às informações.	6,1	20,3	35,5	38,0
O atendimento às solicitações e reclamações é rápido e efetivo.	7,7	22,0	39,0	31,3
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais.	9,0	19,9	38,5	32,6
Serviços em geral	9,2	17,0	34,1	37,7

II.1 – Comparação entre os resultados da Capital e do Interior quanto aos serviços prestados.

A satisfação dos clientes externos dos fóruns da Capital (vide Gráfico 6 e Tabela 4), que responderam à pesquisa destacou-se na questão “O Setor do Protocolo é organizado e eficiente”, obtendo um índice de respostas de concordância de 77,7%, na questão relacionada à “presteza e cordialidade no atendimento” (77,0%), na “clareza e precisão das informações prestadas pelos servidores” (75,8%), seguindo-se pela avaliação dada à questão “Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados” (73,2%).

O fator crítico encontrado nos fóruns da Capital foi o relacionado ao “cumprimento dos horários das audiências”, que obteve um percentual de satisfação de 33,1.

O percentual de satisfação coincidiu para as questões relacionadas à “celeridade na tramitação do processo” e “rapidez e efetividade no atendimento às solicitações e reclamações” (55,4) e que também são fatores cujo resultado desperta atenção.

Gráfico 6. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5 – Capital.

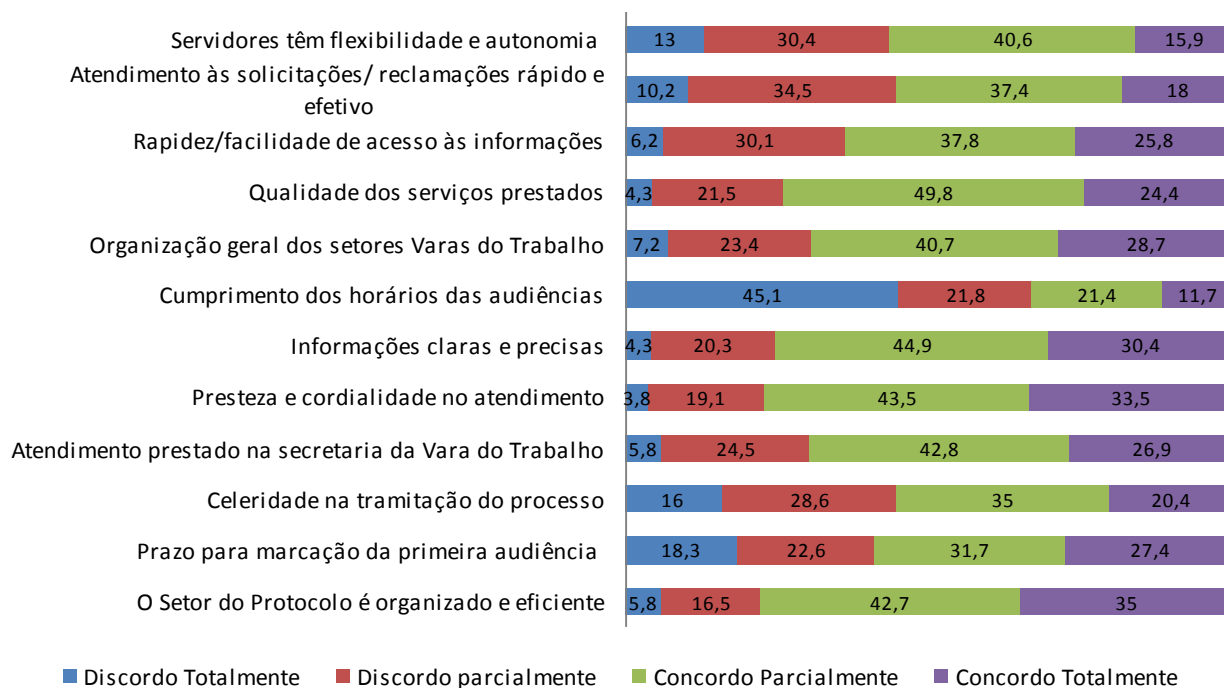


Tabela 4. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5 – Capital.

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O Setor do Protocolo é organizado e eficiente.	5,8	16,5	42,7	35,0
Estou satisfeito com o prazo para marcação da primeira audiência após a petição inicial.	18,3	22,6	31,7	27,4
Estou satisfeito com a celeridade na tramitação do processo.	16,0	28,6	35,0	20,4
Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho	5,8	24,5	42,8	26,9
Estou satisfeito com a presteza e cordialidade no atendimento.	3,8	19,1	43,5	33,5
As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas.	4,3	20,3	44,9	30,9
Estou satisfeito com o cumprimento dos horários das audiências.	45,1	21,8	21,4	11,7
Estou satisfeito com a organização geral dos setores do Tribunal e Varas do Trabalho.	7,2	23,4	40,7	28,7
Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados.	4,3	21,5	49,8	24,4
Estou satisfeito com a rapidez/facilidade de acesso às informações.	6,2	30,1	37,8	25,8
O atendimento às solicitações e reclamações é rápido e efetivo.	10,2	34,5	37,4	18,0
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais.	13,0	30,4	40,6	15,9
Serviços em geral	11,7	24,6	37,1	23,3

A satisfação dos clientes externos do TRT5 que responderam à pesquisa nos fóruns do Interior (vide Gráfico 7 e Tabela 5) destacou-se nos aspectos “presteza e cordialidade no atendimento” (90,0% de concordância, atentando-se para a predominância significativa neste resultado das respostas de “concordo totalmente” – 72,3%).

O percentual de satisfação coincidiu para as questões “Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho” e “As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas” (88,1% de concordância, predominando as respostas de “concordo totalmente”).

Estes resultados revelam que o atendimento nas secretarias das Varas do Trabalho nos fóruns do Interior é um ponto forte no serviço prestado pelo TRT5.

O Setor do Protocolo foi considerado organizado e eficiente por 85,4% dos clientes (somando-se as respostas de concordância e predominando neste resultado a resposta “concordo totalmente” – 58,8%), revelando-se também como ponto forte no serviço prestado pelo TRT5 nos fóruns da Capital.

O aspecto crítico no serviço prestado nos fóruns do Interior, assim como na Capital, foi quanto à satisfação com o “cumprimento dos horários das audiências” (57,6%).

Gráfico 7. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5 – Interior.

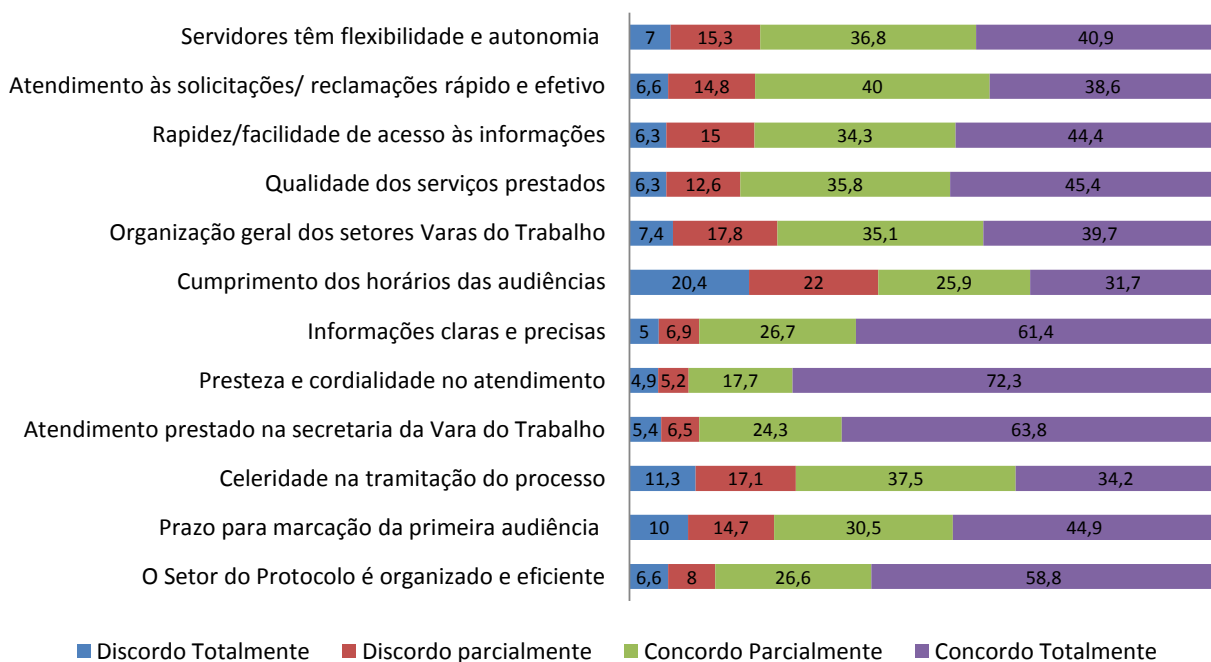


Tabela 5. Percentual dos níveis de concordância em questões relacionadas aos serviços prestados no TRT5 – Interior.

	Discordo Totalmente	Discordo parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
O Setor do Protocolo é organizado e eficiente.	6,6	8,0	26,6	58,8
Estou satisfeito com o prazo para marcação da primeira audiência após a petição inicial.	10,0	14,7	30,5	44,9
Estou satisfeito com a celeridade na tramitação do processo.	11,3	17,1	37,5	34,2
Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho	5,4	6,5	24,3	63,8
Estou satisfeito com a presteza e cordialidade no atendimento.	4,9	5,2	17,7	72,3
As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas.	5,0	6,9	26,7	61,4
Estou satisfeito com o cumprimento dos horários das audiências.	20,4	22,0	25,9	31,7
Estou satisfeito com a organização geral dos setores do Tribunal e Varas do Trabalho.	7,4	17,8	35,1	39,7
Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados.	6,3	12,6	35,8	45,4
Estou satisfeito com a rapidez/facilidade de acesso às informações.	6,3	15,0	34,3	44,4
O atendimento às solicitações e reclamações é rápido e efetivo.	6,6	14,8	40,0	38,6
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais.	7,0	15,3	36,8	40,9
Serviços em geral	8,1	13,0	30,9	48,0

Os fóruns do interior obtiveram percentuais de satisfação maiores em comparação aos fóruns da Capital em todos os aspectos avaliados quanto aos serviços prestados no TRT5 (vide Quadros 3 e 4). Esta diferença é significativa nas questões relacionadas a:

Quadro 3 – Aspectos avaliados com diferença significativa de resultado entre Capital e Interior

QUESTÃO AVALIADA	Diferença em pontos percentuais
Cumprimento dos horários das audiências	24,3
Atendimento rápido e efetivo às solicitações e reclamações	23,2
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais	21,2
Presteza e cordialidade no atendimento	20,0
Satisfação com o atendimento prestado na Vara do Trabalho	18,4
Prazo para marcação da primeira audiência	16,3
Celeridade na tramitação do processo	16,3
Satisfação com a rapidez e facilidade de acesso às informações	15,1
Clareza e precisão das informações prestadas pelos servidores	12,7

Quadro 4– Comparação entre os resultados obtidos pelos serviços prestados na Capital e no Interior, organizados em ordem decrescente de diferença.

Pergunta	Percentual de Concordância (total + parcial) na Capital	Percentual de Concordância (total + parcial) no Interior
Estou satisfeito com o cumprimento dos horários das audiências.	Concordo parcialmente: 21,4 Concordo totalmente: 11,7 Total: 33,1 (26,7 – 39,5)	Concordo parcialmente: 25,9 Concordo totalmente: 31,7 Total: 57,6 (52,5 – 62,7)
O atendimento às solicitações e reclamações é rápido e efetivo.	Concordo parcialmente: 37,4 Concordo totalmente: 18,0 Total: 55,4 (49,9 – 60,8)	Concordo parcialmente: 40,0 Concordo totalmente: 38,6 Total: 78,6 (74,5 – 82,8)
Os servidores têm flexibilidade e autonomia para resolver as situações individuais	Concordo parcialmente: 40,6 Concordo totalmente: 15,9 Total: 56,5 (51,4 – 61,6)	Concordo parcialmente: 36,8 Concordo totalmente: 40,9 Total: 77,7 (73,3 – 82,1)
Estou satisfeito com a presteza e cordialidade no atendimento.	Concordo parcialmente: 43,5 Concordo totalmente: 33,5 Total: 77,0 (71,7 – 82,4)	Concordo parcialmente: 72,3 Concordo totalmente: 17,7 Total: 90,0 (86,1 – 93,8)
Estou satisfeito com o atendimento prestado na secretaria da Vara do Trabalho	Concordo parcialmente: 42,8 Concordo totalmente: 26,9 Total: 69,7 (64,2 – 75,2)	Concordo parcialmente: 24,3 Concordo totalmente: 63,8 Total: 88,1 (84,0 – 92,0)
Estou satisfeito com o prazo para marcação da primeira audiência após a petição inicial.	Concordo parcialmente: 31,7 Concordo totalmente: 27,4 Total: 59,1 (52,7 – 65,6)	Concordo parcialmente: 30,5 Concordo totalmente: 44,9 Total: 75,4 (70,5 – 80,2)
Estou satisfeito com a celeridade na tramitação do processo.	Concordo parcialmente: 35,0 Concordo totalmente: 20,4 Total: 55,4 (49,5 – 61,2)	Concordo parcialmente: 37,5 Concordo totalmente: 34,2 Total: 71,7 (67,1 – 76,2)
Estou satisfeito com a rapidez/facilidade de acesso às informações.	Concordo parcialmente: 37,8 Concordo totalmente: 25,8 Total: 63,6 (57,8 – 69,5)	Concordo parcialmente: 34,3 Concordo totalmente: 44,4 Total: 78,7 (74,3 – 83,2)
As informações prestadas pelos servidores são claras e precisas.	Concordo parcialmente: Concordo totalmente: Total: 75,4 (70,1 – 80,6)	Concordo parcialmente: 26,7 Concordo totalmente: 61,4 Total: 88,1 (84,2 – 92,1)
O Setor do Protocolo é organizado e eficiente.	Concordo parcialmente: 35,0 Concordo totalmente: 42,7 Total: 77,7 (72,3 – 83,1)	Concordo parcialmente: 26,6 Concordo totalmente: 58,8 Total: 85,4 (81,2 – 89,7)
Estou satisfeito com a organização geral dos setores do Tribunal e Varas do Trabalho.	Concordo parcialmente: 40,7 Concordo totalmente: 28,7 Total: 69,4 (63,7 – 75,1)	Concordo parcialmente: 35,1 Concordo totalmente: 39,7 Total: 74,8 (70,2 – 79,4)

Estou satisfeito com a qualidade dos serviços prestados.	Concordo parcialmente: 49,8 Concordo totalmente: 24,4 Total: 73,2 (69,3 – 79,0)	Concordo parcialmente: 35,8 Concordo totalmente: 45,4 Total: 78,2 (76,9 – 85,4)
--	---	---

Parte II:

Os serviços avaliados nesta parte do formulário referem-se a canais disponibilizados para facilitação de acesso e de comunicação entre os clientes externos e o TRT5 e vice-versa.

Avaliou-se a satisfação dos clientes com relação ao “site do TRT5” e ao “Serviço de Ouvidoria do TRT5”

O “site do TRT5” foi considerado “bom” por 40% dos clientes que responderam à pesquisa. Somando-se ao percentual de respostas “Muito Bom” (22,1%) e “Excelente” (8,5%), obtemos um percentual de 70,9 de satisfação.

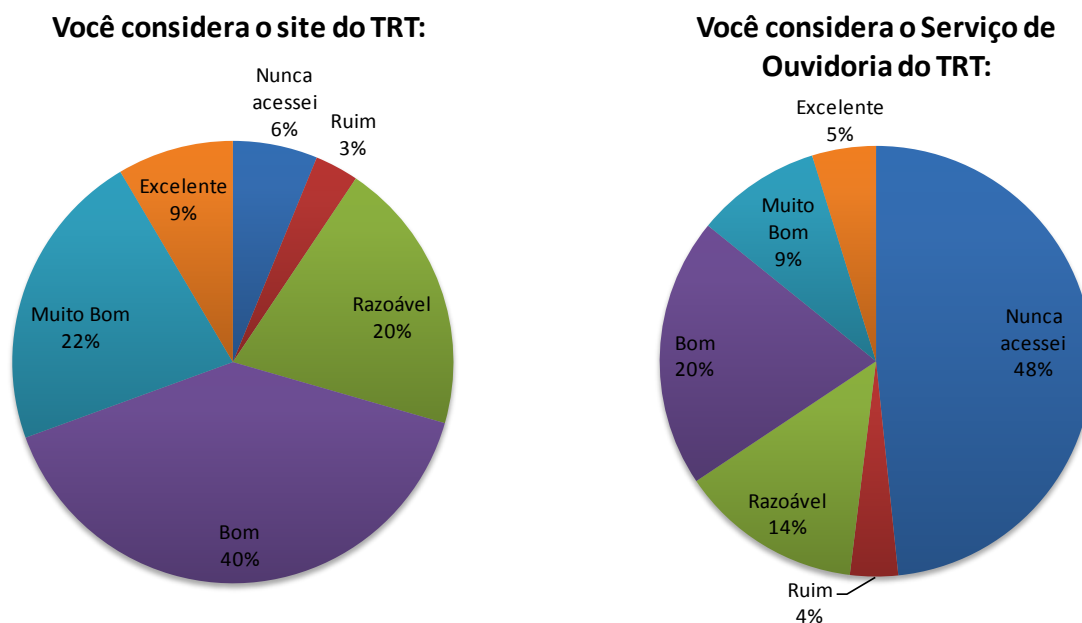
Em relação ao “Serviço de Ouvidoria do TRT5” 48,4% dos clientes que responderam nunca acessaram.

Entre os que acessaram, a satisfação foi expressa por 66,7% - somando-se as respostas de Bom (39,2%), Muito Bom (18,2%) e Excelente (9,3%).

Tabela 6. Avaliação pelo usuário de serviços prestados no TRT5 (%).

	Nunca acessei	Ruim	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente
Você considera o site do TRT:	6,2	3,2	20,1	40,0	22,1	8,5
Você considera o Serviço de Ouvidoria do TRT:	48,4	3,6	13,7	20,2	9,4	4,8

Gráfico 8. Avaliação pelo usuário de serviços prestados no TRT5 (%).



Foi avaliado o conhecimento ou não de alguns serviços específicos, sistemas ou recursos disponibilizados pelo Tribunal (vide Gráfico 9):

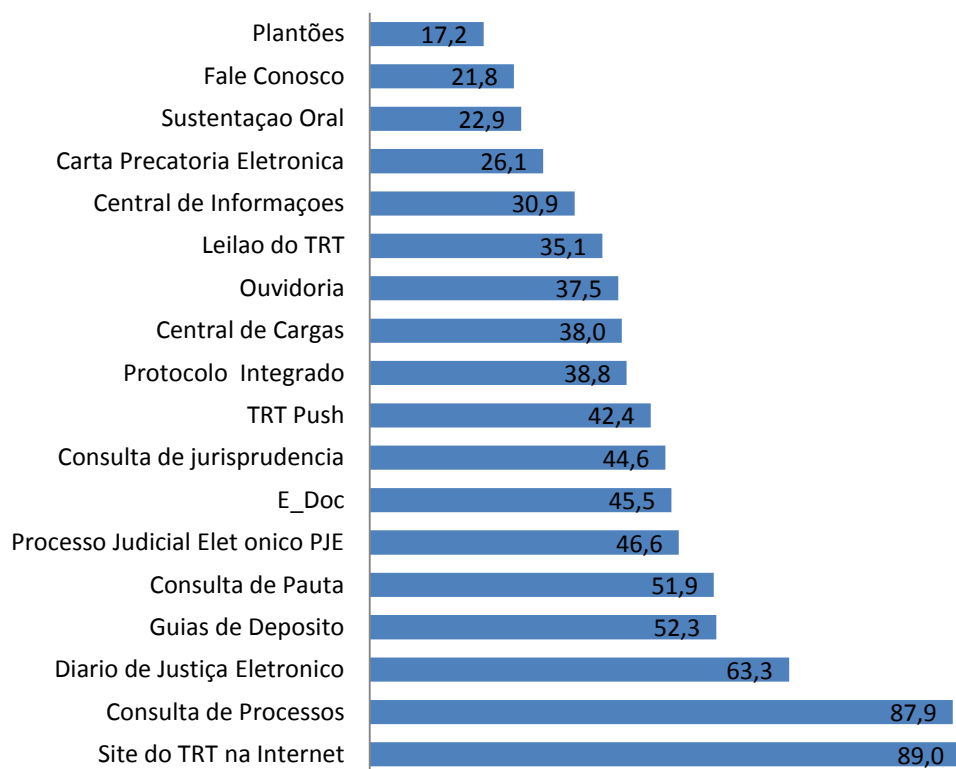
O Site do TRT na Internet obteve o maior percentual de conhecimento (89) entre os clientes que responderam à pesquisa, seguindo-se pela Consulta de Processos (87,9) e revelando alto nível de efetividade na comunicação com os clientes externos.

Com um percentual entre 63,3 e 51,9 os serviços Diário de Justiça Eletrônico, Guias de Depósito e Consulta de Pauta apresentaram um nível intermediário de conhecimento.

Os demais serviços avaliados apresentaram percentuais abaixo de 50 e acima de 26, revelando-se como pontos críticos quanto ao nível de conhecimento e à efetividade na comunicação com os clientes externos.

Remetendo-nos ao Gráfico 1, encontramos que no fórum da Capital 50,8% dos respondentes eram advogados e nos fóruns do Interior, esse percentual correspondeu a 81,4%.

Gráfico 9. Qual destes serviços você conhece? (%)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª. REGIÃO

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013	59.203.409,80	0,00	5.072.266,17	3.375.234,20	1.022.591,40	2.213.503,24	98.132,79	12.314.075,76	0,00	83.299.213,36
	2012	57.555.612,38	0,00	4.817.255,02	3.027.741,24	4.025.538,74	1.422.757,65	544.212,76	3.181.442,53	5.253.030,19	79.827.790,51
	2011	58.357.330,36	0,00	4.870.784,03	2.905.849,74	6.579.537,14	1.269.704,24	439.323,04	809.323,32	7.136.433,41	82.368.285,28
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	148.620.840,40	0,00	14.425.456,96	12.382.953,39	4.872.864,28	18.396.606,01	2.475.283,08	1.075.959,23	29.020,94	202.278.984,29
	2012	129.777.836,57	0,00	12.264.168,18	7.737.192,28	2.942.795,77	13.701.798,28	7.626.780,63	2.152,49	0,00	174.052.724,26
	2011	115.757.009,19	0,00	12.667.901,17	7.083.273,17	2.777.005,71	11.209.365,42	5.952.677,27	63.889,34	0,00	155.511.121,27
Servidores com contratos Temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	12.506.514,35	0,00	1.192.635,64	876.457,11	187.433,23	1.224.071,03	89.919,54	86.716,53	0,00	16.163.747,49
	2012	9.780.111,64	0,00	937.565,23	426.205,58	2.353,70	884.377,84	442.029,75	0,00	0,00	12.472.643,74
	2011	9.320.950,78	0,00	834.268,41	401.165,12	806,97	708.013,53	357.704,87	10.242,44	0,00	11.633.152,18
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	16.332.064,20	9.669.605,31	2.157.508,86	1.573.208,16	433.657,97	1.735.952,92	95.559,58	201.397,14	0,00	32.198.954,14
	2012	15.831.524,62	9.813.591,52	2.167.585,86	1.190.681,84	167.047,31	1.370.934,93	747.856,48	0,00	0,00	31.289.222,56
	2011	15.645.167,48	9.822.361,10	2.012.164,40	1.227.304,13	210.509,25	1.264.089,17	604.054,15	19.882,22	0,00	30.805.531,90
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2013	77.582.303,64	17.845.476,25	8.618.379,45	6.780.624,78	1.231.681,68	11.256.110,22	1.340.926,54	608.044,34	0,00	125.263.546,94
	2012	82.562.633,43	21.472.023,44	9.056.433,64	5.403.990,44	261.599,62	10.465.569,28	4.588.318,74	3.648,22	0,00	133.814.216,81
	2011	94.431.807,23	23.893.743,47	8.528.830,25	6.099.978,02	278.980,82	10.883.627,71	4.372.968,38	30.734,11	0,00	148.520.669,99

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região													
UG/Gestão: 080007							CNPJ: 02.839.639/0001-90						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	09.53.09.00157-35	05.248.988/0001-26	01/09/2010	31/08/2014	59	64					P
2011	V	O	09.53.09.00157-35	05.248.988/0001-26	24/03/2011	23/03/2014	16	20					P
2012	L	O	09.53.12.00018-35	32.858.441/0001-15	23/05/2012	22/05/2014	164	169					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMLOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região													
UG/Gestão: 080007							CNPJ: 02.839.639/0001-90						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	09.53.12.00258-35	04.163.678/0001-46	01/01/2013	31/12/2014	36	36					P
2012	4	O	09.53.12.00216-35	07.244.760/0001-93	04/02/2013	03/02/2014	04	04					P
2012	12	O	09.53.12.00130-35	08.528.285/0001-40	28/08/2012	27/08/2014	10	10					P
2008	9	O	09.53.08.00105-35	04.289.154/0001-04	28/08/2008	31/03/2013	33	35					E
2013	9	E	09.53.13.00049-35	03.595.040/0001-11	01/04/2013	30/05/2013	35	35					E
2013	9	O	09.53.13.00026-35	33.833.880/0001-36	03/06/2013	02/06/2014	47	47					A
2011	12	O	09.53.11.00101-35	03.595.040/0001-11	01/01/2012	01/01/2015	37	39					P
2012	7	E	09.53.12.00169-35	04.289.154/0001-04	28/08/2013	15/03/2013	2	2					E
2012	7	O	09.53.12.00159-35	10.762.976/0001-55	18/02/2013	17/02/2014	2	2					A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Secretaria da Administração

Análise:

Em regra, as empresas prestadoras de serviços de locação de mão de obra vêm cumprindo com as obrigações contratualmente estabelecidas, merecendo destaque duas contratadas:

1. A empresa contratada para prestação de serviços de limpeza e conservação predial – EMBELCON EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ n° 32.858.441/0001-15 – através do Processo Administrativo 09.53.12.00018-35, durante a fiscalização mensal (por amostragem) foram observadas inconsistências entre os valores informados a título de recolhimento de FGTS e os correspondentes comprovantes extraídos de extratos da conta de FGTS fornecidos por ocupantes dos postos de serviço. A empresa foi devidamente notificada e apresentou alegou que ocorreu erro no cadastro do número do PIS de alguns serventes no sistema da CEF, fato que, segundo a empresa, gerou a inconsistência identificada nos respectivos extratos. Foi concedido prazo para que a empresa promovesse os ajustes cabíveis, no que couber, comprovando-os.
2. A empresa ÁQUILA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ n.º 05.248.988/0001-26, que presta serviços de vigilância armada, através do Processo Administrativo 09.53.09.00157-35, efetuou com atraso o pagamento de verbas trabalhistas de alguns dos seus empregados, fatos

que são pontuais. Contudo a empresa foi notificada todas as vezes que o fato ocorreu, tendo sido concedido prazo de defesa e aplicada penalidade quando cabível o caso.

Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário

Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a A frota de veículos pertencente a este Regional é regulada, quanto à sua constituição e forma de utilização, pela Resolução nº 83 do Conselho Nacional de Justiça, de 16/06/09, e pela Resolução nº 68 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 21/06/2010, bem como pela Portaria nº 0651/201 do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

b O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região possui 88 (oitenta e oito) varas do trabalho, sendo 39 (trinta e nove) varas na capital e 49 (quarenta e nove) varas no interior do estado, espalhadas por 31 (trinta e uma) cidades com distâncias de até 900 km da sede. Na capital existem 04 (quatro) prédios que servem ao Regional e que estão espalhados por três bairros da cidade, além dos postos instalados no SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão. Dessa forma, a frota composta de 66 (sessenta e seis) veículos mostra-se de vital importância à consecução dos objetivos e projetos desta UJ, sendo imprescindível para as atividades do Órgão.

c Quanto às quantidades e grupos de classificação de veículos em uso são os discriminados abaixo:

GRUPO A - VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO

MARCA/MODELO	PLACA/REPRESENTAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO CONSERVAÇÃO
CHEVROLET/CRUZE	OUI4208/TRT09	2013/2013	144CV	Etanol/Gasolina	063228/Bom
CHEVROLET/CRUZE	OKS6605/TRT01	2012/2012	144CV	Etanol/Gasolina	061231/Bom
FIAT/LINEA	NZP0572/TRT02	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055680/Bom
FIAT/LINEA	NZP9972/TRT05	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055678/Bom
FIAT/LINEA	NZP2908/TRT03	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055681/Bom
FIAT/LINEA	NZP2975/TRT04	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055679/Bom
FORD/FOCUS	JRI8213/TRT12	2008/2008	148CV	Gasolina	041323/Bom
FORD/FOCUS	NTG8653/TRT10	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049031/Bom

MARCA/MODELO	PLACA/REPRESENTAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO CONSERVAÇÃO
FORD/FOCUS	NTG4912/TRT08	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049034/Bom
FORD/FOCUS	JRI0820/TRT14	2008/2008	148CV	Gasolina	041324/Bom
FORD/FOCUS	NTG8276/TRT10	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049033/Bom
FORD/FOCUS	JRI8154/TRT22	2008/2008	148CV	Gasolina	041327/Bom
FORD/FOCUS	NTG3351/TRT06	2010/2010	148CV	Gasolina	049032/Bom
FORD/FOCUS	JRI9709/TRT13	2008/2008	148CV	Gasolina	041330/Bom
FORD/FOCUS	JRI6690/TRT26	2008/2008	148CV	Gasolina	041331/Bom
FORD/FOCUS	JRI7166/TRT17	2008/2008	148CV	Gasolina	041326/Bom
FORD/FOCUS	JRI2485/TRT15	2008/2008	148CV	Gasolina	041325/Bom
FORD/FOCUS	JRI3063/TRT16	2008/2008	148CV	Gasolina	041329/Bom
FORD/FOCUS	JRJ3307/TRT07	2008/2008	148CV	Gasolina	041332/Bom
GM/ASTRA	JQS6578/TRT27	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035307/Bom
GM/ASTRA	JQS6590/TRT19	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	036764/Bom
FORD/FOCUS	JRI0230/TRT18	2008/2008	148CV	Gasolina	041328/Bom
GM/ASTRA	JQS6589/TRT21	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	036763/Bom
VW/POLO	JQS6394/TRT20	2006/2007	116CV	Gasolina	034478/Bom
GM/ASTRA	JQS6575/TRT23	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035311/Bom
GM/ASTRA	JQS6576/TRT25	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035310/Bom
VW/POLO	JQS6189/TRT24	2006/2006	116CV	Etanol/Gasolina	032932/Bom
VW/POLO	JQS6402/TRT29	2006/2007	116CV	Gasolina	034481/Bom
GM/ASTRA	JQS6577/TRT30	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035308/Bom
VW/POLO	JQS6399/TRT28	2006/2007	116CV	Gasolina	034479/Bom

TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO A: 30

GRUPO B - VEÍCULOS DE SERVIÇO

MARCA/MODELO	PLACA	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO CONSERVAÇÃO
GM/IPANEMA	JKZ1448	1994/1995	98CV	Gasolina	009221/Ruim
RENAULT/KANGOO	OKN2185	2012/2013	95CV	Etanol/Gasolina	060668/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND 1.8	JPZ3498	2004/2004	110CV	Etanol/Gasolina	022590/Bom
FIAT/DOBLÓ CARGO 1.4	JPZ3499	2004/2004	80CV	Gasolina	022591/Bom
FIAT/DUCATO	JPZ3500	2004/2004	103CV	Diesel	022592/Bom
MERCEDES BENZ/ACELO 915C	JRT4838	2008/2008	152CV	Diesel	048837/Bom
FIAT/DUCATO	NYK5047	2010/2011	127CV	Diesel	065477/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND 1.4	JQX5154	2007/2007	80CV	Etanol/Gasolina	036352/Bom
FIAT/DOBLÓ	JQS6299	2006/2006	114CV	Etanol/Gasolina	034214/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND 1.4	JQS6543	2006/2007	80CV	Etanol/Gasolina	034674/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND 1.4	JQS6581	2007/2007	80CV	Etanol/Gasolina	036351/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING	NZX0358	2012/2012	117CV	Etanol/Gasolina	058749/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING	NZX5253	2012/2012	117CV	Etanol/Gasolina	058750/Bom
FORD/RANGER	JRT8178	2008/2008	163CV	Diesel	049030/Bom
FORD/RANGER	JRD0051	2008/2008	163CV	Diesel	039307/Ruim
FORD/RANGER	JRD8285	2007/2008	163CV	Diesel	039306/Bom
VW/GOL 1.0 CITY	JPQ9601	2004/2005	67CV	Gasolina	024357/Bom
VW/SAVEIRO	JPZ1475	2002/2002	94CV	Gasolina	020234/Bom

FIAT/UNO MILE FIRE	JPZ3497	2004/2004	55CV	Gasolina	022589/Bom
VW/GOL 1.0 CITY	JQS3962	2005/2006	72CV	Etanol/Gasolina	032623/Bom
CITROEN/JUMPER	OMZ2802	2012/2013	127CV	Diesel	063227/Bom
VW/AMAROK	OKZ0952	2012/2013	122CV	Diesel	061996/Bom
VW/AMAROK	OKZ8732	2012/2013	122CV	Diesel	061995/Bom
VW/SANTANA	JFP3165	2003/2003	122CV	Gasolina	36836/Bom
GM/ASTRA SEDAN	JQS 6579	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035309/Bom

TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO B: 25

GRUPO C - VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL

MARCA/MODELO	PLACA	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO CONSERVAÇÃO
FORD/FOCUS	NTG 3389	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049035/Bom
VW/POLO SEDAN	JQS 6188	2006/2006	103CV	Etanol/Gasolina	032931/Bom
VW/POLO SEDAN	JQS 6370	2006/2006	116CV	Gasolina	034228/Bom
VW/POLO SEDAN	JQS 6401	2006/2007	116CV	Gasolina	034480/Bom
VW/GOL	NZT 2076	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058747/Bom
VW/GOL	NZT 3651	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058748/Bom
VW/GOL	NZT 9995	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058746/Bom
VW/GOL	OKV 2286	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062426/Bom
VW/GOL	OKV 6656	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062427/Bom
VW/GOL	OKV 9029	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062425/Bom
PEUGEOT/BOXER	OUN 6905	2013/2013	127CV	Diesel	065465/Bom
GM/ASTRA	JQS6574	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035312/Bom

TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO C: 12

6.1 Na tabela abaixo estão respondidos os itens 6.1.c, 6.1.d e 6.1.e:

Classificação	Quantidade de veículos por grupos	Média anual de quilômetros rodados	Idade Média da Frota em anos
Grupo A	29	10.539,87	5,23
Grupo B	26	10.178,08	5,60
Grupo C	12	19.710,83	3,42

6.1.f No tocante aos custos associados à manutenção da frota a tabela abaixo apresenta os valores para cada item, tendo-se por base o exercício 2013:

Classificação	Custo Médio Mensal (R\$)	Custo Anual (R\$)
Combustíveis e lubrificantes	20.077,80	240.933,57
Manutenção da Frota	16.083,08	192.996,90
Licenciamento Anual	836,62	10.039,86
Pessoal administração da frota	3.054,33	36.652,08

Seguro veículos	1.554,78	18.657,36
Total	41.606,65	499.279,77

6.1.g Quanto ao plano anual de substituição da frota de veículos do Regional, tem-se adotado o sistema de alienação, através de leilão, quando os veículos apresentam um elevado custo de manutenção somado ao tempo de uso do bem e defasagem tecnológica, bem como questões ambientais. Dessa forma, anualmente a frota vem sendo parcialmente renovada e aqueles veículos considerados de alto custo de manutenção são leiloados.

6.1.h Quanto às razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, informamos que se encontra em estudo a viabilidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos, sendo que nos últimos anos o TRT5 tem optado por frota própria. Ademais, numa recente pesquisa junto a órgãos federais e estaduais constatou-se que a Controladoria Geral da União, através do Contrato nº 01/2010, locou veículos tipo sedan no valor mensal de R\$ 4.550,00 e valor anual de R\$ 54.600,00; veículo tipo básico ao valor mensal de R\$ 4.320,00 e valor anual de R\$ 51.840,00.

Tendo em vista que em média um veículo tipo sedan para aquisição custa R\$ 55.000,00 e um veículo tipo *hatch* básico custa, em média, R\$ 40.000,00, numa projeção de 05 (cinco) anos seriam pagos pela locação aproximadamente o valor de cinco veículos novos. Sabendo-se que a taxa de depreciação do valor dos automóveis é de cerca de 10% ao ano, parece-nos à primeira vista ser mais vantajoso para a Administração manter uma frota própria ao invés de alugá-la.

Ademais, o custo anual de manutenção da frota é de R\$ 258.346,20. Dividindo-se este valor pelo número de veículos da frota, 67 unidades, têm-se o valor de R\$ 3.855,91 por veículo. Não foram incluídos os valores referentes ao consumo de combustível, tabela 6.1.f, pois na hipótese de contrato de locação os custos com combustível também correrão por conta do Órgão contratante.

Uma vez finalizado o estudo de viabilidade de locação de veículos para o TRT5 será possível responder de forma mais precisa pela vantajosidade da locação ou da manutenção de frota própria.

6.1.i Em relação à estrutura de controles desta UJ, com vistas a assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o TRT5, por meio da Seção de Transportes, organiza as demandas das diversas unidades judiciárias e administrativas de modo a atendê-las de forma racional.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Essa alternativa não se aplica a esta UJ.

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

O Quadro A.6.2.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2013 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	BAHIA	Σ	Σ
	Salvador	03	03
	Alagoinhas	01	01
	Barreiras	01	01
	Bom Jesus da Lapa	01	01
	Camaçari	01	01
	Candeias	01	01
	Cruz das Almas	01	01

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
	Eunápolis	01	01
	Feira de Santana	01	01
	Guanambi	01	01
	Ilhéus	01	01
	Ipiaú	01	01
	Irecê	01	01
	Itabuna	01	01
	Itamaraju	01	01
	Jacobina	01	01
	Jequié	01	01
	Juazeiro	01	01
	Paulo Afonso	01	01
	Porto Seguro	01	01
	Santo Amaro	01	01
	Santo Antônio de Jesus	01	01

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
	Senhor do Bonfim	01	01
	Simões Filho	01	01
	Teixeira de Freitas	01	01
	Valença	01	01
	Vitória da Conquista	01	01
Subtotal Brasil		29	29
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
Total (Brasil + Exterior)	29	29

Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

O Quadro A.6.2.2 a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional** está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro devem ser relacionados todos os imóveis, exceto funcional, que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada.

**QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ,
EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
080007	3117.00015.500-1	21	Bom	503.425,60			14.147,75	2.615,60
080007	3313.00008.500-3	21	Novo	4.134.146,06				
080007	3363.00025.500-2	21	Bom	441.235,60				
080007	3377.00026.500-8	21	Bom	1.958.000,00				
080007	3413.00007.500-4	21	Bom	634.358,41			298.884,15	
080007	3429.00019.500-6	21	Bom	415.765,60			23.958,77	
080007	3495.00046.500-1	21	Bom	384.767,32			7.669,92	
080007	3515.00159.500-4	21	Bom	771.945,74				
080007	3533.00006.500-0	21	Bom	460.915,05				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
080007	3573.00178.500-5	21	Bom	525.723,33				
080007	3579.00006.500-8	21	Bom	141.556,85				
080007	3593.00003.500-7	21	Bom	441.391,79				
080007	3597.00044.500-3	21	Bom	2.794.125,06			10.941,00	
080007	3613.00009.500-8	21	Bom	239.875,21				
080007	3651.00009.500-0	21	Bom	1.660.000,00				
080007	3661.00114.500-9	21	Bom	354.164,00				
080007	3669.00025.500-0	21	Bom	532.660,68			137.259,50	
080007	3807.00039.500-0	21	Bom	200.953,40				
080007	3849.00522.500-0	21	Bom	9.850.000,00			486,77	2.107.705,38

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
080007	3849.00523.500-6	21	Bom	4.400.000,00				
080007	3849.00746.500-9	07	Bom	379.134,33				
080007	3871.00014.500-5	21	Novo	759.861,52				
080007	3873.00005.500-2	21	Bom	339.824,29				
080007	3901.00015.500-6	21	Bom	654.987,15			13.987,68	
080007	3913.00042.500-7	21	Bom	525.952,08				
080007	3913.00043.500-2	21	Bom	98.657,73				
080007	3957.00023.500-5	21	Bom	1.133.820,52				7.350,90
080007	3965.00052.500-4	21	Bom	2.804.317,00				
080007	3993.00014.500-2	21	Bom	1.916.768,33				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
080007								
Total				39.458.332,65			493.187,79	2.125.935,37
Fonte: SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União								

Obs1. Os valores lançados no imóvel de RIP nº 3849.00522.500-0 referem-se àqueles utilizados na compra de materiais de manutenção civil, elétrica e hidráulica para todo o Regional, não havendo destinação a uma unidade específica.

Obs2. Não existe base de dados no Regional com informações de valores reavaliados das unidades atualmente. Contudo, encontra-se em fase de acerto convênio com a CEF – Caixa Econômica Federal para reavaliação de todos os imóveis de propriedade da União sob responsabilidade desta UJ.

Obs3. O imóvel onde se encontra instalada a vara do trabalho de Paulo Afonso é de propriedade da CHESF e encontra-se cedido a este Regional.

Despesas no Exercício

Com reformas: valor total expresso em reais das despesas com reforma do imóvel no exercício de referência do relatório de gestão. Consideram-se despesas com reforma os gastos com modificações ou incrementos na estrutura do imóvel que passarão a integrar o imóvel e que têm o potencial de afetar seu valor de mercado. Instalação de ar condicionado central deve ser considerada reforma.

Com manutenção: valor expresso em reais das despesas com manutenção das instalações no exercício de referência do relatório de gestão. Consideram-se despesas com manutenção das instalações os gastos incorridos para conservação ou pequenas melhorias das instalações existentes com vista a evitar que ele se deteriore, tais como reparos de telhado, correção de infiltração, substituição dos sistemas elétrico e hidráulico danificados, instalação e remanejamento de divisórias, etc. **Não devem ser consideradas** as despesas com limpeza e vigilância.

Total: totalização dos valores das colunas de despesas “Com Reformas” e “Com Manutenção” do exercício.

Análise Crítica:

Em relação a gestão de immobilizados sob a responsabilidade do TRT5, informamos que os imóveis pertencentes ou sob a guarda deste Órgão são periodicamente avaliados sob os aspectos de segurança, acessibilidade, funcionalidade, potencialidade de patologias, conservação das instalações elétricas, hidráulicas e telecomunicações, dentre outros, tendo por base o Sistema de Priorização de Obras, desenvolvido pelo Núcleo de Manutenção e Projetos – NMP, dotando assim o Regional dos elementos objetivos a nortear a atuação do NMP, servindo de parâmetro para estabelecer quais unidades devam passar por reformas e/ou construção.

De outra sorte, no tocante àquelas unidades em que o imóvel é locado, vale salientar que a Administração ainda não possui prédio próprio em virtude de dificuldades tais como:

- a) Existência de terreno doado pelo município ao TRT5;
- b) Projeto e termo de referência aprovado pelo Órgão a subsidiar a licitação e construção do imóvel;
- c) Dotação orçamentária a viabilizar a construção.

Importante destacar que o aluguel de imóvel para instalação de varas do trabalho nas cidades do interior tem atendido as necessidades do Tribunal, sobretudo em virtude dos valores pagos, de pequeno vulto. Ademais, a localização nos centros urbanos mostra-se imperioso à acessibilidade das partes às audiências.

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

O Quadro A.6.3 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2013 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

QUADRO A.6.3– DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	UF BAHIA	Σ	Σ
	Salvador	02	02
	Brumado	01	01
	Conceição de Coité	01	01
	Euclides da Cunha	01	01
	Feira de Santana	01	01
	Itaberaba	01	01
	Itapetinga	01	01
	Santo Amaro	01	01
Subtotal Brasil		09	09

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		09	09
Fonte: Sistema de acompanhamento de contratos do TRT5 – Processo Administrativo 6i			

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	BAHIA	30	29
	ALAGOINHAS	1	1
	BARREIRAS	1	1
	BOM JESUS DA LAPA	1	1
	CAMAÇARI	1	1
	CANDEIAS	1	1
	CRUZ DAS ALMAS	1	1
	EUNÁPOLIS	1	1
	FEIRA DE SANTANA	1	1
	GUANAMBI	1	1
	ILHEUS	1	1
	IPIAU	1	1
	IRECÊ	1	1
	ITABUNA	1	1
	ITAMARAJÚ	1	1
	JACOBINA	1	1
	JEQUIÉ	1	1
	JUAZEIRO	1	1
	PORTO SEGURO	1	1
	SALVADOR	3	3
SANTO AMARO	2	2	

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	1	1
	SENHOR DO BOMFIM	1	1
	SIMÕES FILHO	2	1
	VALENÇA	1	1
	VITÓRIA DA CONQUISTA	1	1
	TEIXEIRA DE FREITAS	1	1
Subtotal Brasil		30	29
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		30	29

Fonte: SPIUNET/SIAFI 2013

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
80007	3117 00015.500-1	Uso em Serviço Público	Bom	503.425,60	05/11/2001			
80007	3313 00008.500-3	Uso em Serviço Público	Bom	4.134.146,06	05/11/2001			
80007	3363 00025.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	441.235,60	05/11/2001			
80007	3377.00026.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	1.958.000,00	03/01/2010			
80007	3413 00007.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	634.358,41	05/11/2001			
80007	3429 00019.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	415.765,60	05/11/2001			
80007	3495 00046.500-1	Uso em Serviço Público	Bom	384.767,32	05/11/2001			
80007	3515 00159.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	771.945,74	05/11/2001			
80007	3533 00006.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	460.915,05	05/11/2001			
80007	3573 00178.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	525.723,33	05/11/2001			
80007	3579 00006.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	141.556,85	05/11/2001			
80007	3593 00003.500-7	Uso em Serviço Público	Bom	441.391,79	05/11/2001			
80007	3597 00057.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	2.794.125,06	10/02/2010			
80007	3613 00009.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	239.875,21	05/11/2001			
80007	3651 00009.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	1.660.000,00	06/02/2003			

80007	3661 00114.500-9	Uso em Serviço Público	Bom	354.164,00	01/10/2010			
80007	3669 00025.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	532.660,68	05/11/2001			
80007	3807 00039.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	200.953,40	05/11/2001			
80007	3849 00522.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	9.850.000,00	13/04/2005			
80007	3849 00523.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	4.400.000,00	13/04/2005			
80007	3849.00746.500-9	Uso em Serviço Público	Bom	379.134,33	21/10/2004			
80007	3871.00014.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	84.400,00	12/04/2011			
80007	3873 00005.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	339.824,29	05/11/2001			
80007	3901 00015.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	654.987,15	01/09/2010			
80007	3913 00042.500-7	Uso em Serviço Público	Bom	525.952,08	05/11/2001			
80007	3913 00043.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	98.657,73	05/11/2001			
80007	3957 00023.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	1.133.820,52	26/11/2007			
80007	3965 00052.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	2.804.317,00	12/02/2010			
80007	3993 00014.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	1.916.768,33	07/10/2009			
Total							-	6.949.057,67
Fonte:SPIUNET/SIAFI 2012								

* O total de R\$ 6.949.057,67 corresponde a soma dos saldos da contas de despesas contabilizados no SIAFI 2013: 3.3.3.9.0.30.24 MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES; 3.3.3.9.0.37.02 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO; 3.3.3.9.0.37.04 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS; 3.3.3.9.0.39.16MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS; 3.3.3.9.0.39. LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

Quadro A.6.3– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	BAHIA	9	7
	BRUMADO	1	1
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1	1
	EUCLIDES DA CUNHA	1	1
	FEIRA DE SANTANA	1	1
	ITABERABA	1	1
	ITAPETINGA	1	1
	SALVADOR	3	1
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: TRT5

Gestão da Tecnologia da Informação

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	X monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinala aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.

	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input checked="" type="checkbox"/>	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input checked="" type="checkbox"/>	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input checked="" type="checkbox"/>	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input checked="" type="checkbox"/>	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos

contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
<p>Observamos que este questionário abordou em sua maioria, as mesmas questões abordadas no PERFILGOVTI de 2012, cujas respostas foram mantidas e terão oportunidade de serem reavaliadas na próxima ocorrência prevista para este ano.</p> <p>Quanto às duas últimas questões que tratam de serviços e-Gov, no decreto 6.932/2009 em seu artigo 4º, está preconizado ao âmbito da administração pública federal, aos órgãos e entidades gestores de base de dados oficial que coloquem “à disposição dos órgãos e entidades públicos interessados as orientações para acesso às informações constantes dessas bases de dados, observados as disposições legais aplicáveis e as diretrizes, orientações e procedimentos estabelecidos pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico (criado pelo Decreto de 18 de outubro de 2000)”. Embora o TRT5 não esteja subordinado àquele Comitê, voltado para a prestação de serviços e informações ao cidadão, apresenta em seu portal (http://www.trt5.jus.br/default.asp): 1. Serviços de acesso de processos trabalhistas deste regional aos seus jurisdicionados além de atender a Resolução CNJ nº 102 (http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=transparenciaPublica) a qual “dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoais e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos”, dentre outros.</p>	

Ambiente de tic do trt5

A análise das informações da atual gestão de Tecnologia da Informação no TRT5 aponta como principais pontos fortes internos: o profissionalismo dos servidores, elevado número de serviços oferecidos, qualidade e quantidade dos recursos tecnológicos, busca permanente pela qualidade dos serviços prestados, parque de informática em constante atualização. Dentre os pontos fracos são relevantes: defasagem do organograma formal da Secretaria, pouca formalização das normas e processos de trabalho da SETIC, quadro de servidor efetivo insuficiente e demanda pela ampliação das ações para qualificação e reconhecimento dos servidores.

A Resolução nº 90 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, dedicou um capítulo ao quadro de pessoal de tecnologia da informação.

De acordo com o anexo I da referida Resolução, a força de trabalho total mínima recomendada para TIC (efetivos, comissionados e terceirizados) no caso do TRT5 (com um total de usuários de recursos de TIC entre 3001 e 5000) seria de no mínimo 3,00% desse total, implicando que, neste contexto, o quadro permanente deve ser de no mínimo 120 servidores efetivos.

O TRT5 possui atualmente, no quadro de TI, um total de 72 (setenta e dois) servidores efetivos, dos quais 57 (cinquenta e sete) da área de TIC e 15 (quinze) de outras carreiras do TRT5. Além destes, 36 (trinta e seis) profissionais terceirizados completam o total de 108 (cento e oito) trabalhadores da força de trabalho de TIC.

O quadro de pessoal atual revela-se insuficiente. A ampliação do quadro de servidores já se coloca como uma demanda imediata e urgente para esta Secretaria em virtude de novas competências atribuídas e também das requisições dos órgãos de controle e conselhos nacionais, a saber: expansão do processo judicial eletrônico – PJe-JT, criação do escritório de projetos de TIC, ampliação do escritório de segurança da informação, melhoria na gestão contratual de TI, melhoria na gestão de serviços, gerenciamento de processos de TI, ampliação do quadro de analistas de testes, criação do quadro de analistas de telecomunicações, entre outros.

Por conta desta demanda, a SETIC formalizou o pedido de nomeação de novos servidores. Em resposta, a administração do TRT5 encaminhou proposta de projeto de lei para criação de cargos e funções comissionadas que contempla a área de TI, visando também atender ao disposto na resolução CNJ 90/2009.

Em 30/08/2012 a SETIC encaminhou também para a administração do TRT o projeto de reestruturação da Secretaria. A proposta de reestruturação teve como objetivo “possibilitar que a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações possa desenvolver suas atribuições de forma efetiva, célere e satisfatória, prestando o adequado atendimento aos clientes internos e externos do TRT 5ª Região, contribuindo com a missão deste Regional em promover a justiça, no âmbito das relações de trabalho.”

O documento propõe um novo organograma para a TI, considerando a criação da Coordenadoria de Suporte e do Núcleo de Apoio a Gestão de TI, com foco na criação de áreas específicas para tratar da gestão de projetos, gestão do planejamento estratégico, gestão de serviços e gestão de contratos e aquisições. Sugere também um reforço na estrutura do Escritório de Segurança para viabilizar a realização de auditorias internas e maior controle da segurança da informação. Na área de infraestrutura e de desenvolvimento, propõe a segmentação da equipe de forma a facilitar a gestão dos serviços.

Além de dotar o quadro de TI de quantitativo adequado às necessidades do Órgão e da proposta de um novo organograma, é também necessário que se estabeleça uma política de fixação de recursos humanos e um plano continuado de capacitação dos servidores da área de TI.

As principais dificuldades encontradas para nomeação e retenção de profissionais de TI são: grande aumento no volume de trabalho; necessidade de conhecimento em diversas tecnologias adotadas para garantir a execução dos serviços, disponibilidade e segurança da informação; necessidade constante de atualização e aquisição de novas habilidades e competências. A adoção de modelos de referência para a gestão de

processos (CobiT®), gestão de serviços (ITIL), gestão de projetos (PMBok), desenvolvimento de software (JAVA), arquitetura da informação, gestão de riscos, plano de continuidade de negócios, metodologia de desenvolvimento de sistemas também exige que os profissionais tenham formação especializada e domínio de língua inglesa.

Buscando aprimorar as ações relativas à seleção de profissionais de TI, a SETIC tem buscado, para critérios de seleção interna, analisar os resultados, a produtividade, o conhecimento e o comprometimento do servidor. Para critérios de seleção após nomeação, são realizadas entrevistas iniciais para análise de perfil, sempre buscando adequar as expectativas do servidor com as necessidades do Tribunal. A Secretaria tem buscado atender, sempre que possível, as necessidades de qualificação das equipes e defendido, junto à Alta Administração do Tribunal, as necessidades de reestruturação do quadro de pessoal de TI, solicitando criação de cargos e funções comissionadas.

A adequação do quadro de TI ao estabelecido na resolução 90/2009 do CNJ já se coloca como uma demanda imediata e urgente para esta Secretaria em virtude de novas competências atribuídas e também das requisições dos órgãos de controle e conselhos nacionais, a saber: expansão do processo judicial eletrônico – PJe-JT, criação do escritório de projetos de TIC, ampliação do escritório de segurança da informação, melhoria na gestão contratual de TI, melhoria na gestão de serviços, gerenciamento de processos de TI, gestão de mudanças, definição de um plano de continuidade do negócio, gestão dos níveis de serviços oferecidos aos clientes, dentre outras.

Por sua vez, o Acórdão TCU nº 663/2009 é taxativo ao preconizar a adoção de estratégias e técnicas que visem às boas práticas para gestão de TI, que permitam garantir a prestação de serviço com qualidade e segurança da informação.

Outro fator relevante é que a área de TI desde 2009 passou a absorver os serviços de telefonia fixa e telefonia móvel, sem que tenha sido previsto o aumento do quadro para suportar estas novas responsabilidades. A adequação da estrutura de TI do TRT da 5ª Região, mediante a criação de 48 (quarenta e oito) cargos efetivos de Analista Judiciário, exige-se como solução para enfrentar os problemas de crescimento atual e futuro da demanda de serviços do Tribunal.

Quanto à Segurança da Informação, foi através do ATO TRT5 260/2011, que o Tribunal instituiu o Comitê de Segurança da Informação, vinculado à Comissão de Informática, bem como instituiu o Escritório de Segurança da Informação, vinculado à Secretaria de Informática, área específica para lidar estrategicamente com segurança desta área.

O Tribunal também aprovou e publicou a Resolução Administrativa nº 23/2011 que institui a Política de Segurança da Informação no TRT5; o ATO TRT5 nº 0151/2011, alterado pelo ATO TRT5 nº 365/2012, que institui a Política para o Gerenciamento de Identidade e Controle de Acesso Lógico aos Recursos de Tecnologia da Informação; o ATO TRT5 nº 152/2011, que institui a Política de Controle de Acesso à Internet, e; o ATO TRT5 nº 153/2011, que institui a Política de Uso do Correio Eletrônico.

Em 2014, já foram editados os ATOS TRT5 nº 0007 e 0008, que, respectivamente, sistematizam “a elaboração, alteração, publicação, padronização e controle dos documentos da gestão de Tecnologia da Informação (TI) elaborados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT da 5ª Região” e instituem “as Normas e Procedimentos para Controle de Documentação do Sistema de Gestão de Segurança”. Nada obstante, cumpre frisar que a implantação de todos os controles relacionados, bem como o acompanhamento das políticas ainda demandam aprimoramento.

A segurança da informação e a segregação de suas funções são itens de reiteradas recomendações, em acórdãos e também na auditoria realizada pelo CSJT neste Tribunal. A equipe de segurança da informação no ano passado foi composta por 01 (um) servidor, o que é insuficiente para atender todas as necessidades. Ações para o aumento na quantidade de recursos humanos que compõe o Escritório de Segurança estão em curso.

No ano de 2013, o TRT5 realizou diversas ações para reforçar a segurança física: aquisição e implantação de sala-cofre com controle de temperatura, controle de acesso físico, controle de umidade, estabilização e controle de rede elétrica, circuito de CFTV (circuito interno de televisão). Foi realizada a revisão da rede elétrica de suporte aos ativos do Datacenter com implantação e testes de novo no-break/gerador.

O Tribunal utiliza diversas soluções que visam aumentar a segurança do ambiente de TI, a saber: filtro de conteúdo *web*, filtro de *email*, *antispam*, antivírus, certificado digital credenciado pela ICP-Brasil, firewall, ferramenta de detecção de intrusão, solução de backup (*tivolistorage manager*), entre outras.

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O Quadro A.8.1 a seguir, denominado **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Foi aplicado o guia de sustentabilidade do TST.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Por meio de exigência no edital.			X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	X				
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Tais Premissas foram observadas no projeto de construção da nova sede do TRT no CAB.		X			
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Quadro A.8.2 a seguir, denominado **Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a utilização de papel, energia elétrica e água da UJ ao longo dos anos, bem como verificar se a UJ aderiu a algum tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental. Para tanto, o quadro encontra-se subdividido em duas partes distintas. Na primeira, o gestor deverá incluir informações sobre o tipo de programa, ano de adesão e resultados obtidos com a adesão a tal programa. Na segunda, o gestor deverá trazer informações sobre quantidades e valores despendidos com o consumo de papel, energia elétrica e água. Este quadro deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

Previamente ao preenchimento deste quadro, a UJ deverá detalhar a política por ela adotada para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água. Esse detalhamento deverá ser demonstrado como um subitem imediatamente anterior ao Quadro A.8.2.

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	38.360	38.107	32.794	322.824,01	305.069,58	291.376,29
Água	56.686 m ³	47.104m ³	41.247m ³	917.127,73	687.892,09	577.063,52
Energia Elétrica	7.244.656,77	7.789.817,80	7.546.302,20	2.920.790,07	3.570.817,20	3.291.468,80
			Total		4.563.778,87	4.159.908,61

Fonte:Secretaria de Planejamento Estratégico

Controle Interno

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01				DE	Ofício Sefip-D/4473
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Informar a pensionista Paula Galvão Abude Plaza, ou seus representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado o comprovante do AR e da manifestação da pensionista supramencionada, recebida neste Controle Interno em 08/01/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02				DE	Ofício Sefip-D/4472
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Solicita documentos do pensionista César Santos de Andrade, bem como informar ao interessado ou aos seus representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do Relatório Médico do pensionista supramencionado, recebida neste Controle Interno em 18/01/2013 e do comprovante do AR.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	014.750/2008-8			DE	Ofício Sefip-D/4470
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Informar a pensionista Maria Beltice Menezes Freire, ou seus representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Enviado cópia do Aviso de Recebimento da correspondência da pensionista supramencionada, assinada por Simone F. dos Santos, recebido nesta Secretaria de Controle Interno no dia 20.02.2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	022.618/2010-4	49 e 117/2013- Plenário		INF	Ofício Secex-Ba-0150
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Cumprimento das determinações contidas nos Acórdãos 49 e 117/2013 – Plenário (PAE, ATS, VPNI e URV).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Solicita prorrogação do prazo para cumprimento do Ofício, em razão de mobilização dos Servidores desta Secretaria de Controle Interno, da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal e da Secretaria de Informática. Posteriormente, foram encaminhadas as informações solicitadas através de mídia eletrônica, bem como informou que deixou de encaminhar os dados relativos à URV, tendo em vista que os valores foram pagos em sua totalidade, há mais de 05 anos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	026.016/2012-5			DE	Ofício Sefip-D/2880
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Cessar o pagamento do benefício de pensão de Thiago Pereira Silva, dando ciência ao interessado, aletando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não exime de devolução dos valores percebido indevidamente após notificação.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Envio do comprovante da ciência do interessado e suspensão dos proventos de Thiago Pereira Silva, desde o mês de fevereiro.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	012.197/2011-4			DE	Ofício Sefip-D/60490
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Reitera os termos do ofício.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Informamos que não havia sido recebido anteriormente, nesta Secretaria, motivo pelo qual não havíamos adotado providências, bem como não foi possível enviar a ficha de cancelamento da concessão em virtude de erro no sistema Sisac, registrado através do protocolo nº 1363974811246. Posteriormente, foi encaminhada a ficha de nº 20783906.09.2013.0000002-5.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	011.983/2011-6	1441/2013		DE	Ofício Sefip-D/4571
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Informar aos pensionistas: Ana Claudia Mendes Costa, Ana Paula Mendes Costa, Arlinda Karina Mendes Costa, Berenisia Ribeiro Costa, Jaqueline Sueli Mendes Costa, Nelia Soraia Mendes Costa, Patrícia Alexandra Mendes Costa e Simone Franceli Mendes Costa, ou seus representantes legais, para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão, bem como considerou ilegal a pensão em favor a Nivaldo dos Santos e Rodrigo Nascimento Santos e Santos, dando ciência aos interessados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópias do comprovante dos AR's dos pensionistas supramencionados, bem como a exclusão de Rodrigo Nascimento Santos e Santos, no mês de fevereiro/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08				DE	Ofício Sefip-D/0084/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Informações a respeito da PAE, VPNI, URV e ATS.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado as informações solicitadas através de mídia eletrônica.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09				INF	Ofício Sefip-D/195/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Relação atualizada dos credores de VPNI.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado as informações solicitadas através mídia eletrônica, relação atualizada dos credores de VPNI e informação dos dados relativos ao magistrado Leônidas Fernandes Leão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	026.016/2012-5	9418/2012		DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Faça cessar os pagamentos relativos ao pensionista Thiago Pereira Silva, dando ciência ao interessado.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado o formulário de cancelamento da pensão de nº 20783906-09-2013-000007-6, vias Sisacnet, relativo ao pensionista Thiago Pereira Silva.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	016.831/2012-6			DE	Ofício Sefip-D/5648
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos dos seguintes servidores: Cassilandro da Costa Santos Filho, Creusa Santana de Azevedo e Gilson Rosa de Jesus.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado a cópia do último contracheque dos servidores supramencionados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	016.834/2012-7			DE	Ofício Sefip-D/5953
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Notificar aos interessados Maria Etelvina de Jesus, Maria romana Guimarães da Costa, Mário de Oliveira e Sônia da Silva Jorge, ou seus representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão e o envio de documentos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante AR, mapa de tempo de serviço e mapa de ocupação das funções comissionadas dos servidores supramencionados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	012.195/2011-1			DE	Ofício Sefip-D/6554
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos de magistrados/servidores: Gorgônio José Araújo, Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira, Helena Guelber Neves, Hermínio Ferreira dos Santos, João Ferreira e João Frederico de Araújo, bem com notificar aos interessados supramencionados, ou seus representantes legais, para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante do AR, de mapa de tempo de serviço e comprovante de recolhimento previdenciária de Gorgônio José Araújo e Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira, bem como cópia do comprovante do AR e mapa de tempo de serviço de Helena Guelber Neves, Hermínio Ferreira dos Santos e João Ferreira e cópia do comprovante do AR, mapa de tempo de serviço, mapa de ocupação de função comissionada e contracheques do servidor João Frederico de Araújo.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	016.832/2012-4			DE	Ofício Sefip-D/6608
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos das servidoras Adnilce Costa Saraiva e Laurinda de Araújo Matos, bem como notificar aos interessados supramencionados, ou seus representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante de AR, mapa de tempo de serviço, contracheque e esclarecimento a respeito da proporcionalidade da aposentadoria das servidoras supramencionadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	016,836/2012-0			DE	Ofício Sefip-D/6691
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos do servidor Reginaldo da Cruz Ferreira, bem como notificar ao interessado supramencionado, ou seu representante legal para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante de AR, mapa de tempo de serviço, mapa de ocupação de funções comissionadas, contracheque e memória de cálculo da proporcionalidade dos proventos do servidor supramencionado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	016.835/2012-3			DE	Ofício Sefip-D/6688
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos dos servidores Paulo Moisés Tavares Multary e Romival Rosário Bonfim, bem como notificar aos interessados supramencionados, ou seus representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante de AR, mapa de tempo de serviço, mapa de ocupação de funções comissionadas, contracheques e memória de cálculo da proporcionalidade dos proventos dos servidores supramencionados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	016.837/2012-6			DE	Ofício Sefip-D/6693
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos do Juiz Classista Sílvio Roberto Fereguete, bem como notificar ao interessado supramencionado, ou seu representante legal para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante de AR, mapa de tempo de serviço, contracheques, memória de cálculo e certidão de tempo de serviço de aluno-aprendiz e documentos que comprovem esta condição do Juiz Classista supramencionado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	014.046/2013-0			DE	Ofício Sefip-D/7514
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos do pensionista Miralva da Silva Pereira, bem como notificar a interessada supramencionada, ou seu representante legal para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia da carteira de identidade, do aviso de crédito da Secretaria de Saúde no Estado da Bahia, formulário de cadastramento e do comprovante do AR da pensionista supramencionada.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	014.605/2013-9			DE	Ofício Sefip-D/7428
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos dos servidores: Ângela Maria Lelis Coelho e Alfredo Pereira do Rio Netto, bem como notificar aos interessados supramencionados, ou seu representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante de AR, mapa de tempo de serviço, portaria e fichas financeiras dos servidores supramencionados, bem como esclarecimento a respeito de outros proventos percebidos por Ângela Maria Lelis Coelho.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	015.111/2013-0			DE	Ofício Sefip-D/7513
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos dos servidores: Edvaldo dos Reis Pinheiro e Maria da Glória de São Pedro, bem como notificar aos interessados supramencionados, ou seu representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia de comprovante do AR, laudo médico, mapa de tempo de serviço, portarias, fichas financeiras dos servidores supramencionados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	014.045/2013-3			DE	Ofício Sefip-D/7272
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos de pensionistas: Ana Maria Factum Souza Factum, Mônica Villa Bandeira e Sônia Maria Nunes Brito, bem como notificar aos interessados supramencionados, ou seu representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia de comprovante do AR.....					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	011.983/2011-6			DE	Ofício Sefip-D/1217
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Restabelecimento da pensão de Rodrigo Nascimento Santos e Santos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Informamos que já havíamos restabelecido a pensão do pensionista supramencionado, com base no Ofício 8954/2013 do STF.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	022.159/2013-4			DE	Ofício Sefip-D/12122
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos da pensionista Mônica Villa Bandeira.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do processo administrativo do Montepio Civil da supramencionada.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	016.833/2012-0			DE	Ofício Sefip-D/12427
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos dos servidores: Carlos Luiz Mendonça de Alencar, Edna da Silva Bittencourt e João Silva Filho, bem como notificar aos interessados supramencionados ou seu representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante de AR, mapa de tempo de serviço e mapa de ocupação de funções comissionadas dos servidores supramencionados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	016.998/2013-8			DE	Ofício Sefip-D/15830
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos das pensionistas: Ana Claudia Mendes Costa, Ana Paula Mendes Costa, Arlinda Karina Mendes Costa, Berenisia Ribeiro Costa, Jacqueline Sueli Mendes Costa, Patrícia Alexandra Mendes Costa, Nélia Soraia Mendes Costa e Simone Franceli Mendes Costa, bem como informar aos interessados supramencionados, ou seu representantes legais para conhecimento a respeito da possibilidade daquele Tribunal prolatar decisão desfavorável na concessão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia do comprovante de AR, declarações e documentos pessoais das pensionistas supramencionadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	014.046/2013-0			DE	Ofício Sefip-D/7514
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação					
Envio de documentos da pensionista Miralva da Silva Pereira, bem como notificar a interessada.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Controle Interno					
Síntese da Providência Adotada					
Enviado cópia de comprovante do AR, carteira de identidade e do aviso de recebimento do mês de dezembro/2012 da Secretaria de Saúde no Estado da Bahia da pensionista supramencionada.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Auditoria no Almoarifado	01	Relatório
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
TRT 5ª Região			
Descrição da Recomendação			
Armazenar separadamente dos outros itens os produtos inflamáveis e perigosos, tendo como base as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Material e Logística			

Síntese da Providência Adotada
Parecer Técnico do Engenheiro de Segurança do TRT5.
Síntese dos Resultados Obtidos
OF NMP 013/2014 informa, com parecer do Engenheiro de Segurança Herik Silva, que os materiais armazenados não caracterizam periculosidade.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O TRT5 já possui no seu quadro de servidores um Engenheiro de Segurança do Trabalho.

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Auditoria no Almoarifado	02	Relatório
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
TRT 5ª Região			
Descrição da Recomendação			
Controlar o prazo de validade dos materiais de forma automática, por dispositivo no sistema de gerenciamento de materiais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Material e Logística			

Síntese da Providência Adotada
Implantação do novo sistema de controle de material
Síntese dos Resultados Obtidos
Segundo a CML a partir de 07/01/2014 o sistema será implantado e possui o controle automático do prazo de validade.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Auditoria no Almoarifado	03	Relatório
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
TRT 5ª Região			
Descrição da Recomendação			
Reparar e efetuar manutenção na parede onde ocorre infiltração;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Material e Logística			

Síntese da Providência Adotada
Já foi acionada a Coordenadoria de Manutenção e Conservação
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Auditoria no Almoarifado	04	Relatório
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
TRT 5ª Região			
Descrição da Recomendação			
Treinar os servidores do almoarifado para manuseio dos extintores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenadoria de Material e Logística			

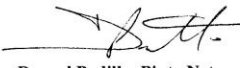
Síntese da Providência Adotada
Contratação de empresa especializada para ministrar o curso
Síntese dos Resultados Obtidos
Elaborado o Termo de referência para licitar o serviço.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Auditoria nas Diárias	01	Relatório
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
TRT 5ª Região			
Descrição da Recomendação			
Que sejam aperfeiçoados os controles relativos à comprovação de ida e volta dos deslocamentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento de Finanças			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Não informado			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Declarações contábeis

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO	
Eu, DURVAL PADILHA PINTO NETO , CPF nº249.509.045-15, Diretor da Coordenadoria de Contabilidade, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.	
Salvador, 10 de fevereiro de 2014	
	
Durval Padilha Pinto Neto 249.509.045-15 Diretor da Coordenadoria de Contabilidade TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO	

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 5ª REGIÃO		08007	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Salvador	Data	10/02/2014
Contador Responsável	Durval Padilha Pinto Neto	CRC nº	016.277/O


Durval Padilha Pinto Neto
Diretor da Coordenadoria de Contabilidade

Objetivos estratégicos

A partir de um referencial estratégico estabelecido, o TRT da 5ª da Região buscou identificar o seu negócio, a missão, a visão de futuro e os valores institucionais da organização. Elaborou-se diagnóstico de ambiente compreendendo a análise dos fatores internos e externos afetos à organização capazes de influenciar sua atuação.

O Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 70, de 18 de Março de 2009 instituindo o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. Para tanto, passou a orientar todos os órgãos do Poder Judiciário no processo de elaboração dos seus próprios planos, inclusive com proposta de roteiro de implantação.

A) Proposta de elaboração do planejamento estratégico - etapas do Planejamento Estratégico do TRT5

- ***FASE 1: AÇÕES ANTERIORES AO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA***
 - a) Realização de Pesquisa de Clima Organizacional com o público interno
 - b) Realização de Pesquisa de Satisfação dos usuários externos
 - c) Definição das equipes de Líderes, Líderes Ampliada e Equipe de Desenvolvimento
 - d) Preparação e distribuição dos insumos para a entrevista inicial
 - e) Preparação do roteiro de entrevistas
 - f) Definição das entrevistas junto à equipe de líderes
 - g) Aplicação das entrevistas junto à equipe de líderes
 - h) Coleta das propostas de iniciativas das unidades deste Tribunal
 - i) Coleta de insumos (25.09.2009)
 - j) Compilação das informações apuradas nas entrevistas e nos insumos
 - k) Organização das informações para o Fórum de Gestão Estratégica
 - l) Organização do ambiente e do material a ser utilizado no Fórum de Gestão Estratégica
 - m) Análise do ambiente externo
 - n) Análise do ambiente interno
 - o) Análise do ambiente interno e externo

- ***FASE 2: REALIZAÇÃO DO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA (14 a 16 de outubro de 2009)***
 - a) Programação do primeiro dia do Fórum de Gestão Estratégica
 - Apresentação de vídeo institucional
 - Palavra da Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
 - Palestra de convidados
 - Apresentação dos insumos
 - Definição da missão institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

- b) Programação do segundo dia do Fórum de Gestão Estratégica
 - Definição da visão institucional
 - Definição dos valores institucionais
 - Consolidação do perfil institucional
 - Definição dos objetivos estratégicos
 - Construção do mapa estratégico

- c) Programação do segundo dia do Fórum de Gestão Estratégica
 - Definição dos indicadores estratégicos
 - Definição das metas de longo prazo
 - Consolidação do mapa estratégico
 - Encerramento do Fórum

- *FASE 3 – AÇÕES POSTERIORES AO FÓRUM DE GESTÃO ESTRATÉGICA*

- a) Preparação e confecção do Plano Estratégico
- b) Aprovação do plano
- c) Capacitação dos gestores de projetos
- d) Detalhamento das etapas dos projetos estratégicos
- e) Definição de indicadores e metas para os projetos estratégicos
- f) Definição das estratégias de acompanhamento dos indicadores estratégicos
- g) Preparação da primeira Reunião de Análise Estratégica
- h) Realização da primeira Reunião de Análise Estratégica

- *METODOLOGIA*

A metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Estratégico do TRT5 foi o Balanced Score Card – BSC, método indicado pelo CNJ e adotado pelo Poder Judiciário, com as perspectivas: clientes, orçamento (finanças), processos internos e aprendizado e crescimento.

- *DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS*

Os trabalhos de implantação do planejamento estratégico do TRT 5ª Região foram desenvolvidos por equipe interna, contando com o apoio do CNJ que, por meio de contrato firmado com a Fundação Getúlio Vargas, viabilizou a consultoria necessária. A idéia foi provocar, recepcionar e aproveitar propostas de ações e críticas de toda coletividade do TRT5.

- *APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO*

O prazo estabelecido pelo CNJ na meta nacional de nivelamento nº 01 para a aprovação do planejamento estratégico foi 31.12.2009. Concluída a documentação necessária, intitulada “A Estratégia do TRT da 5ª Região, foi publicada a Resolução Administrativa nº 56, de 16/12/2009 aprovando o planejamento estratégico do TRT da 5ª Região para 2010-2014.

- *INVESTIMENTO*
Levando-se em consideração que o planejamento estratégico foi construído de forma participativa, capitaneada por equipe interna deste Regional e com o suporte da Fundação Getúlio Vargas, esta contratada pelo Conselho Nacional de Justiça para atender a todos os órgãos do Poder Judiciário, não houve investimento no particular.
- *EQUIPES DE LÍDERES, LÍDERES AMPLIADA E EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO*

EQUIPE DE LÍDERES

- Paulino César Martins Ribeiro do Couto – Desembargador Presidente (Patrocinador)
- Ana Lúcia Bezerra Silva – Desembargadora Federal do Trabalho
- Vânia Jacira Tanajura Chaves - Desembargador Federal do Trabalho
- Valtércio Ronaldo de Oliveira - Desembargador Federal do Trabalho
- Dalila Nascimento Andrade – Desembargadora Federal do Trabalho
- Norberto Frerichs – Desembargador Federal do Trabalho
- Juiz de 2º grau - Indicação da AMATRA
- Juiz de 1º grau – Indicação da AMATRA
- AldersonAdães Mota Ribeiro – Juiz do Trabalho
- Diretor Geral
- Secretário Geral da Presidência
- Servidor – Indicação do SINDJUFE
- Servidor – Indicação do SINDJUFE

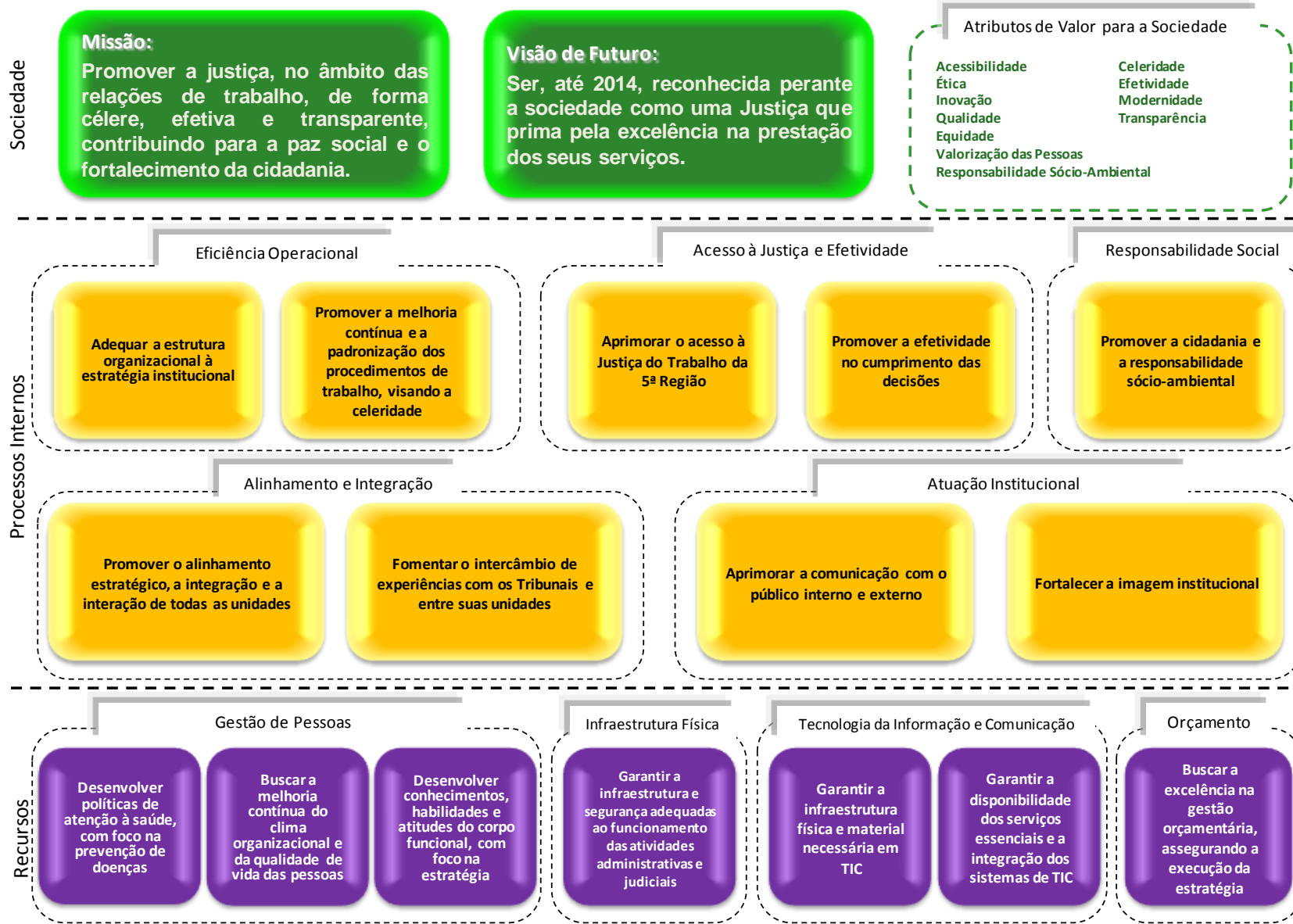
EQUIPE DE LÍDERES AMPLIADA

- Comissão de Diretores de Secretarias de Vara
- Diretores e Assessores Administrativos
- Assessores de Gabinete

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO

- Carlito Silva Miranda – Assessoria de Planejamento e Economia
- Mônica Hanhoerster – Secretária de Informática
- Antônio Marcos Farias Lima – Organização e Métodos
- Maria Inês Viana C. Joaquim de Carvalho – Vice-Presidência
- Cristiana Porto dos Santos – Vice-Presidência
- Edivaldo Lopes Santana – 29ª Vara do Trabalho
- Carlos Alberto Martins Leite – Gabinete Desembargadora Vânia Chaves

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT DA 5ª REGIÃO



• INDICADORES E METAS

INDICADOR 01:

INDICADOR: GRAU DE ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL À ESTRATÉGIA DO TRT DA 5ª REGIÃO	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Grau de adequação das unidades operacionais para o alcance dos objetivos estratégicos do TRT da 5ª Região. Este indicador considera a estrutura organizacional.
Quem mede	Assessoria de Organização e Métodos
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
Por quê medir	Visa manter atualizado o Regulamento Geral de Secretaria para alinhar as unidades à estratégia do TRT.
Esclarecimento do Indicador	Quantidade de <i>unidades estruturalmente aptas</i> ao alcance da estratégia dividida pela quantidade total de <i>unidades envolvidas</i> a objetivos estratégicos. <i>Unidades estruturalmente aptas: unidades em conformidade com o Regulamento Geral de Secretaria e ligadas diretamente à projetos estratégicos.</i> <i>Unidades envolvidas: são unidades ligadas diretamente à projetos estratégicos.</i>
Fórmula	$Ind_{01} = \frac{\text{Quantidade de unidades estruturalmente aptas}}{\text{Quantidade total de unidades envolvidas com objetivos estratégicos}}$
Situação atual	20,00%
META	2010 - 40,00%; 2011 - 60,00%; 2012 - 75,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%

INDICADOR 02 :

INDICADOR: ÍNDICE DE REGULAMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Percentual de procedimentos que se encontram documentados
Quem mede	Assessoria de Organização e Métodos
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de Dados da Assessoria de Organização e Métodos
Por quê medir	Visa documentar todos os procedimentos das unidades.
Esclarecimento do Indicador	Número de procedimentos documentados dividido pelo número total de procedimentos identificados no TRT da 5ª Região
Fórmula	$Ind_{02} = \frac{\text{Quantidade de procedimentos documentados}}{\text{Total de procedimentos identificados no TRT}}$
Situação atual	50,00%
META	2010 - 60,00%; 2011 - 70,00%; 2012 - 80,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%

INDICADOR 03:

INDICADOR: GRAU DE EFETIVIDADE DOS PROCEDIMENTOS	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Grau de racionalidade, eficiência e eficácia dos processos e procedimentos de trabalho do TRT da 5ª Região
Quem mede	Assessoria de Organização e Métodos
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
Por quê medir	Visa racionalizar os processos de trabalho nas unidades operacionais do TRT da 5ª Região.
Esclarecimento do Indicador	Quantidade de <i>unidades mapeadas e documentadas</i> dividida pela quantidade total das unidades do TRT da 5ª Região. <i>Unidades mapeadas e documentadas: unidades em que tenham sido realizados o mapeamento dos processos de trabalho e a descrição dos procedimentos com êxito na obtenção dos resultados.</i>
Fórmula	$Ind_{03} = \frac{\text{Quantidade de unidades mapeadas e documentadas}}{\text{Total de unidades do TRT no fim do exercício}}$
Situação atual	20,00%
META	2010 - 40,00%; 2011 - 45,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 55,00%; 2014 - 60,00%

INDICADOR 04 :

INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR VARA	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Varas
Quem mede	Assessoria de Organização e Métodos
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
Por quê medir	Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelas Varas.
Esclarecimento do Indicador	Quantidade de Varas que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Varas do TRT da 5ª Região.
Fórmula	$Ind_{04} = \frac{\text{Quantidade de Varas padronizadas}}{\text{Total de Varas do TRT}}$
Situação atual	70,00%
META	2010 - 80,00%; 2011 - 85,00%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%

INDICADOR 05:

INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR GABINETE	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Gabinetes
Quem mede	Assessoria de Organização e Métodos
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
Por quê medir	Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelos Gabinetes.
Esclarecimento do Indicador	Quantidade de Gabinetes que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Gabinetes do TRT da 5ª.
Fórmula	$Ind_{05} = \frac{\text{Quantidade de Gabinetes padronizadas}}{\text{Total de Gabinetes do TRT}}$
Situação atual	80,00%
META	2010 - 85,00%; 2011 - 87,50%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%

INDICADOR 06 :

INDICADOR: ÍNDICE DE PADRONIZAÇÃO POR TURMA	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Grau de aderência aos procedimentos regulamentados para as Turmas
Quem mede	Assessoria de Organização e Métodos
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Organização e Métodos
Por quê medir	Visa identificar o grau de aderência aos procedimentos adotados pelas Turmas.
Esclarecimento do Indicador	Quantidade de Turmas que adotam o procedimento padrão regulamentado dividida pela quantidade total de Turmas do TRT da 5ª Região.
Fórmula	$Ind_{06} = \frac{\text{Quantidade de Turmas padronizadas}}{\text{Total de Turmas do TRT}}$
Situação atual	80,00%
META	2010 - 85,00%; 2011 - 87,50%; 2012 - 90,00%; 2013 - 92,50%; 2014 - 95,00%

INDICADOR 07:

INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 1ª INSTÂNCIA – FASE DE COGNIÇÃO	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Mede o índice de congestionamento na fase de cognição na 1ª instância
Quem mede	Serviço de Gerenciamento de Dados
Quando medir	Semestral
Onde medir	Boletim Estatístico
Por quê medir	Visa identificar o grau de congestionamento em 1ª instância na fase de cognição.
Esclarecimento do Indicador	Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 1ª Instância na fase de cognição do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase.
Fórmula	$Ind_{07} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	50,00%
META	2010 - 40,00%; 2011 - 36,00%; 2012 - 34,20%; 2013 - 32,49%; 2014 - 30,00%

INDICADOR 08 :

INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 2ª INSTÂNCIA – FASE DE COGNIÇÃO	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Mede o índice de congestionamento na fase de cognição na 2ª instância
Quem mede	Serviço de Gerenciamento de Dados
Quando medir	Semestral
Onde medir	Boletim Estatístico
Por quê medir	Visa identificar o grau de congestionamento em 2ª instância na fase de cognição.
Esclarecimento do Indicador	Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 2ª Instância na fase de cognição do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase.
Fórmula	$Ind_{08} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	37,00%
META	2010 - 29,60%; 2011 - 26,64%; 2012 - 25,31%; 2013 - 24,04%; 2014 - 22,84%

INDICADOR 09:

INDICADOR: ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 1ª INSTÂNCIA	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Mede o percentual de decisões líquidas na fase de conhecimento em 1ª instância
Quem mede	Serviço de Gerenciamento de Dados
Quando medir	Trimestral
Onde medir	Base de Dados do Gerenciamento de Dados
Por quê medir	Visa identificar o grau de decisões líquidas em 1ª instância na fase de conhecimento.
Esclarecimento do Indicador	Relação entre total de decisões líquidas e total de processos julgados na 1ª Instância no período de referência
Fórmula	$Ind_{09} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de decisões líquidas}}{\sum_1^m \text{Quantidade de processos julgados}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	-
META	2010 - 20,00%; 2011 - 35,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 65,00%; 2014 - 80,00%

INDICADOR 10 :

INDICADOR: ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 2ª INSTÂNCIA	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Mede o percentual de decisões líquidas na fase de conhecimento em 2ª instância
Quem mede	Serviço de Gerenciamento de Dados
Quando medir	Trimestral
Onde medir	Base de Dados do Gerenciamento de Dados
Por quê medir	Visa identificar o grau de decisões líquidas em 2ª instância na fase de conhecimento.
Esclarecimento do Indicador	Relação entre total de decisões líquidas e total de processos julgados na 2ª Instância no período de referência
Fórmula	$Ind_{10} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de decisões líquidas}}{\sum_1^m \text{Quantidade de processos julgados}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	-
META	2010 - 20,00%; 2011 - 35,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 65,00%; 2014 - 80,00%

INDICADOR 11:

INDICADOR: ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Pontos de atendimento físicos e eletrônicos do TRT da 5ª Região.
Quem mede	Assessoria de Planejamento e Economia
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia
Por quê medir	Visa identificar o grau de capilaridade e acesso ao Tribunal.
Esclarecimento do Indicador	Relação entre a quantidade de pontos físicos e eletrônicos* do TRT e a quantidade total de municípios do estado da Bahia. * Pontos eletrônicos: <ul style="list-style-type: none">• a internet equivale a um ponto físico;• terminal de auto-atendimento fora dos pontos físicos instalados pelo TRT e contam como um ponto físico por localidade de instalação.
Fórmula	$Ind_{11} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos}}{\text{Total de município do estado da Bahia}}$
Situação atual	8,39% (para 417 municípios, fonte IBGE-2010)
META	2010 - 9,11%; 2011 - 9,35%; 2012 - 10,07%; 2013 - 10,31%; 2014 - 10,55%

INDICADOR 12 :

INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 1ª INSTÂNCIA – FASE DE EXECUÇÃO	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Mede o índice de congestionamento na fase de execução na 1ª instância
Quem mede	Serviço de Gerenciamento de Dados
Quando medir	Semestral
Onde medir	Boletim Estatístico
Por quê medir	Visa identificar o grau de congestionamento em 1ª instância na fase de execução.
Esclarecimento do Indicador	Taxa calculada a partir da diferença do valor unitário e a relação entre a quantidade total de processos judiciais baixados na 1ª Instância na fase de execução do período de referência e a soma dos processos pendentes com o total de processos novos na mesma fase.
Fórmula	$Ind_{12} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de processos judiciais baixados}}{\text{Processos Pendentes} + \sum_1^m \text{Processos novos}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	95,00%
META	2010 - 76,00%; 2011 - 68,40%; 2012 - 64,98%; 2013 - 61,73%; 2014 - 58,64%

INDICADOR 13:

INDICADOR: NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS.	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Número de pessoas beneficiadas pelas ações sociais promovidas pelo TRT da 5ª Região.
Quem mede	Serviço de Projetos Especiais
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados do Serviço de Assessoramento de Projetos Especiais
Por quê medir	Visa identificar o número de pessoas beneficiadas pelas ações sociais promovidas pelo TRT da 5ª Região.
Esclarecimento do Indicador	Quantidade total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais
Fórmula	$Ind_{13} = \sum_1^m \text{Quantidade de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	-
META	2010 - 100; 2011 - 200; 2012 - 300; 2013 - 400; 2014 - 500

INDICADOR 14 :

INDICADOR: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Identificar o percentual de projetos estratégicos que obtiveram sucesso no alcance dos objetivos estratégicos.
Quem mede	Assessoria de Planejamento e Economia
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia
Por quê medir	Visa identificar o percentual de êxito de projetos estratégicos.
Esclarecimento do Indicador	Relação entre os projetos estratégicos concluídos com sucesso e o total de projetos estratégicos no período de referência
Fórmula	$Ind_{14} = \frac{\textit{Quantidade de projetos estratégicos concluídos com sucesso}}{\textit{Total de projetos estratégicos}}$
Situação atual	0,00%
META	2010 - 30,00%; 2011 - 50,00%; 2012 - 70,00%; 2013 - 90,00%; 2014 - 100,00%

INDICADOR 15:

INDICADOR: ÍNDICE DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA JUDICIÁRIA REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS DOCNJ	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Número de boas práticas encaminhadas
Quem mede	Assessoria de Planejamento e Economia
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia
Por quê medir	Visa identificar o número de boas práticas , na área judiciária, registradas no CNJ.
Esclarecimento do Indicador	Soma de boas práticas da área judiciária registradas no CNJ no período de referência
Fórmula	$Ind_{15} = \sum_1^m \text{Quantidade de boas práticas da área judiciária registradas no CNJ}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	0
META	2010 - 3; 2011 - 3; 2012 - 3; 2013 - 3; 2014 - 3

INDICADOR 16 :

INDICADOR: ÍNDICE DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS DOCNJ.	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Percentual de aproveitamento de ações registradas no banco de boas práticas.
Quem mede	Assessoria de Planejamento e Economia
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Planejamento e Economia
Por quê medir	Visa identificar o número de boas práticas, na área administrativa, registradas no CNJ.
Esclarecimento do Indicador	Soma de boas práticas da área administrativa registradas no CNJ no período de referência
Fórmula	$Ind_{16} = \sum_1^m \text{Quantidade de boas práticas da área administrativa registradas no CNJ}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	0
META	2010 - 3; 2011 - 2; 2012 - 2; 2013 - 2; 2014 - 2

INDICADOR 17:

INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO EXTERNO	
Tipo de Indicador	Eficácia
O quê mede	Avalia o grau de satisfação dos públicos externos
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas
Quando medir	Anual
Onde medir	Pesquisa de Satisfação dos usuários externos
Por quê medir	Visa avaliar o grau de satisfação do público externo.
Esclarecimento do Indicador	Relação da quantidade de pessoas externas satisfeitas e total de entrevistados externos.
Fórmula	$Ind_{17} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$
Situação atual	71,70%
META	2010 - 74,36%; 2011 - 77,02%; 2012 - 79,68%; 2013 - 82,34%; 2014 - 85,00%

INDICADOR 18 :

INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO	
Tipo de Indicador	Eficácia
O quê mede	Avalia o grau de satisfação do público interno.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas
Quando medir	Anual
Onde medir	Pesquisa de Clima Organizacional
Por quê medir	Visa avaliar o grau de satisfação do público interno.
Esclarecimento do Indicador	Relação da quantidade de pessoas internas satisfeitas e total de entrevistados internos.
Fórmula	$Ind_{18} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$
Situação atual	93,20%
META	2010 - 93,70%; 2011 - 94,20%; 2012 - 94,70%; 2013 - 95,20%; 2014 - 95,70%

INDICADOR 19:

INDICADOR: ÍNDICE DE INSERÇÕES NA MÍDIA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Quantidade de inserções na mídia externa.
Quem mede	Assessoria de Comunicação
Quando medir	Trimestral
Onde medir	Base de Dados da Assessoria de Comunicação
Por quê medir	Visa medir a quantidade de inserções na mídea externa.
Esclarecimento do Indicador	Índice calculado pelo total de inserções na mídia com base no clipping eletrônico no período de apuração.
Fórmula	$Ind_{19} = \sum_1^m \text{Quantidade de inserções na mídia com base no clipping eletrônico}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	690
META	2010 - 759; 2011 - 834; 2012 - 917; 2013 - 1008; 2014 - 1108

INDICADOR 20 :

INDICADOR: ÍNDICE DE MATÉRIAS POSITIVAS	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Percentual das inserções positivas na mídia externa.
Quem mede	Assessoria de Comunicação
Quando medir	Trimestral
Onde medir	Base de dados da Assessoria de Comunicação
Por quê medir	Visa medir o percentual de matérias veiculadas na mídea externa de forma positiva.
Esclarecimento do Indicador	Relação entre o total de inserções positivas na mídia externa e o total de inserções na mídia no período de referência.
Fórmula	$Ind_{20} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de inserções positivas na mídia}}{\sum_1^m \text{Quantidade de inserções na mídia}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	90,00%
META	2010 - 91,00%; 2011 - 92,00%; 2012 - 93,00%; 2013 - 94,00%; 2014 - 95,00%

INDICADOR 21:

INDICADOR: ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO TOTAL	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Mede o percentual médio diário de magistrados e servidores afastados por acidente em serviço, para tratamento da própria saúde ou demais licenças previstas em lei.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas
Quando medir	Semestral
Onde medir	Banco de dados do Sistema de Recursos Humanos
Por que medir	Visa medir o grau de afastamento por motivo de saúde e outras licenças de pessoal.
Esclarecimento do Indicador	Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas e de pessoal dos magistrados e servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência, devendo ser informada a memória de cálculo referente a magistrados e servidores (subíndices)
Fórmula	$Ind_{21} = \frac{\sum_{i=1}^m \text{Quantidadedelicençasmédicas e de pessoal}}{(Qde de magistrados + Qde de servidores) * (Qde de dias do mês de referência)}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	6,30%
META	2010 - 6,00%; 2011 - 5,50%; 2012 - 5,00%; 2013 - 4,50%; 2014 - 4,00%

INDICADOR 21.1:

INDICADOR: ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO POR MOTIVO DE SAÚDE	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Mede o percentual médio diário de magistrados e servidores afastados por acidente em serviço, para tratamento da própria saúde ou demais licenças previstas em lei.
Quem mede	Serviço de Saúde
Quando medir	Semestral
Onde medir	Banco de dados do Sistema de Recursos Humanos
Por que medir	Visa medir o grau de afastamento por motivo de saúde.
Esclarecimento do Indicador	Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas dos magistrados e servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência, , devendo ser informada a memória de cálculo referente a magistrados e servidores (subíndices)
Fórmula	$Ind_{21.1} = \frac{\sum_{i=1}^m \text{Quantidadedelicençasmédicas}}{(Qde de magistrados + Qde de servidores) * (Qde de dias do mês de referência)}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	-
META	2010 - 4,00%; 2011 -3,70%; 2012 -3,50%; 2013 -3,30%; 2014 - 3,00%

INDICADOR 22 :

INDICADOR: ÍNDICE DE CASOS DE AFASTAMENTOS POR MOTIVO DE SAÚDE OCACIONADOS PELO TRABALHO	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Percentual de casos de afastamento por motivo de saúde ocasionados pelo trabalho em relação ao total de afastamentos, por motivo de saúde, da população do TRT da 5ª Região
Quem mede	Serviço de Saúde
Quando medir	Semestral
Onde medir	Registro dos atendimentos realizados por programa específico voltado à saúde ocupacional – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, após estabelecimento donexo causal
Por que medir	Visa medir o percentual de afastamento por motivo de saúde decorrentes do trabalho.
Esclarecimento do Indicador	Índice calculado a partir da relação entre as licenças médicas e de pessoal dos servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho dentro do período de referência.
Fórmula	$Ind_{22} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de licenças médicas decorrentes do trabalho}}{m \cdot (Qde de magistrados + Qde de servidores) \cdot (Qde de dias do mês de referência)}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	-
META	2010 - 30,00%; 2011 - 25,00%; 2012 - 20,00%; 2013 - 15,00%; 2014 - 10,00%

INDICADOR 23:

INDICADOR: SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO COM A QUALIDADE DE VIDA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Percentual de satisfação do público interno com a qualidade de vida
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas
Quando medir	Anual
Onde medir	Pesquisa de Clima Organizacional
Por quê medir	Visa medir a satisfação do público interno com a qualidade de vida.
Esclarecimento do Indicador	Relação da quantidade de pessoas internas satisfeitas com a qualidade de vida e total de entrevistados internos.
Fórmula	$Ind_{23} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$
Situação atual	-
META	2010 - 50,00%; 2011 - 60,00%; 2012 - 70,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 80,00%

INDICADOR 24 :

INDICADOR: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS	
Tipo de Indicador	Eficiência
O quê mede	Capacitação nas competências estratégicas
Quem mede	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
Quando medir	Anual
Onde medir	Banco de dados da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
Por quê medir	Visa medir o grau de capacitação nas competências estratégicas.
Esclarecimento do Indicador	Quantidade de servidores ativos treinados com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas, sobre o total de servidores ativos no final do exercício.
Fórmula	$Ind_{24} = \frac{\sum_1^m \text{Quantidade de servidores ativos treinados}}{\text{Total de servidores ativos no final do exercício}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	-
META	2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%

INDICADOR 25:

INDICADOR: UNIDADES ALINHADAS COM O PADRÃO DE SEGURANÇA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Quantidade de sedes alinhadas com o padrão de segurança do TRT da 5ª Região
Quem mede	Secretaria Administrativa
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Secretaria Administrativa
Por quê medir	Visa identificar a quantidade de sedes alinhadas com o padrão de segurança do TRT da 5ª Região.
Esclarecimento do Indicador	Pontos físicos e eletrônicos considerados dentro do padrão/ total de pontos físicos e eletrônicos. <i>Padrão de segurança física: modelo instituído pela administração do TRT.</i>
Fórmula	$Ind_{25} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos dentro do padrão}}{\text{Total de pontos físicos e eletrônicos do TRT}}$
Situação atual	-
META	2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%

INDICADOR 26 :

INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM AS INSTALAÇÕES FÍSICAS	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Grau de satisfação dos servidores/magistrados com relação a infraestrutura física do TRT da 5ª Região
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas
Quando medir	Anual
Onde medir	Pesquisa de Clima Organizacional
Por quê medir	Visa medir o grau de satisfação dos servidores e magistrados com a infraestrutura física da unidade.
Esclarecimento do Indicador	Relação entre avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas conforme padrão de instalações / total de avaliações nestes itens da pesquisa
Fórmula	$Ind_{26} = \frac{\text{Quantidade de avaliações positivas}}{\text{Total de avaliações}}$
Situação atual	74,36%
META	2010 - 76,00%; 2011 - 78,00%; 2012 - 80,00%; 2013 - 83,00%; 2014 - 85,00%

INDICADOR 27:

INDICADOR: ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A SEGURANÇA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Grau de satisfação dos servidores/magistrados com relação à segurança do TRT da 5ª Região
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas
Quando medir	Anual
Onde medir	Pesquisa de Clima Organizacional
Por quê medir	Visa medir o grau de satisfação dos servidores e magistrados com a a segurança da unidade.
Esclarecimento do Indicador	Relação da quantidade de pessoas satisfeitas com o item segurança e total de entrevistados.
Fórmula	$Ind_{27} = \frac{\text{Quantidade de pessoas entrevistadas satisfeitas}}{\text{Quantidade total de pessoas entrevistadas}}$
Situação atual	-
META	2010 - 45,00%; 2011 - 55,00%; 2012 - 65,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 85,00%

INDICADOR 28 :

INDICADOR: UNIDADES ALINHADAS COM O PADRÃO DE INFRAESTRUTURA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Quantidade de sedes alinhadas com o padrão de infraestrutura do TRT da 5ª Região
Quem mede	Secretaria Administrativa
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados da Secretaria Administrativa
Por quê medir	Visa identificar a quantidade de sedes alinhadas com o padrão de infraestrutura do TRT da 5ª Região.
Esclarecimento do Indicador	Pontos físicos e eletrônicos considerados dentro do padrão/ total de pontos físicos e eletrônicos. <i>Padrão de infraestrutura física: modelo instituído pela administração do TRT.</i>
Fórmula	$Ind_{28} = \frac{\text{Quantidade de pontos físicos e eletrônicos dentro do padrão}}{\text{Total de pontos físicos e eletrônicos do TRT}}$
Situação atual	-
META	2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%

INDICADOR 29:

INDICADOR: ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Percentual de equipamentos essenciais (micros, servidores, impressoras, notebooks) atualizados por ano, conforme padrão adotado
Quem mede	Secretaria de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Sistema de Controle Patrimonial
Por quê medir	Visa medir o grau de atualização do parque de informática conforme padrão adotado
Esclarecimento do Indicador	Índice calculado a partir da relação entre a quantidade de equipamentos atualizados (conforme padrão instituído pela administração do Tribunal) e o total de equipamentos do TRT da 5ª Região.
Fórmula	$Ind_{29} = \frac{\text{Quantidade de equipamentos atualizados}}{\text{Total de equipamentos do TRT}}$
Situação atual	-
META	2010 - 25,00%; 2011 - 50,00%; 2012 - 75,00%; 2013 - 100,00%; 2014 - 100,00%

INDICADOR 30 :

INDICADOR: ÍNDICE DE ADERÊNCIA ÀS METAS DO PETI	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Mede a aderência às metas do PETI
Quem mede	Secretaria de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de Dados da Secretaria de Informática
Por quê medir	Visa medir o grau de aderência às metas do PETI
Esclarecimento do Indicador	Índice calculado a partir da relação entre a quantidade de Metas do PETI Nacional alcançadas e a quantidade total de Metas do PETI Nacional
Fórmula	$Ind_{30} = \frac{\text{Quantidade de Metas do PETI Nacional alcançadas}}{\text{Total de Metas do PETI Nacional}}$
Situação atual	-
META	2010 - 10,00%; 2011 - 20,00%; 2012 - 50,00%; 2013 - 75,00%; 2014 - 100,00%

INDICADOR 31:

INDICADOR: ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia
Quem mede	Secretaria de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de Dados da Secretaria de Informática
Por quê medir	Visa identificar o grau de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia
Esclarecimento do Indicador	Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o tempo de indisponibilidade de equipamentos e o tempo total do período de referência
Fórmula	$Ind_{32} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Tempo de indisponibilidade de equipamentos}}{\sum_1^m \text{Tempo total do período}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	-
META	2010 - 95,00%; 2011 - 96,00%; 2012 - 97,00%; 2013 - 98,00%; 2014 - 99,00%

INDICADOR 32 :

INDICADOR: ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Índice de disponibilidade de sistemas on-line
Quem mede	Secretaria de Informática
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de Dados da Secretaria de Informática
Por quê medir	Visa identificar o grau de disponibilidade de sistemas on-line
Esclarecimento do Indicador	Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o tempo de indisponibilidade de sistemas e o tempo total do período de referência
Fórmula	$Ind_{32} = 1 - \frac{\sum_1^m \text{Tempo de indisponibilidade de sistemas}}{\sum_1^m \text{Tempo total do período}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	-
META	2010 - 95,00%; 2011 - 96,00%; 2012 - 97,00%; 2013 - 98,00%; 2014 - 99,00%

INDICADOR 33:

INDICADOR: ÍNDICE DE ECONOMIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Mede a economia obtida nos custos operacionais, resultante da implementação das ações estratégicas
Quem mede	Secretaria de Orçamento e Finanças
Quando medir	Trimestral
Onde medir	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira..
Por quê medir	Visa medir a economia obtida decorrente das implementações estratégicas sobre o custo operacional
Esclarecimento do Indicador	<p>Índice calculado a partir da diferença do valor unitário e a relação entre o valor total das despesas de manutenção per capita (força de trabalho total e área útil de edificações) do período de referência com as despesas de manutenção per capita do mesmo período analisado no exercício de 2009.</p> <p>Per capita: Total do gasto com manutenção dividido pela FTT - Força Total de Trabalho (soma de todos os magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) e área útil na data de referência.</p> <p>As despesas de manutenção serão apuradas pelo regime de caixa.</p>
Fórmula	$Ind_{33} = 1 - \frac{\frac{\sum_1^m \text{Gasto de manutenção do período de referência}}{FTT \text{ na data de referência} \times \text{Total da área útil na data de referência}}}{\frac{\sum_1^m \text{Gasto de manutenção do período de referência base (2009)}}{FTT \text{ na data de 31/12/2009} \times \text{Total da área útil na data de 31/12/2009}}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	0%
META	2010 - 4,00%; 2011 - 8,00%; 2012 - 11,00%; 2013 - 13,00%; 2014 - 15,00%

INDICADOR 34 :

INDICADOR: ÍNDICE DE ORÇAMENTO ESTRATÉGICO	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Mede o percentual do orçamento voltado para as iniciativas estratégicas.
Quem mede	Secretaria de Orçamento e Finanças
Quando medir	Anual
Onde medir	Base de dados Secretaria de Orçamento e Finanças
Por quê medir	Visa medir o grau de orçamento aprovado para iniciativas estratégicas
Esclarecimento do Indicador	% entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o limite disponibilizado na proposta orçamentária para outras atividades (ACT – apreciação de causas trabalhistas; CRH – capacitação de recursos humanos; MVI – manutenção de varas itinerantes e AJPC – assistência jurídica a pessoas carentes).
Fórmula	$Ind_{34} = \frac{\text{Valor disponibilizado para iniciativas estratégicas}}{\text{Limite disponibilizado na proposta orçamentária para outras atividades}}$
Situação atual	N/A
META	2010 - 20,00%; 2011 - 21,00%; 2012 - 22,00%; 2013 - 23,00%; 2014 - 24,00%

INDICADOR 35:

INDICADOR: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO	
Tipo de Indicador	Efetividade
O quê mede	Mede o percentual do orçamento executado voltado para as iniciativas estratégicas.
Quem mede	Secretaria de Orçamento e Finanças
Quando medir	Trimestral
Onde medir	Base de dados da Secretaria de Orçamento e Finanças
Por quê medir	Visa medir o grau do orçamento executado referente às iniciativas estratégicas.
Esclarecimento do Indicador	% entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal no período de referência.
Fórmula	$Ind_{35} = \frac{\sum_1^m \text{Valor executado nas iniciativas estratégicas}}{\sum_1^m \text{Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas}}$ <p style="text-align: right;"><i>Onde m é o mês de referência.</i></p>
Situação atual	N/A
META	2010 - 100,00%; 2011 - 100,00%; 2012 - 100,00%; 2013 - 100,00%; 2014 - 100,00%

ORDEM	PROJETOS	SOMATÓRIO	CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO															
			ADEQUAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL À ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA E A PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO VISANDO A Celeridade	A PRIMORAR O ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO	PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES	PROMOVER A CIDADANIA E A RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL	PROMOVER O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO À INTEGRAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DE TODAS AS UNIDADES.	FOMENTAR O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS COM OS TRIBUNALS E ENTRE SUAS UNIDADES..	APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO INTERNO E EXTERNO	FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL	DESENVOLVER POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE, COM FOCO NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS	BUSCAR A MELHORIA CONTÍNUA DO CLIMA ORGANIZACIONAL E DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS	DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DO CORPO FUNCIONAL, COM FOCO NA ESTRATÉGIA	GABARITAR A INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA ADEQUADAS AO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS	GABARITAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E O MATERIAL NECESSÁRIOS EM TIC	GABARITAR A DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS E A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE TIC	BUSCAR EXCELENÇA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA ASSEGURANDO EXECUÇÃO ESTRATÉGICA
1	Atualizar a infraestrutura de informática	109	6	6	9	8	4	6	5	8	9	5	4	7	9	9	9	5
2	Redesenhar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa.	103	9	9	6	8	4	9	6	7	7	7	6	7	4	4	4	6
2.1	Normatizar os processos de trabalho redesenhados	89	6	9	5	8	3	8	5	6	6	6	5	6	3	3	5	5
2.2	Disponibilizar informações processuais na internet	85	3	4	9	9	6	7	5	8	9	3	3	3	3	3	5	5
2.3	Formar grupo funcional de calculistas	77	6	5	3	9	3	7	6	5	7	3	4	6	3	3	3	4
3	Adequar a infraestrutura de segurança e física	101	6	4	6	6	5	5	3	5	8	9	7	6	8	9	9	5
4	Implantar projeto para acompanhamento da construção da nova sede do TRT5 no CAB	101	8	4	9	7	6	5	3	4	7	6	6	5	9	8	7	7
5	Implementar a Universidade Corporativa	99	5	5	4	6	8	9	8	8	8	7	7	9	4	4	4	3
5.1	Desenvolver programa de capacitação de pessoas	87	4	7	3	9	3	8	5	6	7	5	6	9	3	4	4	4
5.2	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de acordo com as competências estratégicas	87	6	6	5	8	4	8	5	4	6	4	8	9	3	4	3	4
5.3	Desenvolver o planejamento da força de trabalho em termo quantitativos	81	7	7	5	8	5	5	3	3	5	8	6	5	3	3	5	3
6	Desenvolver o planejamento orçamentário baseado nas orientações do Plano Estratégico	95	5	5	6	7	5	5	3	8	7	6	4	7	6	7	5	9
7	Implantar os projetos definidos pelo CNJ e CSJT	95	6	6	7	7	4	8	9	6	5	3	3	7	6	6	6	6
7.1	Implantar a Certificação Digital	95	6	6	8	9	5	6	4	6	7	4	4	5	4	7	8	6
8	Melhoria do atendimento ao cliente cidadão	93	6	6	9	8	6	5	4	9	9	3	3	5	5	5	5	5
9	Desenvolver programa de comunicação para os públicos interno e externo	87	3	4	5	4	5	8	8	9	9	6	8	5	3	3	3	4
10	Incentivar o uso da intranet	84	3	4	3	4	4	8	6	7	4	6	7	8	4	6	4	6
11	Desenvolver projeto para racionalização de recursos	83	4	7	4	6	4	5	3	3	7	4	3	6	6	6	6	9
12	Desenvolver Projeto de modernização do arquivo	78	5	8	5	5	5	4	5	4	7	7	6	3	3	3	4	4
12.1	Desenvolver Projeto Arquivo Digital	78	5	8	5	5	5	4	5	4	7	7	6	3	3	3	4	4
13	Desenvolver programas de qualidade de vida para magistrados e servidores	76	3	3	3	5	4	4	5	5	7	9	9	5	4	3	3	4
13.1	Desenvolver programa de prevenção de doenças	74	5	5	3	5	3	4	4	4	6	9	9	4	4	3	3	3
14	Desenvolver Projeto para efetividade do processo trabalhista	69	5	5	3	9	3	4	3	5	9	3	3	4	3	3	3	4

B) Proposição de providências imediatas

Campanhas para a disseminação do planejamento estratégico como mudança de paradigma na gestão da coisa pública.

Assessoramento permanente, em todos os níveis hierárquicos, nas questões técnicas relacionadas ao planejamento estratégico do Tribunal e o seu alinhamento institucional.

Acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário de 2009, 2010, 2011, 2012e 2013 (Metas de Nivelamento e respectivo Plano de Ação e Metas Prioritárias).

Ajuste do planejamento estratégico do Tribunal (Aperfeiçoamento/Grau de maturidade).

Apoio às atividades dos Gestores Nacionais das Metas do Poder Judiciário do Tribunal, com destaque para o levantamento das pendências e ações voltadas ao cumprimento das Metas.

Ações voltadas à limpeza da base de dados, à identificação de inconsistência nas tramitações dos processos, à comunicação dos sistemas de arquivo de processos findos com o sistema de acompanhamento de processos ativos; transparência das informações processuais na internet.

Participação em eventos nacionais sobre planejamento estratégico.

Ações imediatas de alto impacto e baixo risco relacionadas à redução dos custos de manutenção da máquina administrativa.

Acompanhamento e medição dos indicadores trimestrais, semestrais e anuais estratégicos do Tribunal.

Instituição de política de priorização de obras a partir de critérios objetivos relacionados à situação física dos imóveis e à prestação jurisdicional.

Realização de Reuniões de Análise Estratégica – RAE com o intuito de avaliar os resultados das ações iniciadas e propor novas ações, de acordo com a estratégia definida.

Estruturação do Escritório de Projetos e Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos e Táticos do TRT5.

Elaborou matriz que permite a priorização de investimentos em obras, a partir de um referencial objetivo, que subsidiará a construção participando da revisão anual do Plano de Obras, além da emissão de parecer técnico de viabilidade;

Acompanhou e mediu os indicadores trimestrais, semestrais e anuais estratégicos do Tribunal;

C) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

I. ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA

Na forma do art. 3º, inciso I da Resolução Administrativa TRT5 nº 56/2009 a Secretaria de Gestão Estratégica levou ao conhecimento da Alta Administração a necessidade da revisão dos indicadores e ações referentes as metas relacionados ao planejamento estratégico do órgão e do Poder Judiciário Nacional (Metas Nacionais)

Foi salientada, ainda, a necessidade do desenvolvimento conjunto de ações voltadas à conscientização sobre o planejamento estratégico do Tribunal, com destaque para a importância de cada magistrado e servidor no processo, em cada representação do Estado, no que toca as atividades organizacionais desenvolvidas. Da mesma forma, destacada a necessidade de treinamento dos diretores de secretaria de vara do trabalho e respectivos adjuntos no que diz respeito às tramitações dos processos no Sistema de Acompanhamento de Movimentação Processual – SAMP e no novo sistema de coleta de dados estatísticos – eGestão.

Objetivos e indicadores estratégicos passaram a ser o parâmetro para a avaliação do comportamento desta instituição, haja vista as medições que se sucederam ao longo do ano de 2013.

Está evidenciado nas atas das reuniões de análise estratégicas - RAEs, a preocupação da Administração quanto à necessidade da realização de ajustes, seja na estrutura hierárquica reclamada, seja quanto à harmonização das assessorias técnicas afetas aos objetivos estratégicos do órgão, seja quanto à personalização de responsáveis para projetos estratégicos adrede definidos etc. Mantém-se a certeza de que o planejamento estratégico do órgão deva ser assimilado e acreditado por todos os magistrados e servidores da Casa com reconhecimento da população em geral.

As metas nacionais do poder judiciário, capitaneadas pelo Conselho Nacional de Justiça, tanto de nivelamento (2009) quanto as intituladas prioritárias (2010, 2011, 2012 e 2013) sinalizam quão satisfatórios têm sido os resultados desse planejamento coordenado. Os órgãos que integram o judiciário brasileiro tiveram que absorver a lógica dessa ferramenta e se aparelhar no sentido de acompanhar as mudanças inopinadas ocorridas. Nesse sentido o TRT da 5ª Região instituiu o seu próprio planejamento, sempre alinhado com um referencial maior (Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho), acompanhando e promovendo os ajustes necessários.

II. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO DA UNIDADE REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO.

A análise feita anteriormente, relacionada ao andamento do planejamento estratégico, revela o amadurecimento da instituição que vem avançando a partir da inserção de um novo referencial, qual seja a prestação do serviço público de forma planejada e monitorada.

Percebe-se que a falta do aculturamento dessa realidade ainda é um obstáculo que se espera transpor. Isso porque estamos tratando de uma estrutura hierarquizada onde as deliberações quase sempre foram tomadas de acordo com o “feeling” da Administração, porquanto até então, desprovida de dados estatísticos e informações objetivas que autorizassem ações passíveis de medição.

As metas nacionais do poder judiciário, capitaneadas pelo Conselho Nacional de Justiça, tanto de nivelamento (2009) quanto as intituladas prioritárias (2010, 2011, 2012 e 2013) sinalizam quão satisfatórios têm sido os resultados desse planejamento coordenado. Os órgãos que integram o judiciário brasileiro tiveram que absorver a lógica dessa ferramenta e se aparelhar no sentido de acompanhar as mudanças inopinadas ocorridas. Nesse sentido o TRT da 5ª Região instituiu o seu próprio planejamento, sempre alinhado com um referencial maior (Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho), acompanhando e promovendo os ajustes necessários.

Objetivos e indicadores estratégicos passaram a ser o parâmetro para a avaliação do comportamento desta instituição, haja vista as medições que se sucederam ao longo do ano de 2013.

Como dito alhures, a cultura do planejamento ainda não é uma realidade. Na prática, conquanto a Administração já disponha das informações objetivas bastantes para a tomada de decisões, ainda permanece com alguma dificuldade no aspecto - ação proativa. Com efeito, a Administração provocada a respeito de assuntos e problemas que afetam diretamente os resultados medidos e esperados, ainda tem priorizado ações corretivas e não preventivas ensejando, não raras vezes, a falta de sintonia entre os gestores responsáveis.

Está evidenciado nas atas das reuniões de análise estratégicas - RAEs, outrossim, a preocupação da Administração quanto à necessidade da realização de ajustes, seja na estrutura hierárquica reclamada, seja quanto à harmonização das assessorias técnicas afetas aos objetivos estratégicos do órgão, seja quanto à personalização de responsáveis para projetos estratégicos adrede definidos etc. Por outro lado, mantém-se a certeza de que o planejamento estratégico do órgão deva ser assimilado e acreditado por todos os magistrados e servidores da Casa com reconhecimento da população em geral.

Diante do pouco tempo de uso dessa ferramenta, avaliamos positivamente os resultados alcançados. Trata-se, repita-se, de um processo de amadurecimento cultural e funcional.

A análise sobre o cumprimento das metas nacionais prioritárias de 2013 indica o cumprimento de 70% das metas, o que evidencia a evolução deste E. Tribunal no tocante à observação dos planos estratégicos.

Visando racionalizar os procedimentos e dar efetividade no cumprimento das decisões, facilitar o acesso à Justiça do Trabalho, promover a educação corporativa, a cidadania e a responsabilidade social, e garantir a infraestrutura física, de recursos

humanos e de tecnologia da informação foi instituído o Programa de Modernização e Inovação do TRT5, dando prosseguimento no exercício de 2013.

Analisando os resultados obtidos, é com satisfação que podemos perceber que estamos mais amadurecidos e fortalecidos como instituição que vem se modernizando e se consolidando como instrumento de justiça, paz social e cidadania.

Na racionalização de procedimentos e normas podemos destacar: a criação do Núcleo de Cooperação Judiciária visando fornecer maior integração com outros tribunais; regulamentação dos critérios e procedimentos para ajuda de custo para magistrados e servidores, bem como a remoção interna de servidores no âmbito do TRT5; formalização do fluxo de aprovação de projetos estratégicos e da utilização do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC); além, da aprovação do plano de obras do TRT5, em consonância com a Resolução 70/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Na Eficiência Operacional, conseguimos terminar a primeira e a segunda parte do projeto Gestão de Processos, realizando o redesenho de processos nas varas do Trabalho, elaborando o Manual de Rotinas das Varas Trabalhistas (Meta 5 de 2010). Também conseguimos alinhar o nosso Tribunal às Tabelas Unificadas do CNJ.

Outra norma fundamental foi o Provimento Conjunto número 4/2011 que regulamentou, no âmbito do TRT da 5ª Região, os procedimentos necessários à implantação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, sendo diretamente responsável pela eficiência do cadastro de 159.885 registros de dívidas, relativas a 54.826 partes devedoras distintas em menos de 30 dias úteis, tendo sido aperfeiçoada em 2013 com a implantação da sistemática automatizada de inclusão de devedores trabalhistas no Banco Nacional de Devedores Trabalhista – BNDT, aumentando, assim, a eficiência deste procedimento.

Também foi dado início ao processo de Reestruturação Organizacional, com o alinhamento da Secretaria de Gestão Estratégica e a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa, a criação do Departamento de Apoio à Atividade de Cálculos na 2ª Instância do Tribunal, com o objetivo de retificar e atualizar cálculos das decisões líquidas

oriundas do 1º grau, bem como proceder à liquidação de decisões de 2ª instância. Outro ponto forte no sentido de ajustar a estrutura organizacional do TRT5 à estratégia foi a elaboração de proposta de um Novo Regulamento de Secretaria, promovido pela Administração do Tribunal.

A adoção do Sistema de Estatística e-Gestão, que consiste em um sistema eletrônico de gerenciamento e planejamento das atividades administrativas e judiciárias, que é usado para encaminhamento oficial das estatísticas da 2ª Instância do TRT5 desde maio de 2012 e a partir de 2013 de todo o 1ª Instância e que orgulhosamente recebemos a Medalha de Mérito Funcional, pelo reconhecimento da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho às equipes dos Regionais que se empenharam na sua implantação. Desta forma o TRT5 conta com seus primeiro e segundo graus com um sistema de coleta de dados estatísticos consistente e que possibilita a memória de cálculo, bem como auditorias diversas.

Na área de Gestão de Pessoas, iniciamos a implantação do processo de Gestão por Competência, que vai mapear conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma a preparar ainda mais cada um de nossos servidores para o desempenho de suas atividades. Sabemos da importância de qualificar nossos magistrados e servidores, razão pela qual em 2013 realizamos 211 eventos, contemplando 3.792 participantes, alguns dos quais estiveram envolvidos em mais de uma iniciativa.

As atividades se dividiram em treinamentos presenciais e educação à distância, tendo sido fornecido diversos cursos, tais como: Formação de Calculista; Sistema AUD; Novo Acordo Ortográfico; Atendimento ao Cidadão; Orçamento Público; Legislação aplicada à Gestão de Pessoas; Gerência de Projetos e outros. Houve ainda cursos com especialistas renomados, destinados principalmente a magistrados, seus assessores e assistentes, numa grande variedade temática. Foram abordados, entre outros assuntos: Teoria Geral da Responsabilidade Civil, Responsabilidade Subjetiva e Objetiva no Código Civil, Técnicas de Coleta de Prova, Soluções Criativas e Inovadoras para uma maior Efetividade da Execução Trabalhista, Teoria e Prática da Execução Trabalhista, Uso da Tecnologia na Execução e Fundamentação e Argumentação nas Decisões.

No Programa de Qualidade de Vida, que conta com diversos projetos, destacamos: a realização da 2ª Semana Institucional do TRT5, que mobilizou os magistrados, com palestras e oficinas de trabalho, sendo encerrado com a votação das propostas desenvolvidas pelos grupos temáticos sobre: Processo do Trabalho - Boas Práticas, Efetividade da Execução, Ações Sociais, Saúde e Perrogativas dos Magistrados; II Caminhada e Corrida Ecológica do TRT5, com 4,4 Km de percurso; palestras e workshops abordando temas como Obesidade, Prevenção de Doenças Cardiovasculares, Aspectos Psicológicos das Doenças Crônicas, Nutrição Saudável, Nutrição para Hipertensos e Diabéticos, Doenças Ocupacionais, Prevenção e Tratamento da Dor Crônica, Saúde do Adulto Maduro: Aspectos Fisiológicos do Envelhecimento, Atividade Física e Qualidade de Vida.

Também foi finalizado o programa de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, que visa mapear os riscos ambientais, como os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde dos trabalhadores; e, de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos magistrados e servidores. Em ambos o TRT5 cumpriu o percentual exigido pela meta nacional do poder judiciário de 2013, número 14, que previa a execução de pelo menos 65% das unidades mapeadas.

Na responsabilidade social e ambiental, nosso compromisso foi com a promoção da cidadania, realizando campanhas de orientação em segurança e direitos no trabalho. Ampliamos as itinerâncias, com o deslocamento de nossos magistrados e servidores e realizamos, em 2013, 840 audiências ao longo do ano, encerrando 639 processos, entre conclusos para sentença, conciliados, desistências, arquivados, apensados e remetidos a outra vara ou órgão. O valor conciliado chegou a R\$ 989.201,37 e o número de partes envolvidas nas conciliações atingiu a marca de 430.

O Tribunal também está adiantado no cumprimento da Resolução 103/2012, aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que define critérios para a contratação de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Acompanhando as questões ambientais, o TRT5 efetuou o registro de preços para a compra de 120

unidades de condicionadores de ar que possibilitam uma economia de até 60% de energia, além de utilizarem o gás ecológico R-410A, que dispensa o uso do gás CFC, causador de agressões à camada de Ozônio. Além de estar implantando de forma humana e exitosa o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que reduz, significativamente, o uso de papel.

Outra iniciativa social foi a contratação de deficientes auditivos visando a digitalização de processos do TRT5, colaborando com a remessa de processos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, a partir de agosto de 2010, passou a admitir recursos exclusivamente em formato digital – ação que vai assegurar a inclusão de pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho da Bahia, fazendo nossa instituição despontar como um Tribunal comprometido com a acessibilidade. Diariamente são escaneados uma média de mais de 120 processos, de vários volumes.

Outro ponto fundamental no Programa de Modernização e Inovação do TRT5 foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), que será o único sistema do Judiciário Trabalhista, e já está sendo exigido na abertura de novos processos na segunda instância do Tribunal do Trabalho da Bahia (TRT-BA) e nas varas de Santo Amaro, Candeias, Itabuna, Ilhéus e agora nas 39 varas do trabalho de Salvador. Uma meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina ainda que, em 2013, seja implantado em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal, como sistema exclusivo para novos processos. Nesta Meta específica o TRT5 alcançou o patamar de 56% de suas unidades de 1º grau com o novo sistema e 100% nas unidades de 2º grau.

O PJe promove mudanças em toda a estrutura da Justiça do Trabalho, extinguindo tarefas como carimbar e manusear a papelada, trazendo vantagens aos cofres públicos, ao meio ambiente e à saúde de quem lidava com a burocracia. O sistema também representa mais celeridade na prestação jurisdicional e mais comodidade no acesso ao Judiciário.

O TRT da Bahia foi o sexto Tribunal do Trabalho do país a receber o PJe, apresentando ineditismo em dois aspectos: foi o primeiro a instalar, simultaneamente, os módulos de primeiro e segundo graus e o primeiro a receber a versão nacional do

PJe que, depois, seria levada para os demais regionais. Em 2013 implantamos nas 39 varas da capital, trabalho que envolve toda a administração e que tem se caracterizado pela preocupação com o ser humano neste processo de mudança de paradigma.

Na infraestrutura, foi priorizada a área tecnológica, avançamos com a implantação do PJe em 49 varas do trabalho. Atualização de mais de 800 microcomputadores que estão substituindo equipamentos das varas e departamentos de 2º grau onde o PJe foi instalado e também nos demais fóruns que receberam o sistema desde 2012. Essas unidades foram priorizadas, pois o PJe requer dois monitores por computador. Neste rol destacam-se a Mesa Diretora, o Tribunal Pleno, as salas de sessão, a Vara de Santo Amaro, os fóruns de Candeias, Itabuna e Ilhéus, gabinetes e turmas. As varas da capital e os departamentos administrativos também foram contemplados com novos micros para substituir aqueles que estão fora da garantia ou obsoletos. Além dos computadores, foram entregues 250 novas impressoras e multifuncionais.

Instalação de Sala-cofre, que deve resguardar o centro de processamento de dados do Tribunal contra ameaças físicas, como fogo, calor, umidade e outros riscos. Testada e certificada segundo padrões internacionais, a sala-cofre é totalmente à prova de gases corrosivos, fumaça, água, roubo, acesso indevido, impacto, pó, explosão, magnetismo e armas de fogo. A segurança proporcionada é de fundamental importância para as exigências do PJe. Além da contratação de uma nova rede de comunicações que propiciará, em média, quatro vezes mais velocidade na rede informatizada que liga as diversas unidades judiciárias do Estado com o Tribunal. A rede intensificará a conexão entre os fóruns trabalhistas, varas do Trabalho isoladas e Postos Avançados da Justiça do Trabalho com a sede.

Buscamos ainda melhorar a infraestrutura física de nossas instalações, obedecendo ao Plano de Obras, em consonância com a Resolução 70 do CSJT. Diversas obras foram realizadas com a supervisão do Departamento de Obras, do Serviço de Apoio às Unidades do Interior (Sauí) e do Serviço de Atendimento Gerais:

Inclusão de pontos para mais computadores nas 39 varas da capital. Modificação do leiaute de 14 varas com a instalação de salas para juiz auxiliar, assistente e calculista. Elaboração das cartilhas de procedimentos de segurança para obras no Tribunal e para

trabalhos supervisionados pelo Serviço de Atendimentos Gerais (manutenção civil, conservação e operações). No Fórum do Comércio houve a instalação do Setor de Arquivo, a remoção da grua de aço do terraço e a revisão elétrica nos transformadores de alta tensão. Ainda em Salvador, nos edifícios Coqueijo Costa e Sede Administrativa, aconteceu a revisão elétrica, de refletores e luminárias dos estacionamentos e áreas comuns.

A mais recente conquista foi a consolidação de nossa gestão estratégica, que se destacou entre todos os regionais trabalhistas, levando-se em consideração os resultados apresentados nos indicadores definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Tribunal Regional da 5ª Região alcançou cerca de 80% no cumprimento. A informação foi divulgada durante a reunião preparatória para o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília, em outubro/2012. No plano interno, a Gestão Estratégica garante a participação e a articulação entre os diversos setores, combinando envolvimento da alta administração, gestão participativa, organização técnica e capacitação, planejamento, comunicação e monitoramento. Já para o público do Tribunal, representa maior transparência. Neste momento o TRT5 coordena o Subcomitê dos Tribunais de Porte Médio da Justiça do Trabalho para a elaboração do novo ciclo de planejamento estratégico do judiciário nacional para os anos de 2015/2020.

Os prêmios e reconhecimentos conquistados e a nossa representatividade no cenário nacional são uma prova do quanto estamos trilhando o caminho da excelência. De fato, quando somamos competências, podemos multiplicar resultados.

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO DE 2013

META	DESCRIÇÃO DA META	GRAU DE CUMPRIMENTO ATUAL
META 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.	94,67%
META 2	Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009, na Justiça do Trabalho.	124,68%
META 9	Implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.	130,73%
META 10	Realizar a adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau.	269,84%
META 11	Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico e em gestão estratégica.	133,96%
META 12	Implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJE em pelo menos 40% (quarenta por cento) das Varas do Trabalho de cada Tribunal.	139,20%
META 13	Aumentar em 15% (quinze por cento) o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.	129,75%
META 14	Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% (sessenta e cinco por cento) do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal.	102,26%
META 16	Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.	67,35%
META 17	Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	84,62%

Se por um lado conseguiu-se identificar os maiores problemas que impedem efetivamente cumprir a missão institucional, por outro, exsurge a dificuldade de

solucioná-los imediatamente. Trata-se de inconsistências sistêmicas historicamente absorvidas ao longo de décadas; da falta de sintonia entre bancos de dados; de divergência dos parâmetros que seguidos, ora do Conselho Nacional de Justiça/Justiça em Números (CNJ), ora do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ora do Tribunal Superior do Trabalho (TST), os quais implicam retrabalho e tempo para acomodação. Da mesma forma, o levantamento desses dados e respectivas inconsistências permitiram a constatação da necessidade de se desenvolver competências específicas não só para a promoção dos ajustes necessários, como também para a manutenção da atividade de forma coerente e padronizada.

Nesse contexto, ações foram adotadas no sentido da depuração desses mesmos dados e inconsistências e assim desenvolvidas lógicas e simulações correlatas que vêm evidenciando quão equivocadas vêm sendo as informações jungidas a este Tribunal, a exemplo, dos dados estatísticos do site Justiça em Números, a partir das informações encaminhadas pelo próprio Tribunal.

- **ANEXOS**

- **GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS METAS 2013**

META01- Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013



**Dados até junho/2013 em razão de impossibilidade da coleta no PJe*

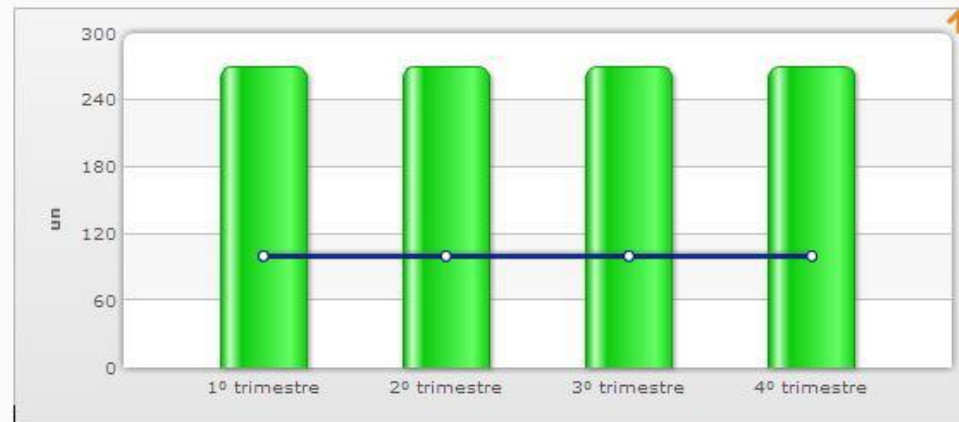
META02- Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009



META09 - Implementar PCMSO e PPRA em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas
(Cumprida em janeiro/2013)



META 10 - Realizar a adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau
(Cumprida em janeiro/2013)



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	100,00	100,00	100,00	100,00
Realizado	269,84	269,84	269,84	269,84
Farol	●	●	●	●
Previsto acumulado	100,00	100,00	100,00	100,00
Realizado acumulado	269,84	269,84	269,84	269,84
Farol acumulado	●	●	●	●

● $r \geq 100\%$ ● $70\% \leq r < 100\%$ ● $r < 70\%$

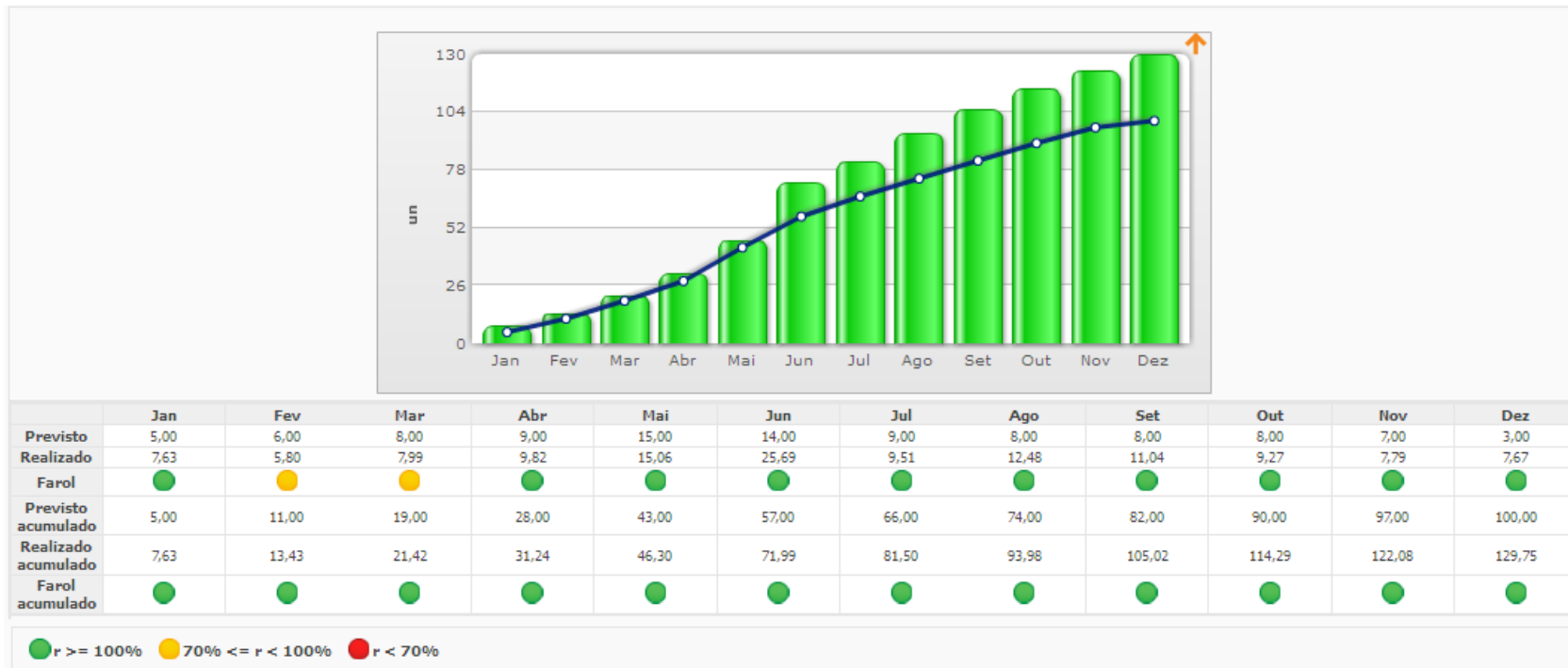
META 11 - Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico e em gestão estratégica



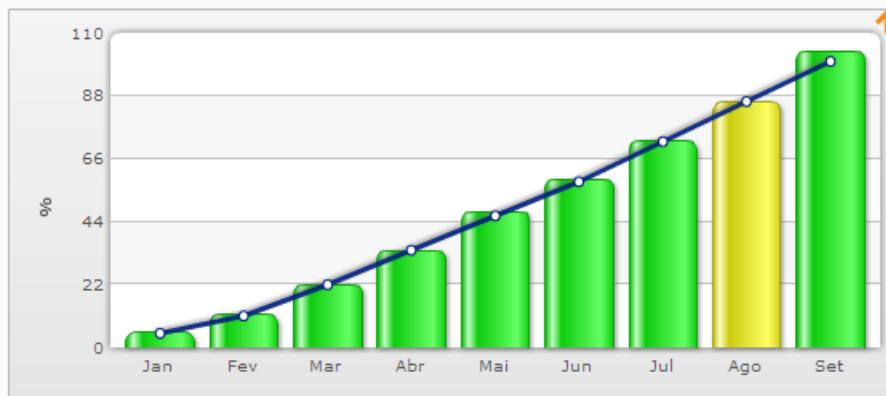
META12 - Implantar o Processo Judicial Eletrônico - PJE em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada Tribunal
(Cumprida em agosto/2013)



META13 - Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011



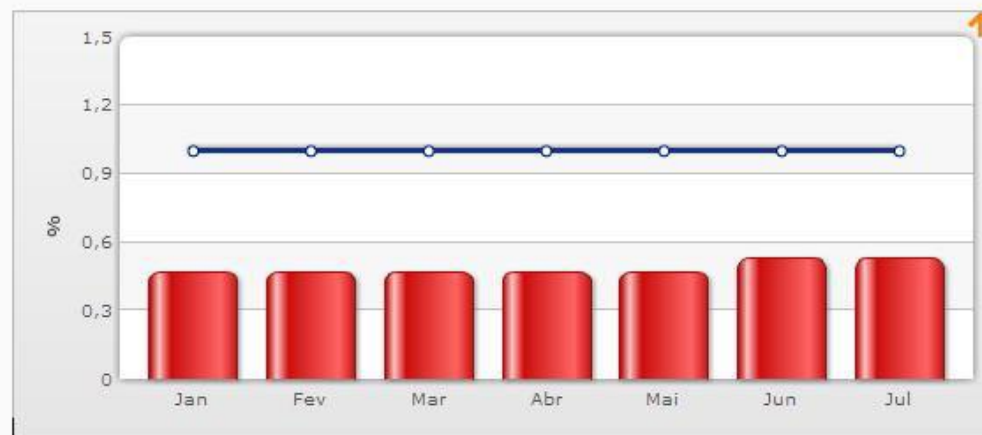
META14 - Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Previsto	5,00	6,00	11,00	12,00	12,00	12,00	14,00	14,00	14,00
Realizado	5,32	6,17	10,65	11,97	13,56	11,34	13,27	13,47	17,98
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Previsto acumulado	5,00	11,00	22,00	34,00	46,00	58,00	72,00	86,00	100,00
Realizado acumulado	5,32	11,49	22,14	34,10	47,67	59,00	72,27	85,75	103,73
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●

● $r \geq 100\%$ ● $70\% \leq r < 100\%$ ● $r < 70\%$

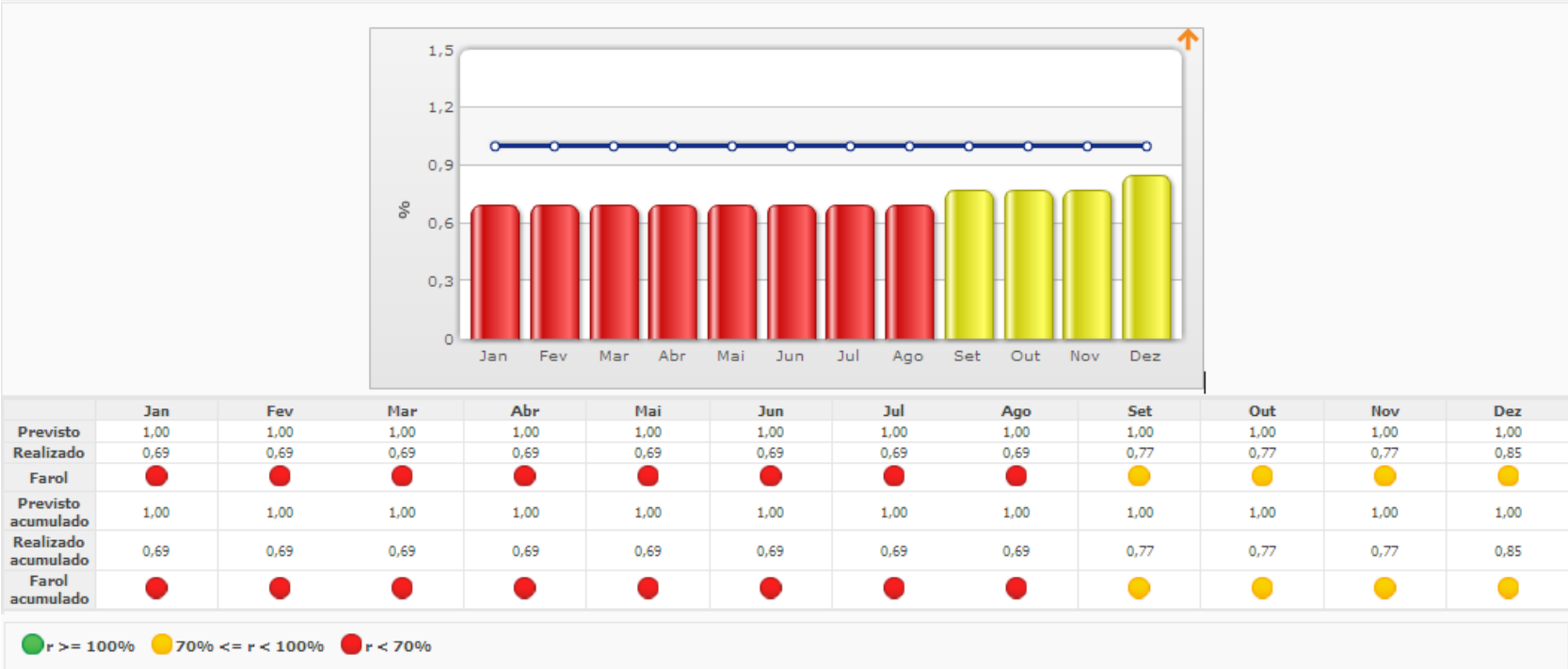
META16 - Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Previsto	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Realizado	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	0,53	0,53
Farol	●	●	●	●	●	●	●
Previsto acumulado	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Realizado acumulado	0,47	0,47	0,47	0,47	0,47	0,53	0,53
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●

● $r \geq 100\%$ ● $70\% \leq r < 100\%$ ● $r < 70\%$

META17 - Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos



- **MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS GERAIS PARA 2013**

Meta 2 - Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009, na Justiça do Trabalho.

Meta 9 - Implementar PCMSO e PPRA em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

Meta 10 - Realizar a adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau.

Meta 11- Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico e em gestão estratégica.



- **MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS ESPECÍFICAS PARA 2013**

Meta 12 – Implantar o Processo Judicial Eletrônico - PJE em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada Tribunal

Meta 13 – Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

Meta 14 – Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal.



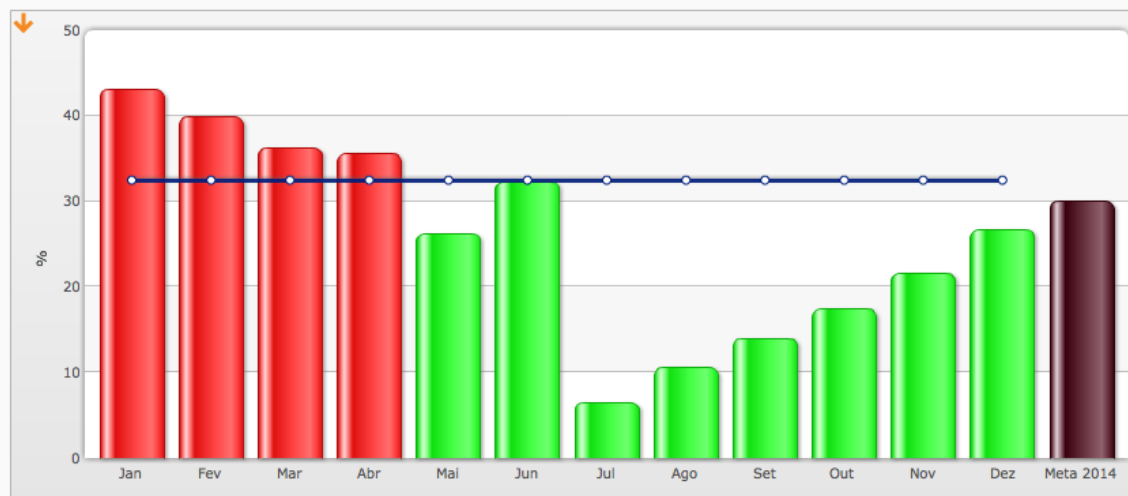
- **GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS INDICADORES 2013**

INDICADORES 01 A 06 DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FORAM SUPRIMIDOS EM RAZÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE OBTENÇÃO DOS VALORES DE FORMA OBJETIVA E PRECISA NA RAE OCORRIDA EM 01/12/2010.

TRT5-07-TAXA DE CONGESTIONAMENTO 1ª INSTÂNCIA - FASE DE COGNIÇÃO

RESPONSÁVEL
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49
Realizado	43,07	39,88	36,28	35,55	26,25	32,30	6,51	10,56	14,01	17,44	21,62	26,66
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	67,4%	77,3%	88,3%	90,6%	119,2%	100,6%	180,0%	167,5%	156,9%	146,3%	133,5%	117,9%
Previsto acumulado	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49	32,49
Realizado acumulado	43,07	39,88	36,28	35,55	26,25	32,30	6,51	10,56	14,01	17,44	21,62	26,66
Desempenho acumulado	67,4%	77,3%	88,3%	90,6%	119,2%	100,6%	180,0%	167,5%	156,9%	146,3%	133,5%	117,9%

Previsto
2014
30,00

● r <= 100% ● 100% < r <= 105% ● r > 105%

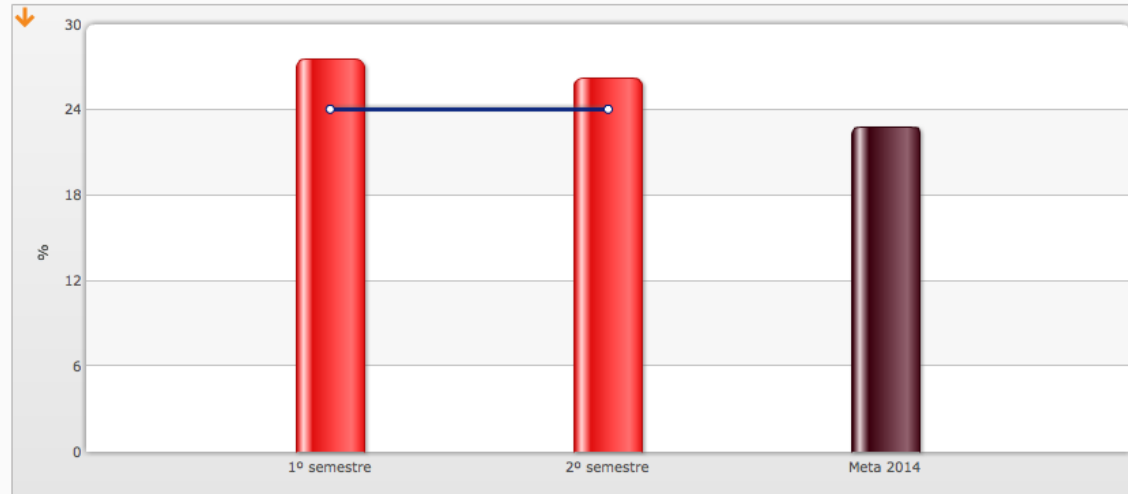
*

Sem dados do PJe -

TRT5-08-TAXA DE COGESTIONAMENTO 2ª INSTÂNCIA - FASE DE COGNIÇÃO

RESPONSÁVEL
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	1º semestre	2º semestre
Previsto	24,04	24,04
Realizado	27,56	26,25
Farol	●	●
Desempenho	85,4%	90,8%
Previsto acumulado	24,04	24,04
Realizado acumulado	27,56	26,25
Desempenho acumulado	85,4%	90,8%

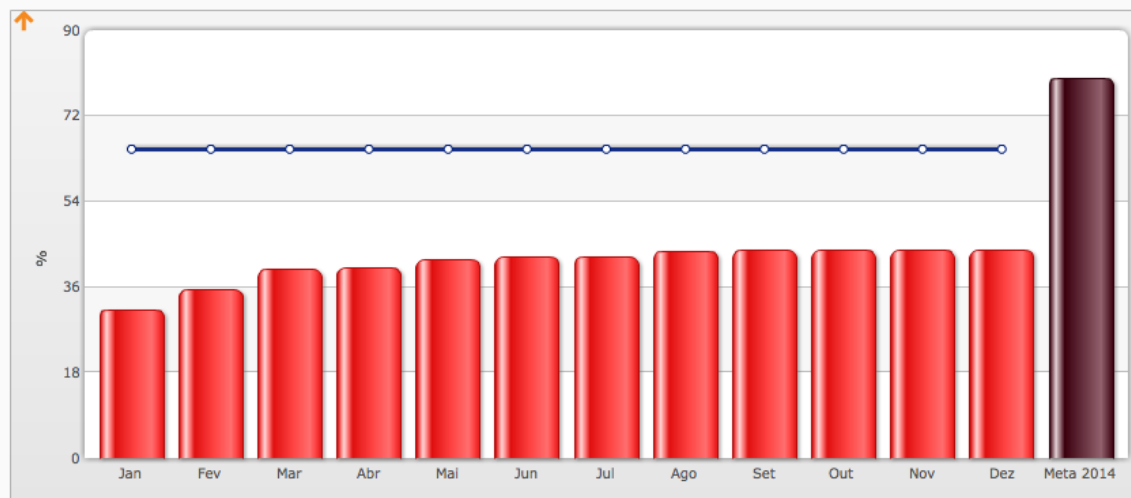
Previsto
2014
22,84

● $r \leq 100\%$ ● $100\% < r \leq 105\%$ ● $r > 105\%$

TRT5-09-ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 1ª INSTÂNCIA

RESPONSÁVEL
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00
Realizado	31,25	35,46	39,70	40,05	41,64	42,22	42,20	43,55	43,74	43,75	43,74	43,73
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	48,1%	54,6%	61,1%	61,6%	64,1%	65,0%	64,9%	67,0%	67,3%	67,3%	67,3%	67,3%
Previsto acumulado	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00
Realizado acumulado	31,25	35,46	39,70	40,05	41,64	42,22	42,20	43,55	43,74	43,75	43,74	43,73
Desempenho acumulado	48,1%	54,6%	61,1%	61,6%	64,1%	65,0%	64,9%	67,0%	67,3%	67,3%	67,3%	67,3%

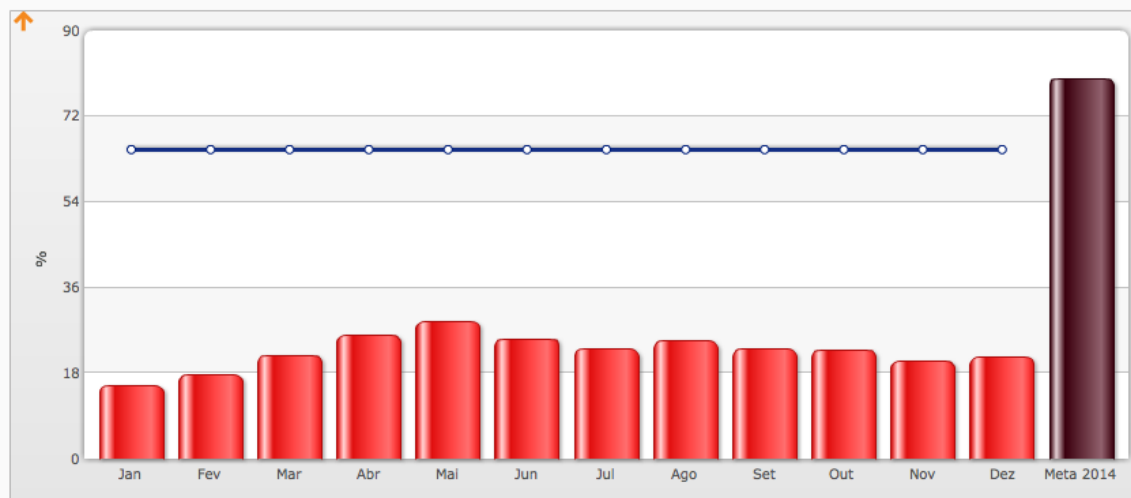
Previsto
2014
80,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-10-ÍNDICE DE DECISÕES LÍQUIDAS NA 2ª INSTÂNCIA

RESPONSÁVEL
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00
Realizado	15,43	17,70	21,81	26,03	28,88	25,22	23,01	24,84	23,09	22,93	20,60	21,29
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	23,7%	27,2%	33,6%	40,0%	44,4%	38,8%	35,4%	38,2%	35,5%	35,3%	31,7%	32,8%
Previsto acumulado	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00
Realizado acumulado	15,43	17,70	21,81	26,03	28,88	25,22	23,01	24,84	23,09	22,93	20,60	21,29
Desempenho acumulado	23,7%	27,2%	33,6%	40,0%	44,4%	38,8%	35,4%	38,2%	35,5%	35,3%	31,7%	32,8%

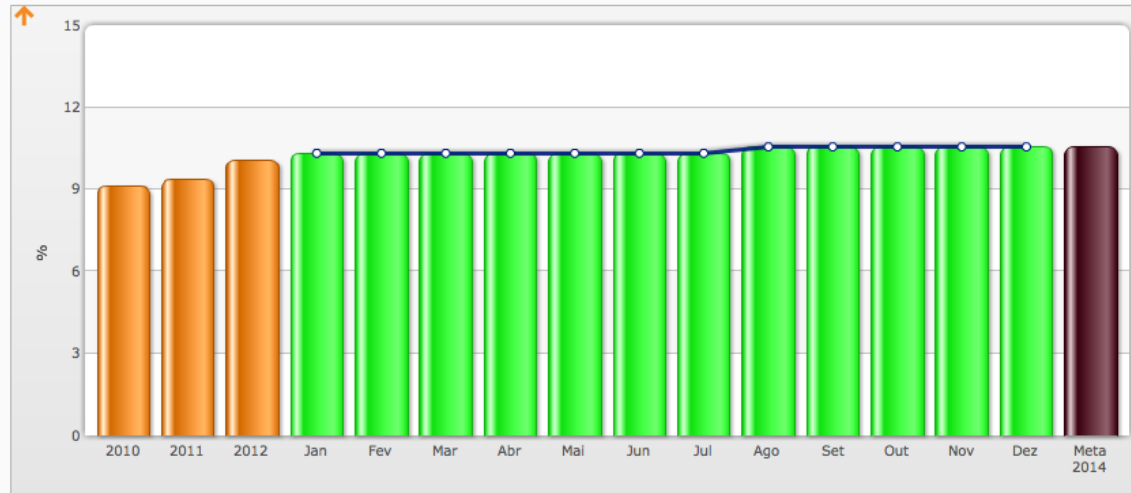
Previsto
2014
80,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-11-ÍNDICE DE ACESSO À JUSTIÇA

RESPONSÁVEL
MÁRCIO FERNANDO RIBEIRO DA SILVA

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,55	10,55	10,55	10,55	10,55
Realizado	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,55	10,55	10,55	10,55	10,55
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Previsto acumulado	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,55	10,55	10,55	10,55	10,55
Realizado acumulado	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,31	10,55	10,55	10,55	10,55	10,55
Desempenho acumulado	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

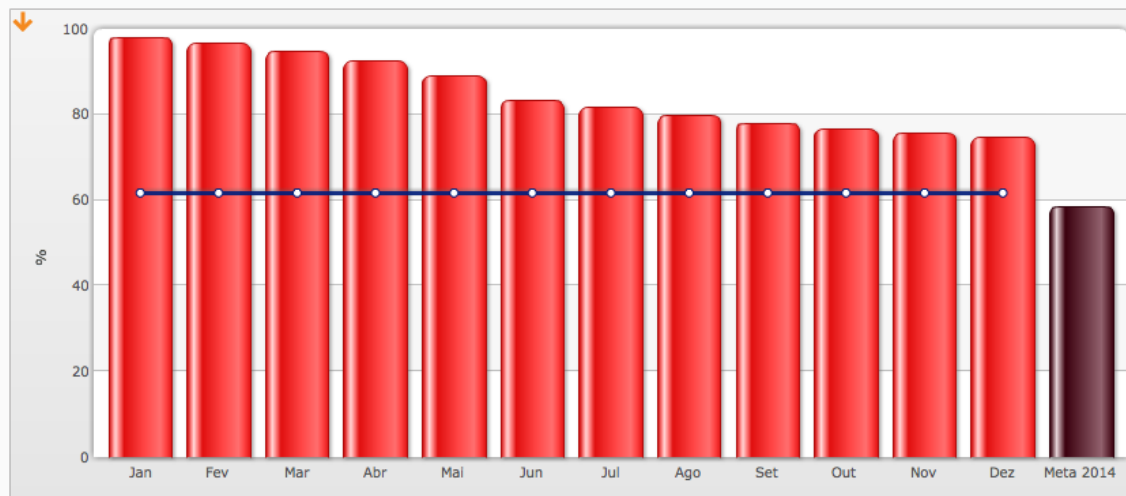
Resultados	Previsto
2010 2011 2012	2014
9,11 9,35 10,07	10,55

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-12-TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA 1ª INSTÂNCIA - FASE DE EXECUÇÃO

RESPONSÁVEL
RAILUZE BRANDÃO FONSECA SABACK

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73
Realizado	98,09	96,65	94,70	92,44	89,11	83,18	81,69	79,74	78,03	76,72	75,62	74,65
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	41,1%	43,4%	46,6%	50,3%	55,6%	65,3%	67,7%	70,8%	73,6%	75,7%	77,5%	79,1%
Previsto acumulado	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73	61,73
Realizado acumulado	98,09	96,65	94,70	92,44	89,11	83,18	81,69	79,74	78,03	76,72	75,62	74,65
Desempenho acumulado	41,1%	43,4%	46,6%	50,3%	55,6%	65,3%	67,7%	70,8%	73,6%	75,7%	77,5%	79,1%

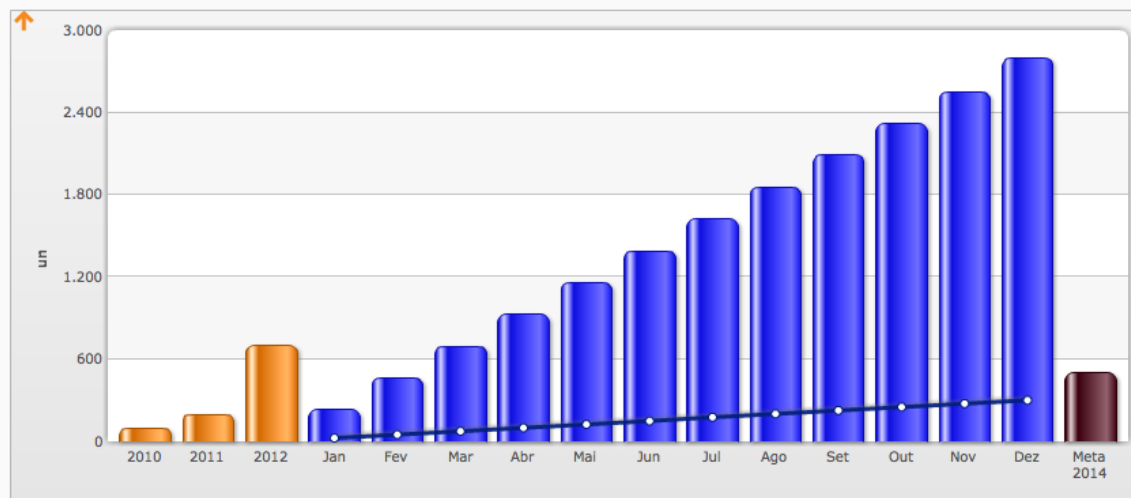
Previsto
2014
58,64

● $r \leq 100\%$ ● $100\% < r \leq 105\%$ ● $r > 105\%$

TRT5-13-NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

RESPONSÁVEL
VÂNIA MARIA FAGUNDES RIBEIRO

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



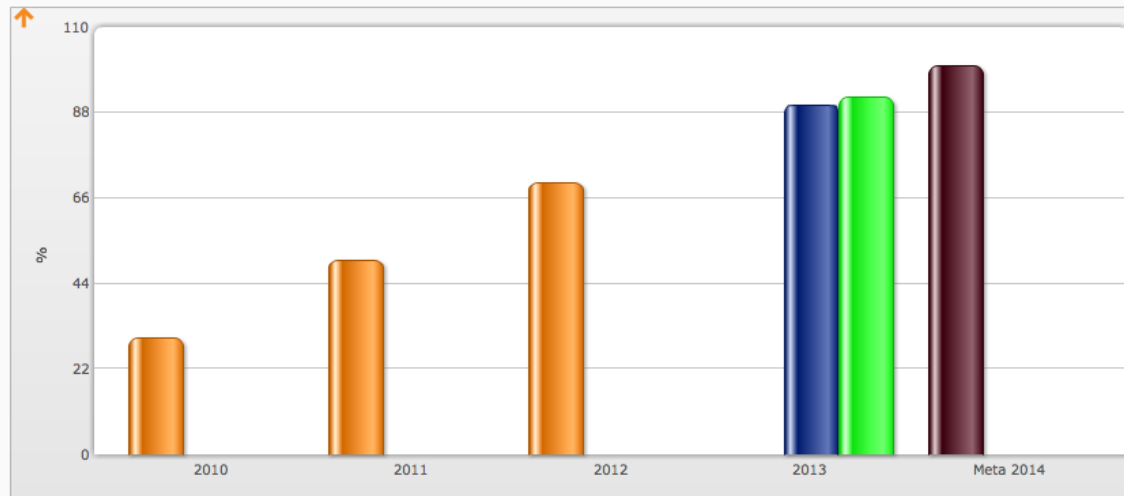
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Realizado	232,00	232,00	232,00	232,00	232,00	232,00	232,00	232,00	232,00	232,00	232,00	241,00
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	964,0%
Previsto acumulado	25,00	50,00	75,00	100,00	125,00	150,00	175,00	200,00	225,00	250,00	275,00	300,00
Realizado acumulado	232,00	464,00	696,00	928,00	1.160,00	1.392,00	1.624,00	1.856,00	2.088,00	2.320,00	2.552,00	2.793,00
Desempenho acumulado	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	928,0%	931,0%
Resultados	2010	2011	2012	Previsto 2014								
	100,00	200,00	702,00	500,00								

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-14-ÍNDICE DE EXECUÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

RESPONSÁVEL
MÁRCIO FERNANDO RIBEIRO DA SILVA

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	90,00
Realizado	92,00
Farol	●
Desempenho	102,2%
Previsto acumulado	90,00
Realizado acumulado	92,00
Desempenho acumulado	102,2%

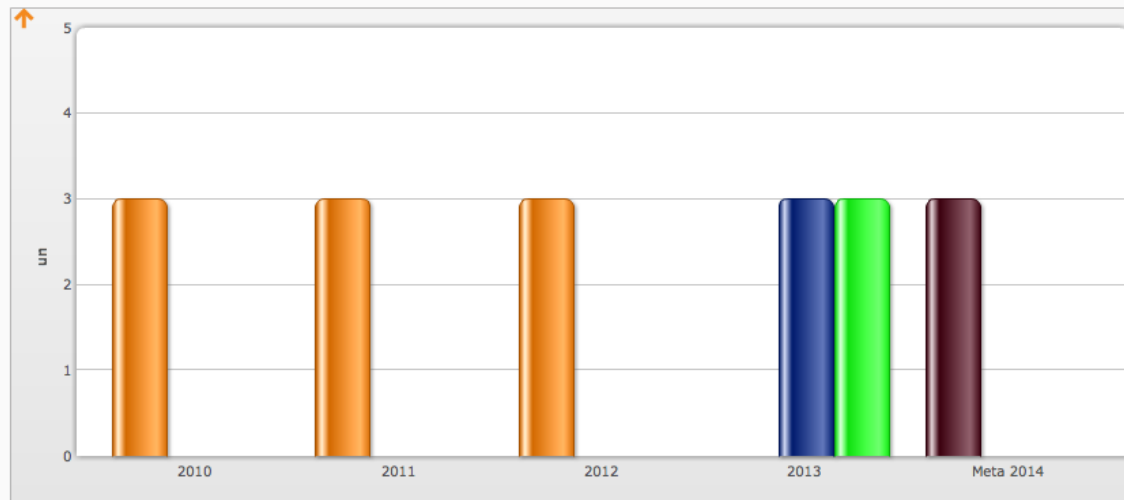
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
30,00	50,00	70,00	100,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-15-ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA JUDICIÁRIA E REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS, REGISTRANDO NO TRT DA 5ª REGIÃO E ENCAMINHADAS PARA O CSJT

RESPONSÁVEL
MÁRCIO FERNANDO RIBEIRO DA SILVA

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	3,00
Realizado	3,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	3,00
Realizado acumulado	3,00
Desempenho acumulado	100,0%

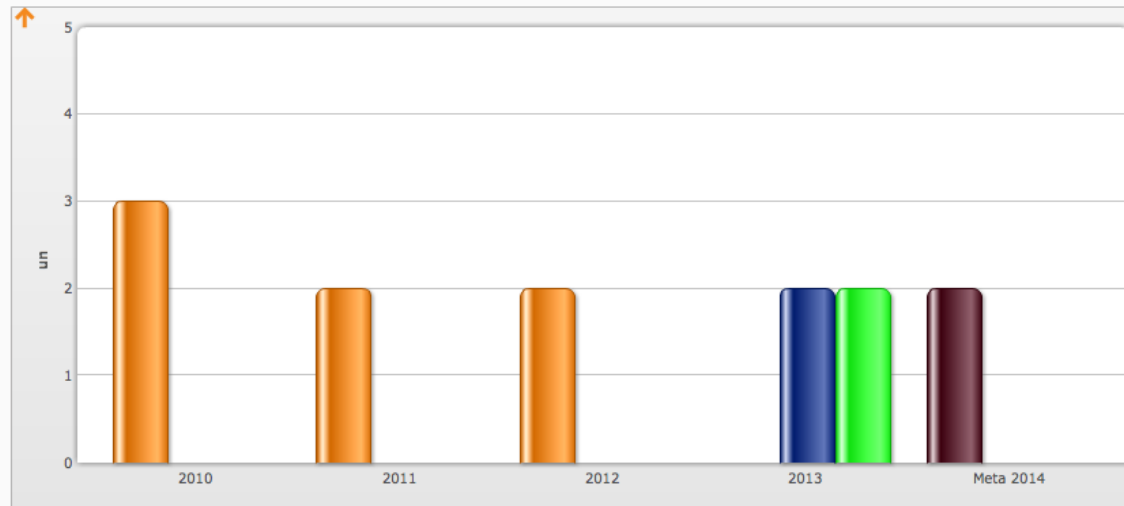
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
3,00	3,00	3,00	3,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-16-ÍNDICE DE APROVEITAMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA E REGISTRADAS NO BANCO DE BOAS PRÁTICAS

RESPONSÁVEL
MÁRCIO FERNANDO RIBEIRO DA SILVA

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	2,00
Realizado	2,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	2,00
Realizado acumulado	2,00
Desempenho acumulado	100,0%

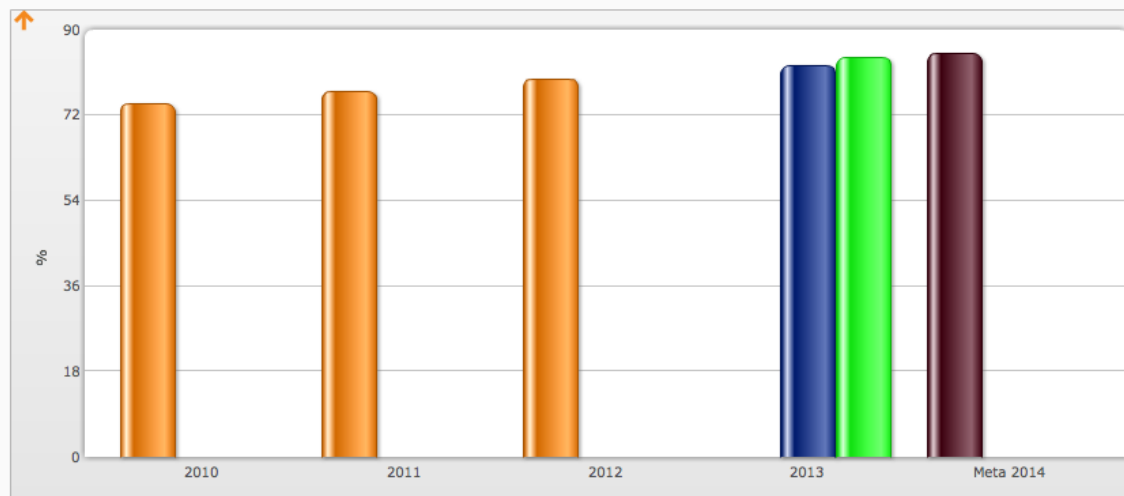
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
3,00	2,00	2,00	2,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-17-ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	82,34
Realizado	84,16
Farol	●
Desempenho	102,2%
Previsto acumulado	82,34
Realizado acumulado	84,16
Desempenho acumulado	102,2%

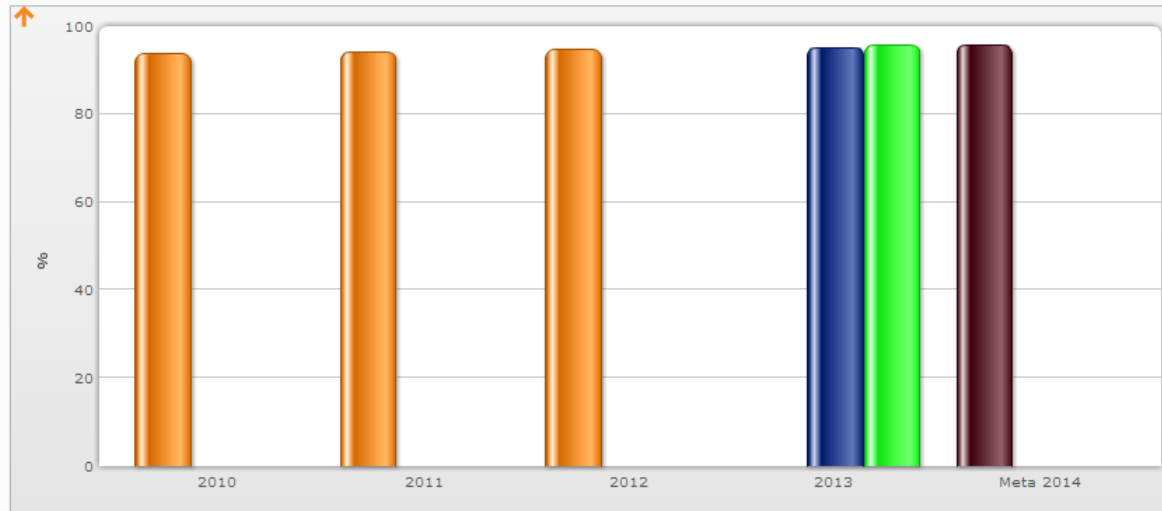
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
74,36	77,02	79,68	85,00

● 100% ≤ r < 105% ● 95% ≤ r < 100% ● r < 95% ● r ≥ 105%

TRT5-18-ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO

RESPONSÁVEL
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	95,20
Realizado	95,79
Farol	●
Desempenho	100,6%
Previsto acumulado	95,20
Realizado acumulado	95,79
Desempenho acumulado	100,6%

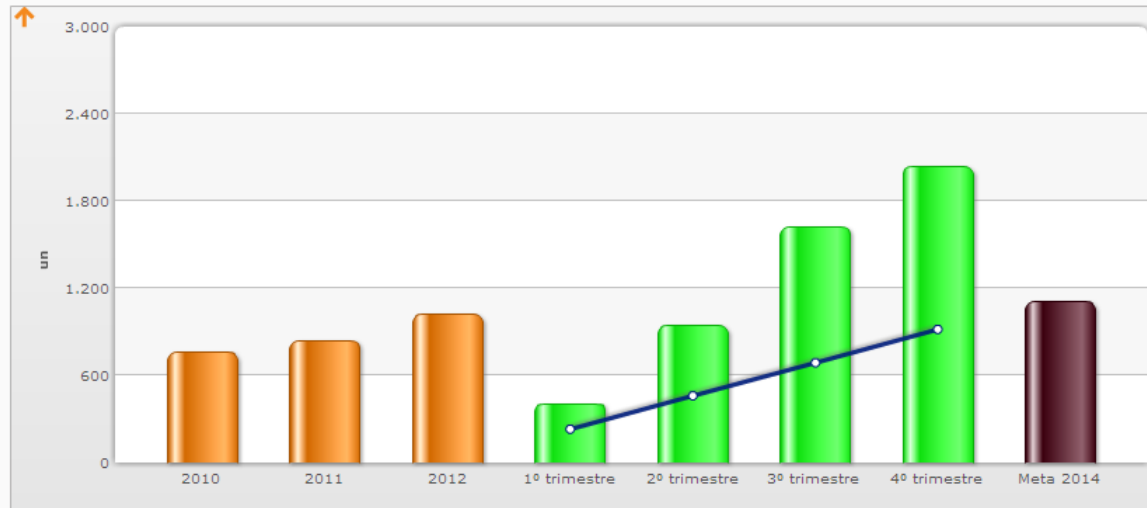
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
93,70	94,20	94,70	95,70

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-19-ÍNDICE DE INSERÇÕES NA MÍDIA

RESPONSÁVEL
ANDREA RIBEIRO MEIRELES VELLOSO

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	229,25	229,25	229,25	229,25
Realizado	407,00	536,00	679,00	413,00
Farol	●	●	●	●
Desempenho	177,5%	233,8%	296,2%	180,2%
Previsto acumulado	229,25	458,50	687,75	917,00
Realizado acumulado	407,00	943,00	1.622,00	2.035,00
Desempenho acumulado	177,5%	205,7%	235,8%	221,9%

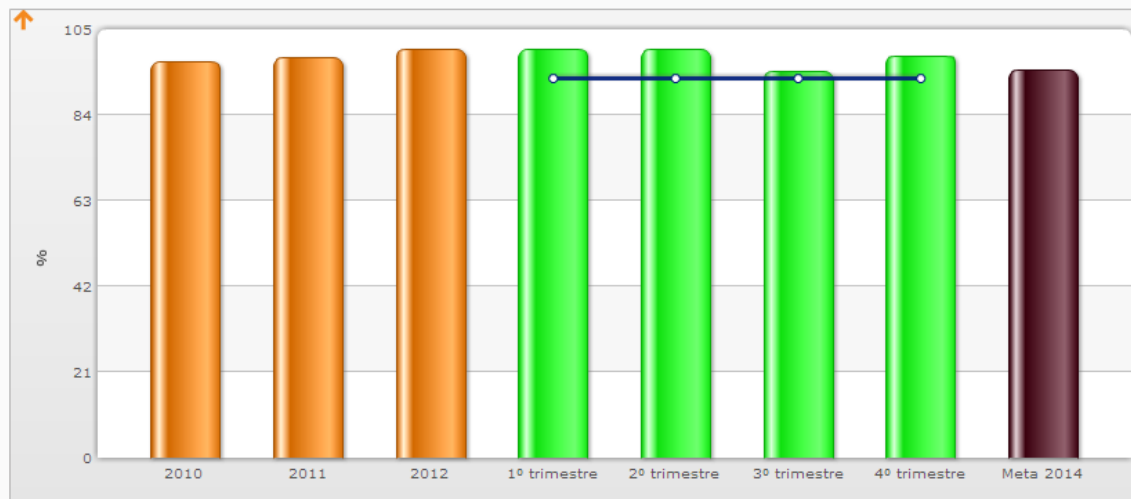
Resultados	Previsto
2010	2014
759,00	1.108,00
834,00	
1.019,00	

● $r \geq 90\%$ ● $60\% \leq r < 90\%$ ● $r < 60\%$

TRT5-20-ÍNDICE DE MATÉRIAS POSITIVAS

RESPONSÁVEL
ANDREA RIBEIRO MEIRELES VELLOSO

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	93,00	93,00	93,00	93,00
Realizado	100,00	100,00	94,70	98,55
Farol	●	●	●	●
Desempenho	107,5%	107,5%	101,8%	106,0%
Previsto acumulado	93,00	93,00	93,00	93,00
Realizado acumulado				
Desempenho acumulado				

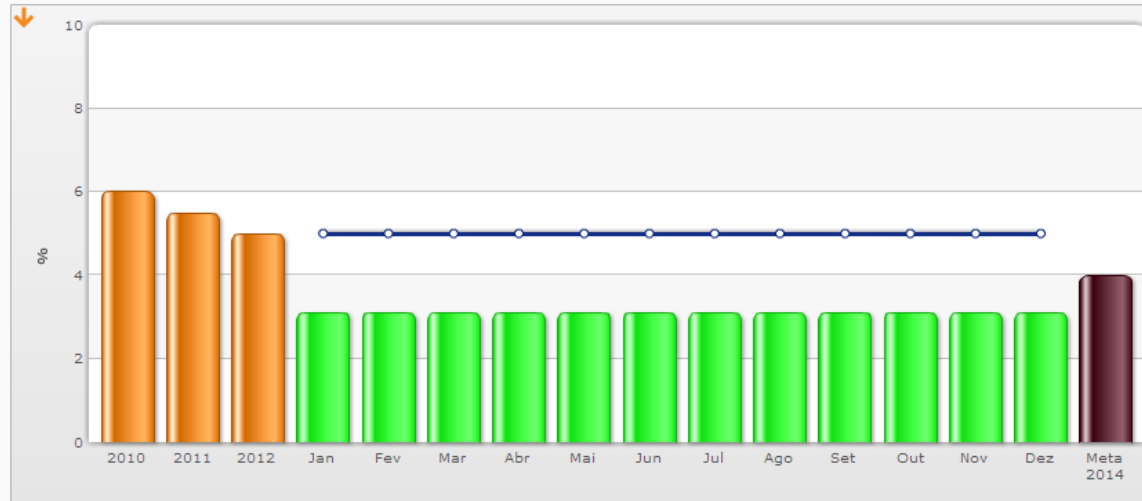
Resultados	Previsto
2010	2014
97,00	95,00
98,00	
100,00	

● $r \geq 100\%$ ● $90\% \leq r < 100\%$ ● $r < 90\%$

TRT5-21-ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO

RESPONSÁVEL
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Realizado	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%
Previsto acumulado	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Realizado acumulado	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11	3,11
Desempenho acumulado	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%

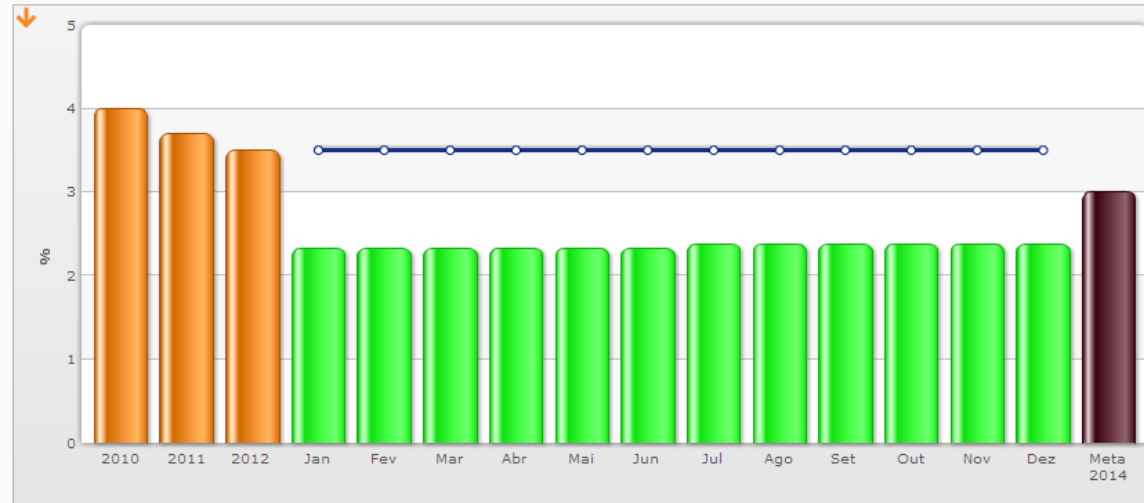
Resultados	Previsto
2010	2014
6,00	4,00
5,50	
5,00	

● $r \leq 100\%$ ● $100\% < r \leq 105\%$ ● $r > 105\%$

TRT5-21.1-ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO POR MOTIVO DE SAÚDE

RESPONSÁVEL
HILDÉRICO TRIGUEIROS CALDAS

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Realizado	2,33	2,33	2,33	2,33	2,33	2,33	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	133,4%	133,4%	133,4%	133,4%	133,4%	133,4%	132,0%	132,0%	132,0%	132,0%	132,0%	132,0%
Previsto acumulado	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Realizado acumulado	2,33	2,33	2,33	2,33	2,33	2,33	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38
Desempenho acumulado	133,4%	133,4%	133,4%	133,4%	133,4%	133,4%	132,0%	132,0%	132,0%	132,0%	132,0%	132,0%

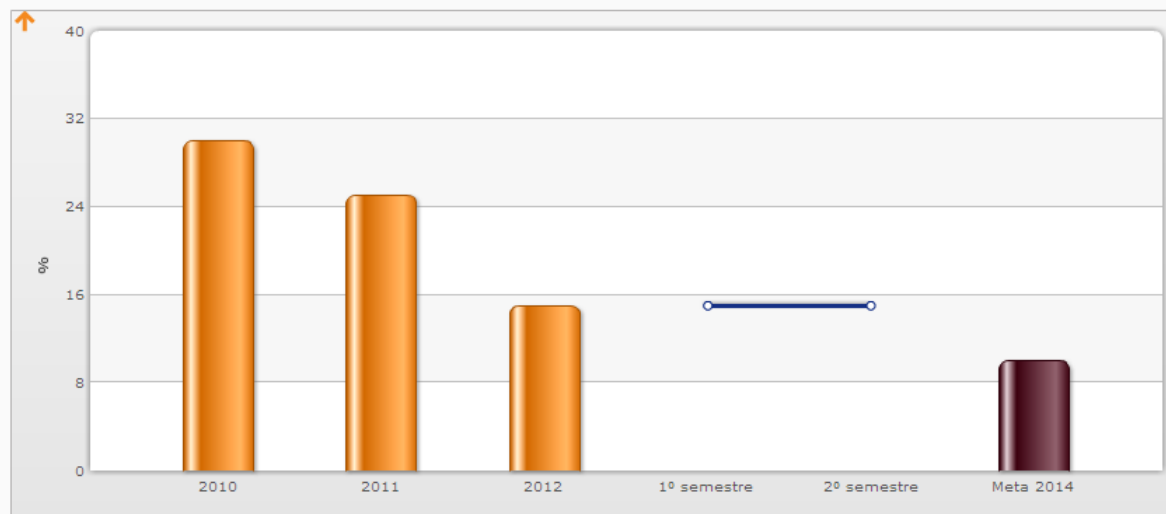
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
4,00	3,70	3,50	3,00

● r <= 100% ● 100% < r <= 105% ● r > 105%

TRT5-22-ÍNDICE DE CASOS DE AFASTAMENTOS POR MOTIVO DE SAÚDE OCACIONADOS PELO TRABALHO

RESPONSÁVEL
HILDÉRICO TRIGUEIROS CALDAS

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	1º semestre	2º semestre
Previsto	15,00	15,00
Realizado		
Farol		
Desempenho		
Previsto acumulado	15,00	15,00
Realizado acumulado		
Desempenho acumulado		

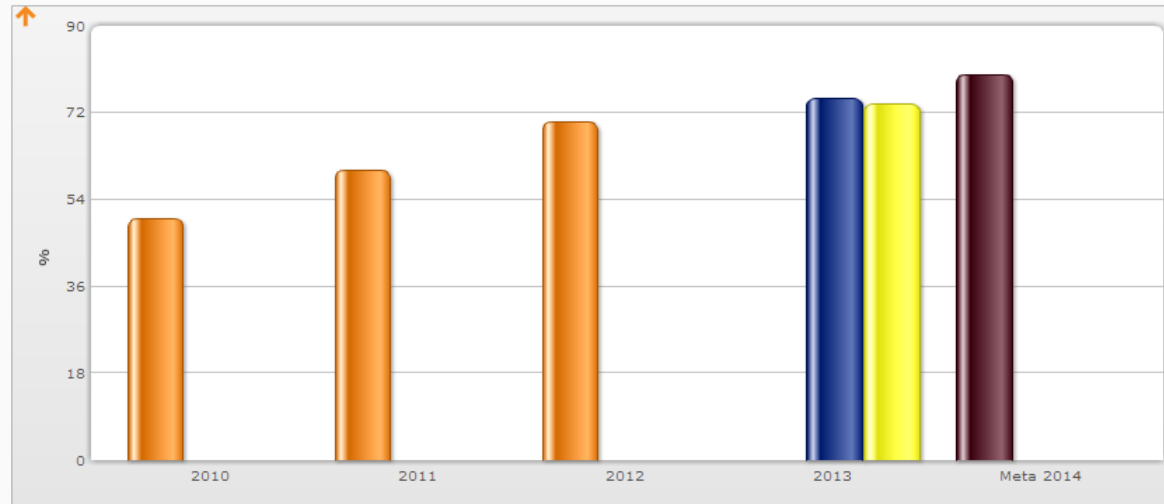
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
30,00	25,00	15,00	10,00

● 100% <= r < 105%
 ● 95% <= r < 100%
 ● r < 95%
 ● r >= 105%

TRT5-23-SATISFAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO COM A QUALIDADE DE VIDA

RESPONSÁVEL
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	75,00
Realizado	73,92
Farol	●
Desempenho	98,6%
Previsto acumulado	75,00
Realizado acumulado	73,92
Desempenho acumulado	98,6%

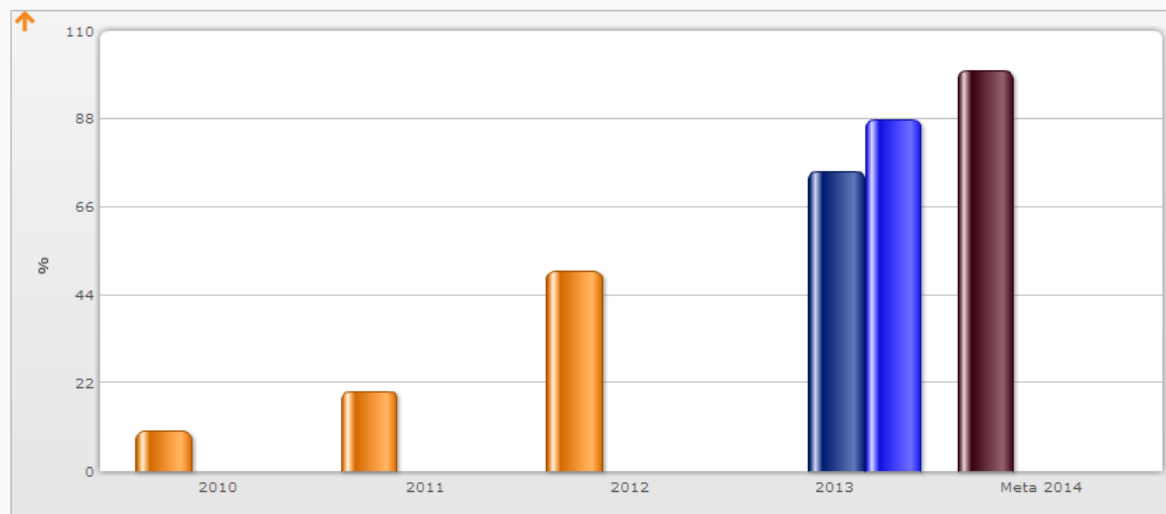
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
50,00	60,00	70,00	80,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-24-ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS

RESPONSÁVEL
MARIA DAS GRAÇAS LIMA BRANDÃO

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	75,00
Realizado	87,87
Farol	●
Desempenho	117,2%
Previsto acumulado	75,00
Realizado acumulado	87,87
Desempenho acumulado	117,2%

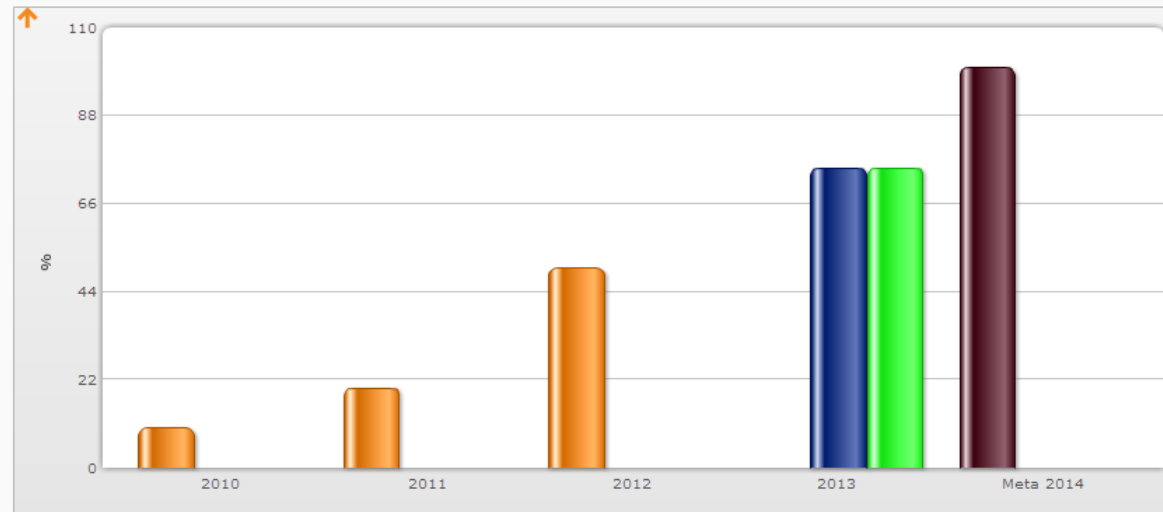
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
10,00	20,00	50,00	100,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-25-UNIDADES ALINHADAS COM PADRÃO DE SEGURANÇA

RESPONSÁVEL
MAURICIO BORBA

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



2013	
Previsto	75,00
Realizado	75,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	75,00
Realizado acumulado	75,00
Desempenho acumulado	100,0%

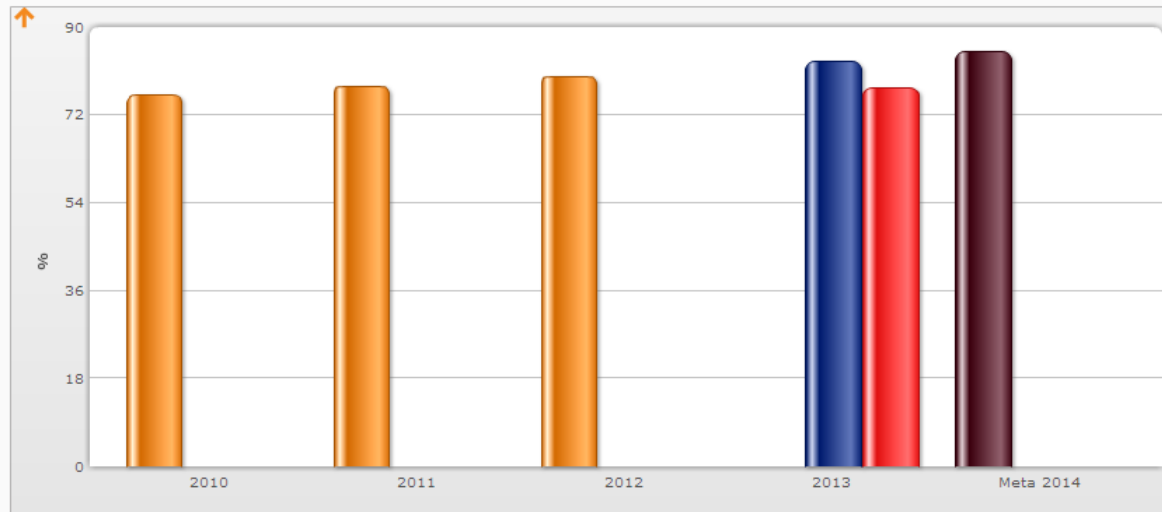
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
10,00	20,00	50,00	100,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-26-ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM AS INSTALAÇÕES FÍSICAS

RESPONSÁVEL
MAURICIO BORBA

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	83,00
Realizado	77,61
Farol	●
Desempenho	93,5%
Previsto acumulado	83,00
Realizado acumulado	77,61
Desempenho acumulado	93,5%

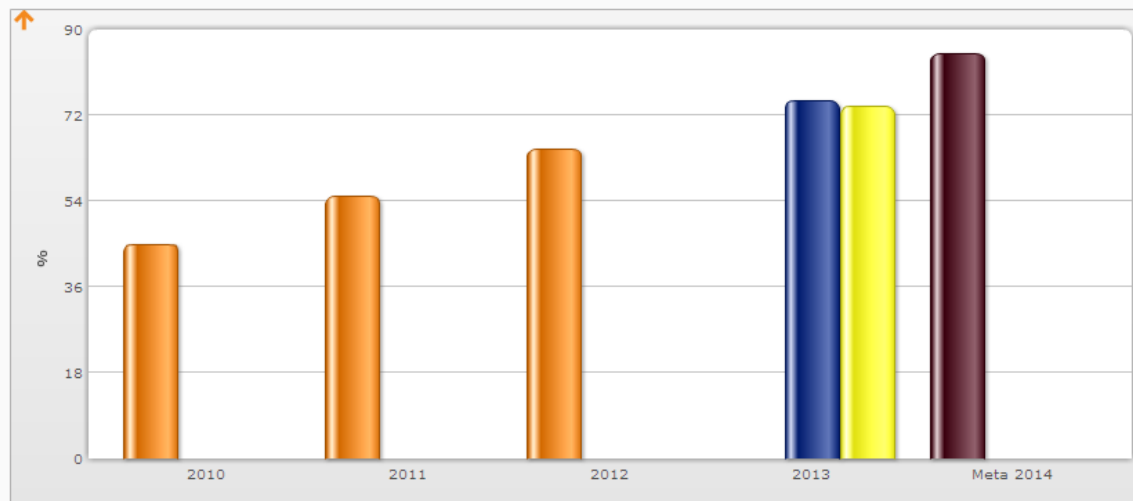
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
76,00	78,00	80,00	85,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-27-ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM A SEGURANÇA

RESPONSÁVEL
JOSE VIDAL RIVAS

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	75,00
Realizado	73,84
Farol	●
Desempenho	98,5%
Previsto acumulado	75,00
Realizado acumulado	73,84
Desempenho acumulado	98,5%

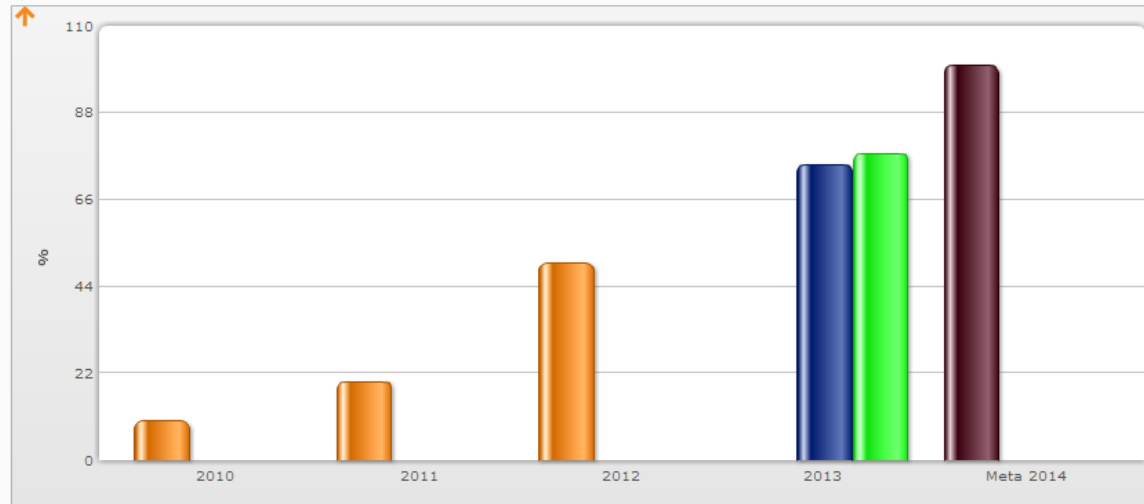
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
45,00	55,00	65,00	85,00

● 100% ≤ r < 105% ● 95% ≤ r < 100% ● r < 95% ● r ≥ 105%

TRT5-28-UNIDADES ALINHADAS COM O PADRÃO DE INFRAESTRUTURA

RESPONSÁVEL
MAURICIO BORBA

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	75,00
Realizado	77,78
Farol	●
Desempenho	103,7%
Previsto acumulado	75,00
Realizado acumulado	77,78
Desempenho acumulado	103,7%

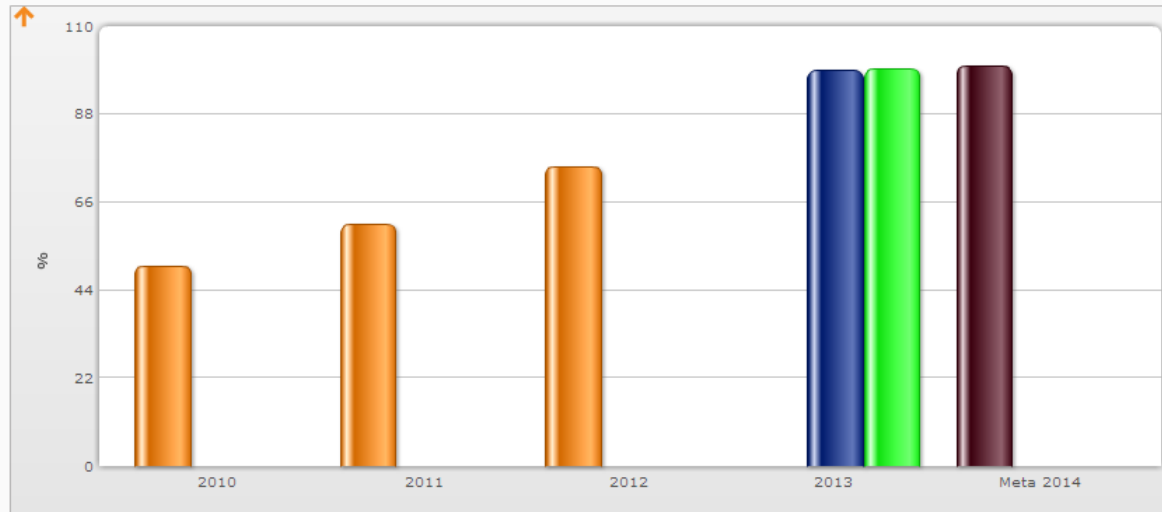
Resultados	Previsto
2010	2014
10,00	100,00
20,00	50,00

● 100% <= r < 105%
 ● 95% <= r < 100%
 ● r < 95%
 ● r >= 105%

TRT5-29-TI-17-ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA

RESPONSÁVEL
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA JORGE

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	99,00
Realizado	99,35
Farol	●
Desempenho	100,4%
Previsto acumulado	99,00
Realizado acumulado	99,35
Desempenho acumulado	100,4%

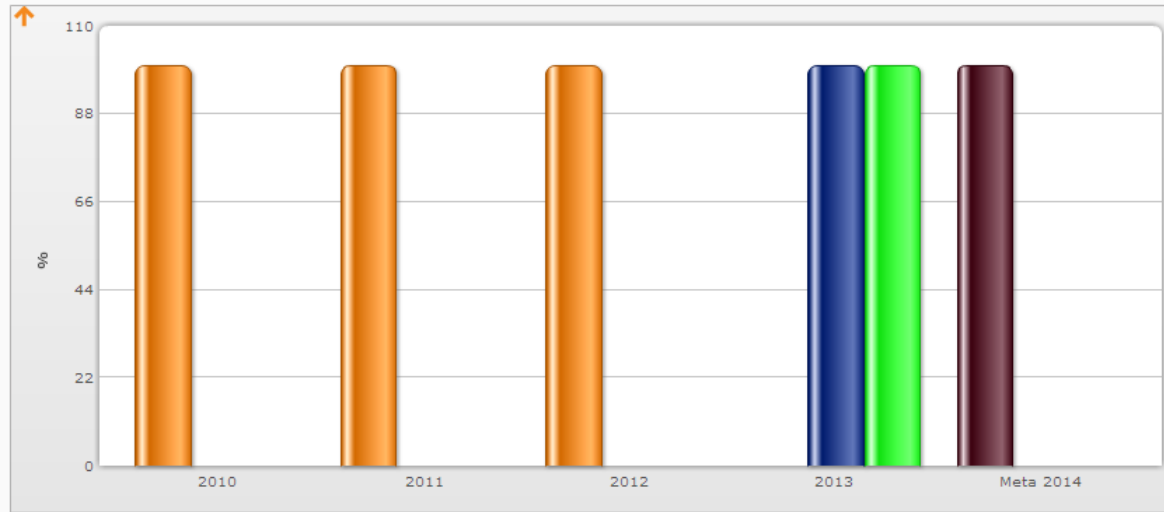
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
50,11	60,40	75,00	100,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-30-TI-14-ÍNDICE DE ADERÊNCIA ÀS METAS DO PETI

RESPONSÁVEL
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA JORGE

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	100,00
Realizado	100,00
Farol	●
Desempenho	100,0%
Previsto acumulado	100,00
Realizado acumulado	100,00
Desempenho acumulado	100,0%

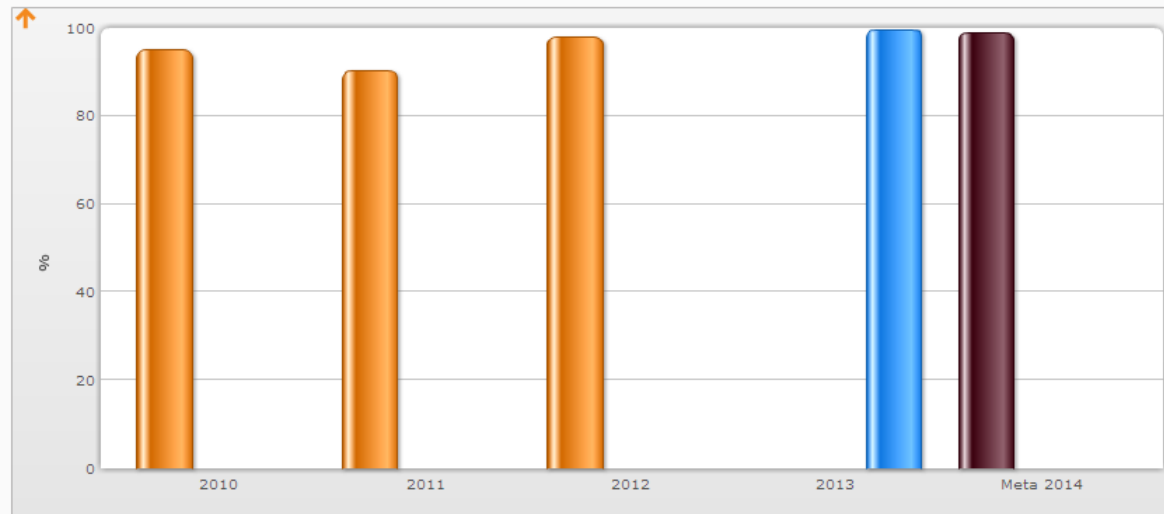
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
100,00	100,00	100,00	100,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-31-TI-20-ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA

RESPONSÁVEL
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA JORGE

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	
Realizado	99,68
Farol	
Desempenho	
Previsto acumulado	
Realizado acumulado	99,68
Desempenho acumulado	

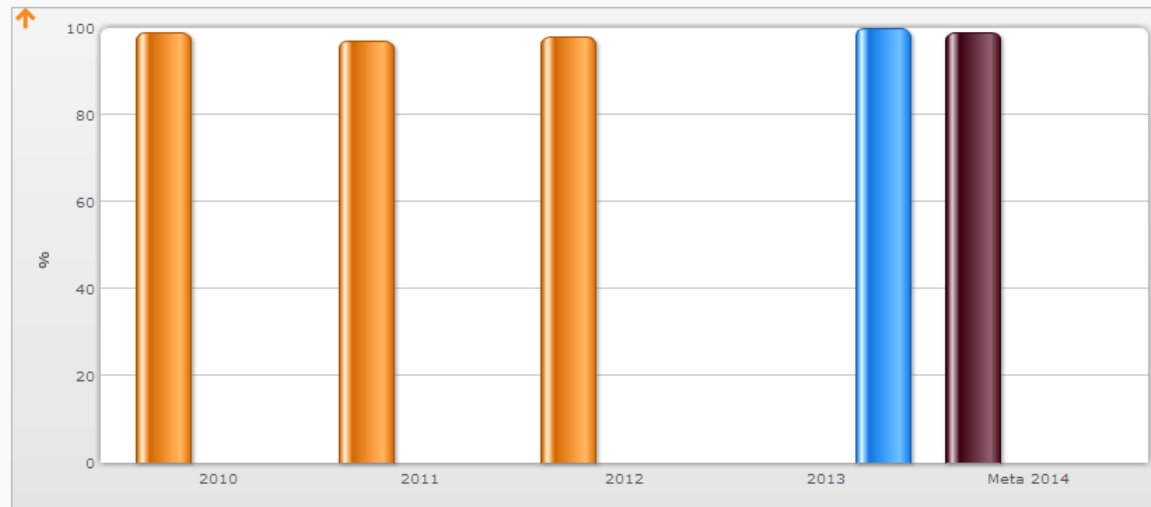
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
95,00	90,20	98,00	99,00

● 100% <= r < 105%
 ● 95% <= r < 100%
 ● r < 95%
 ● r >= 105%

TRT5-32-TI-21-ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE

RESPONSÁVEL
CLAUDIA CRISTINA FERREIRA JORGE

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	2013
Previsto	
Realizado	99,80
Farol	
Desempenho	
Previsto acumulado	
Realizado acumulado	99,80
Desempenho acumulado	

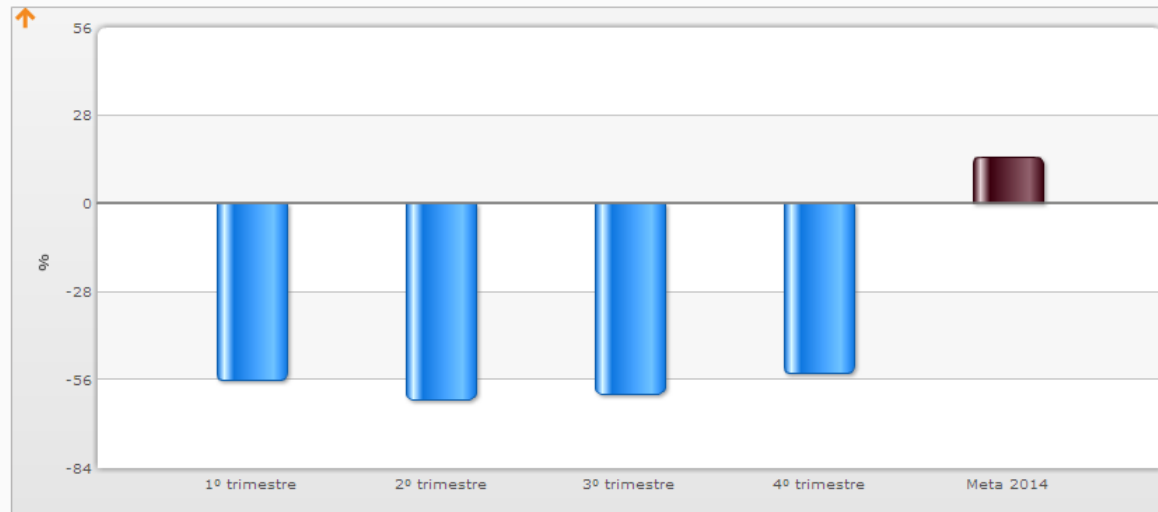
Resultados	Previsto		
2010	2011	2012	2014
98,96	97,00	98,00	99,00

● 100% <= r < 105%
 ● 95% <= r < 100%
 ● r < 95%
 ● r >= 105%

TRT5-33-ÍNDICE DE ECONOMIA NA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

RESPONSÁVEL
CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto				
Realizado	-56,34	-62,46	-60,68	-54,08
Farol				
Desempenho				
Previsto acumulado				
Realizado acumulado	-56,34	-62,46	-60,68	-54,08
Desempenho acumulado				

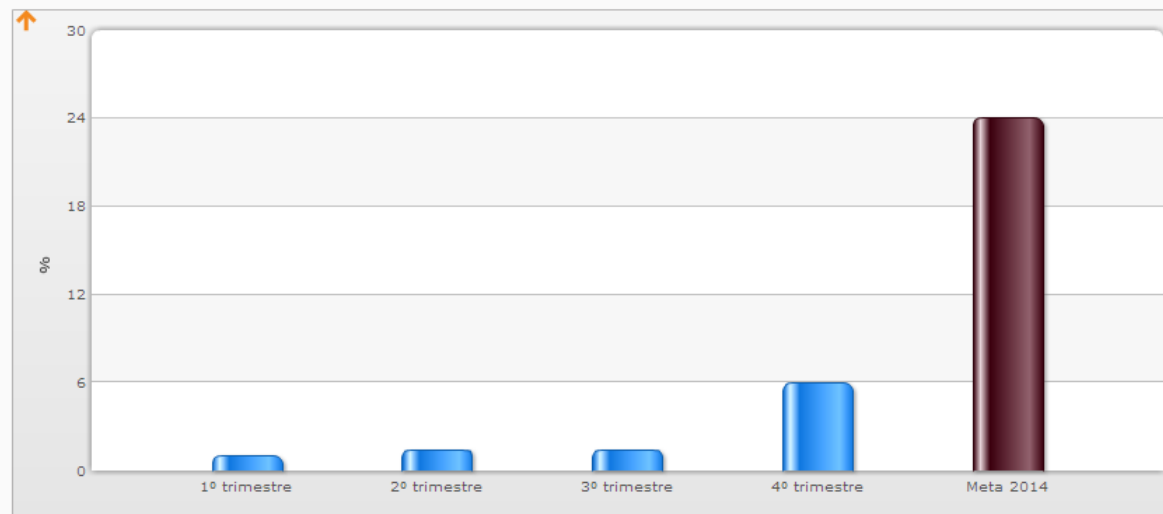
Previsto
2014
15,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-34-ÍNDICE DE ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

RESPONSÁVEL
CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto				
Realizado	1,01	1,44	1,44	5,97
Farol				
Desempenho				
Previsto acumulado				
Realizado acumulado	1,01	1,44	1,44	5,97
Desempenho acumulado				

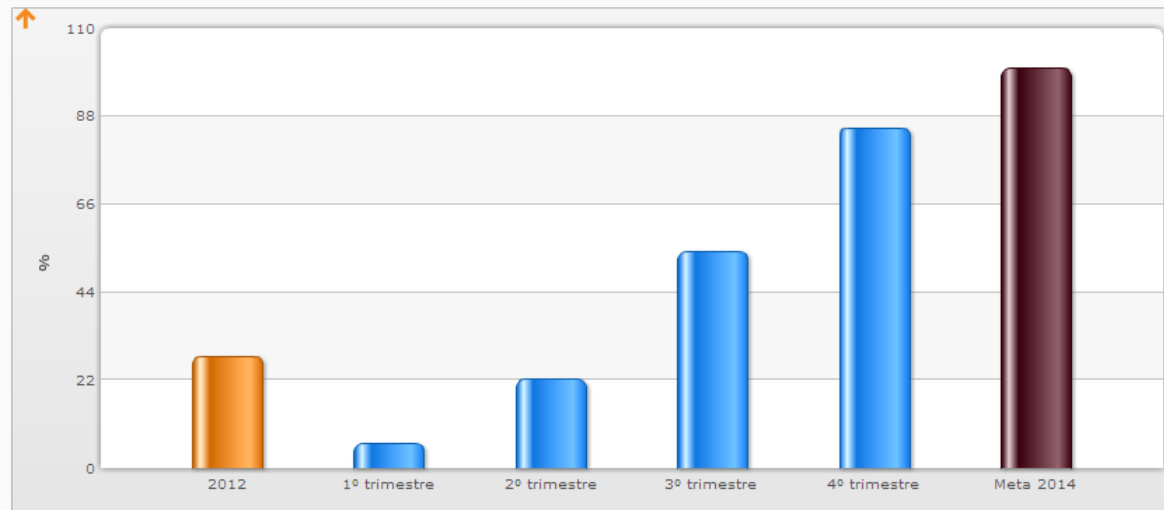
Previsto
2014
24,00

● 100% <= r < 105% ● 95% <= r < 100% ● r < 95% ● r >= 105%

TRT5-35-ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

RESPONSÁVEL
CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS

GRÁFICO NORMAL ACUMULADO



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto				
Realizado	6,18	22,14	54,18	85,10
Farol				
Desempenho				
Previsto acumulado				
Realizado acumulado	6,18	22,14	54,18	85,10
Desempenho acumulado				

Resultados Previsto

2012	2014
28,00	100,00

● 100% <= r < 105%
 ● 95% <= r < 100%
 ● r < 95%
 ● r >= 105%